

FERNANDO ANTÓNIO PAULO PEREIRA

**DESAFIOS DA CONDIÇÃO FEMININA:
O EXEMPLO DO IGFSS, IP**

Orientador: Prof. Doutor Teotónio R. de Souza

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Lisboa

2010

FERNANDO ANTÓNIO PAULO PEREIRA

**DESAFIOS DA CONDIÇÃO FEMININA:
O EXEMPLO DO IGFSS, IP**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História Política, Económica e Social Lusófona no Curso de Mestrado em História Política, Económica e Social Lusófona, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Teotónio R. de Souza

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2010

“Cuida-te quando fazes chorar uma mulher, pois Deus conta as suas lágrimas. A mulher foi feita da costela do homem, não dos pés para ser pisada, nem da cabeça para ser superior, mas sim do lado para ser igual, debaixo do braço, para ser protegida e do lado do coração para ser amada.”

Talmude hebraico

À minha esposa, que sempre me empurrou para onde eu queria ir.
À minha filhota que passou vários fins-de-semana sem o pai.

Agradecimentos

Agradecimentos são devidos ao Prof. Teotónio Souza, pela sua sapiência orientadora deste trabalho, à Prof.^a Hélia Bracons, pelas suas preciosas indicações em matéria da estrutura do mesmo, à Dr.^a Anabela Fernandes, Directora de Gestão de Fundos do IGFSS, pelos seus esclarecimentos relativos aos Fundos mencionados no trabalho; finalmente um agradecimento ao Conselho Directivo do IGFSS por ter autorizado a prossecução do inquérito que constitui a base desta Dissertação, e ainda, como não podia deixar de ser, um agradecimento especial aos colegas e demais pessoas que tiveram a amabilidade de responder ao mesmo.

Resumo

A tomada de consciência da mulher na luta pelos seus direitos teve particular preponderância em finais do séc. XIX princípios do séc. XX, em Portugal, na sequência das movimentações republicanas. Várias personalidades se tornaram símbolos de um feminismo nascente, mas nos dias de hoje ainda se pode considerar uma especificidade feminina causa bastante para situações de exclusão? Apresentamos o caso do *Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social*, IP (IGFSS, IP), caracterizado por 76% de coadjutoras num universo de 450 funcionários. Que razões haverá para esta predominância feminina, pelo menos em números? Reflectirá uma verdadeira mudança da condição feminina na sociedade? Ou constituirá antes a continuação de um preconceito que impele o sexo feminino para panoramas de exploração e subvalorização que se irão reflectir nos apoios sociais do Estado?

Palavras-chave:

Condição feminina – República – feminismo – desvalorização – exclusão

Abstract

The awareness of woman in the struggle for her rights had particular preponderance at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, in Portugal, in the sequence of the republican bustle. Several personalities became symbols of a growing feminism, but in nowadays can we still consider a feminine specificity cause enough for exclusion? Here we present a case-study of the *Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP* (IGFSS, IP), characterised by 76% of women employees in a total of 450 workers. What could be the reasons for this female predominance, at least in numbers? Does it reflect a real change in female conditions in our society? Or will be instead the maintenance of the prejudice that propels women to scenarios of exploitation and undervaluation that will have reflexes on State social supports?

Keywords:

Women's condition – Republic – feminism – devaluation - exclusion

Résumé

La prise de conscience de la femme dans la lutte par ses droits, a eu de particulière prépondérance dans la fin du 19ème siècle et le principe du 20ème siècle, en Portugal, dans la sequence des mouvementassions républicaines. Des variés personnalités se deviennent le symbole d'une naissante féminisme, mais aujourd'hui est-ce qu'on peut considérer une spécificité féminine qui sera cause suffisant pour des situations d'exclusion? Il se present le cas de l' *Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social*, IP (IGFSS, IP), caractérisé par 76% de femmes employés dans un univers de 450 fonctionnaires. Quelles seront les raisons de cette supériorité féminine, au moins en chiffres? Sera qu'il est le reflet d'une vrai changement de la condition féminine dans la société? Ou, par le contraire, sera la continuation du préjugé qui impulse la femme pour des panoramas d'exploitation et dévalorisation qui se vont réfléchir dans les appuis sociales de l'État?

Mots-clés:

Condition féminine – République – féminisme – dévalorisation – exclusion

Índice geral

	Página
Introdução	8
Capítulo 1 – Enquadramento teórico	
1.1 Preconceitos introdutórios	10
1.2 Portuguesas inconformadas	14
1.3 Especificidade feminina?	22
Capítulo 2 – Metodologia	
2.1 Caracterização da actividade do IGFSS, IP	26
2.2 Metodologia da investigação	28
Capítulo 3 – Resultados da investigação	
3.1 Presença feminina: mais-valia no quotidiano laboral?	32
3.2 Condição feminina: menos valia nos Fundos de apoio social?	57
Reflexões finais	68
Bibliografia	77
Webliografia	78
Índice remissivo	80
Apêndice I – Gráficos do inquérito	II
Apêndice II – Ficha técnica do inquérito	XXVI

Introdução

A temática da desvalorização feminina está na ordem do dia, pois por fim a sociedade começa a aperceber-se de uma realidade que até recentemente tem sido escamoteada sob aforismos como “Entre marido e mulher ninguém meta a colher!”. E é uma temática que tem vindo a ser abordada por muitos e variados trabalhos meritórios, em que o feminino expressa as suas preocupações acerca dos vários ângulos da sua vivência: doméstica, profissional, conjugal, etc. Seria redundante propor mais um na mesma linha, não trazendo qualquer valor acrescentado e limitando-se a repetir aquilo que, com melhor conhecimento de causa, já insignes investigadoras elaboraram.

Contudo, do ponto de vista histórico, será talvez produtivo começar por descrever sumariamente o ponto da situação relativamente à condição feminina no mundo para, de forma breve, traçar uma panorâmica sobre o que poderá ter estado na origem de uma mentalidade que encara como natural uma pretensa inferioridade feminina.

Seguidamente, em ‘Portuguesas inconformadas’, há a pretensão de apresentar os casos de cinco mulheres – entre muitas outras – cujo inconformismo marcaria indelevelmente a História de Portugal dos sécs. XIX e XX: Ana de Castro Osório (1872-1935) e a luta pela emancipação feminina, Carolina Beatriz Ângelo (1871-1911), a primeira mulher a votar, Isabel Aboim Inglês (1902-1963), feroz lutadora antifascista, Elina Guimarães (1904-1991), que sempre se guiou pela máxima “dar à lei força da vida”, e Maria de Lurdes Pintasilgo (1930-2004), que, chefiando o V Governo Constitucional, lançou as bases do que é hoje a Segurança Social. Em ‘Especificidade feminina?’ coloca-se a interrogação sobre uma eventual especificidade feminina ao nível profissional e pessoal, que tornará a mulher suscetível de ser descriminada.

Sendo, naturalmente, um campo demasiado vasto para ser abarcado no âmbito de uma simples dissertação de mestrado – o que certamente levaria à dispersão –, optou-se por o restringir à realidade portuguesa e, dentro desta, focar somente – e aqui esta palavra é um tanto ilusória – os desafios que se apresentam para a condição feminina no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, quer partindo de um ponto de vista externo – os destinatários dos apoios sociais – quer abordando um ponto de vista interno, num organismo

do setor público cujo número de coadjutoras atinge cerca de 76% de um total de 246 empregados.

O último capítulo caracterizará a forma como são percecionados o desequilíbrio de género e os desafios da condição feminina no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, quer internamente quer partindo de um ponto de vista externo, tentando ainda perceber-se se a presença feminina no quotidiano laboral será ou não uma mais-valia e se a condição feminina constitui uma menos valia nos apoios sociais, através de entrevistas, por escrito, com colegas de trabalho e de faculdade, bem como outras pessoas de quem o autor tem a honra de contar com a amizade, no sentido de recolher testemunhos ilustrativos de como estas realidades são enfrentadas.

Por fim, a conclusão será o corolário de tudo o que anteriormente foi exposto, tendo como epílogo a caracterização da premissa assente no título: “Desafios da condição feminina: o exemplo do IGFSS, IP”.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

1.1 Preconceitos introdutórios

“Quanto ao sexo, a diferença é indelével: qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade”.¹

“O varão pois não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do varão. / Porque o varão não provém da mulher, mas a mulher do varão. / Porque também o varão não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do varão”.²

Se há algo que transmite um sentimento de profunda injustiça, é precisamente a desigualdade que subsiste em relação ao universo feminino, quando comparado com a espontaneamente aceite prevalência do universo masculino.

Apesar das enormes conquistas alcançadas nas últimas décadas, não será descabido considerar que muitos homens – assim como muitas mulheres – olham para a longa e ininterrupta história de dominação masculina ainda abrigando a suspeita – ou firmemente sustentando a convicção – de que o sexo feminino é, em vários aspectos, inferior.

A ideia generalizada de que a masculinidade é a condição ‘normal’ do ser humano tem sido um conceito recorrente ao longo dos anos. O conceito universal de pessoa foi sendo pensado tendo por base o sexo masculino; este é a matriz e o modelo. Em 1940, o National Institute of Aging, norte-americano, iniciou um estudo de longa duração sobre o Envelhecimento Humano Normal [Normal Human Aging], contando com o contributo de cerca de 650 voluntários; significativamente, só 38 anos depois se consideraria relevante incluir dados correspondentes àquela parte da população que sofre da ‘anormalidade’ de ser do sexo feminino.³

¹ Aristóteles, *A Política*, “Dos Poderes Marital e Paternal”, p. 27 [Consult. 8 Jan. 2009]. Disponível em http://www.clube-de-leituras.pt/upload/e_livros/cle000021.pdf

² Cf. Primeira Epístola de S. Paulo aos Coríntios, I Cor. 11:7-9 in *Bíblia Sagrada e Chave Bíblica*, João Ferreira Almeida, trad.

³ Cf. NIH Publication n.º 80-134 (reprinted August 1980) [Consult. 17 Dez. 2008]. Disponível em http://www.grc.nia.nih.gov/blsahistory/blsa_2.htm

No seu relatório relativo a 2003, a Organização Internacional do Trabalho estima o número de desempregados em 6,2% da população ativa do planeta. Uma pequena subida em relação a 2002, quando a OIT calculou o número de desempregados em 185,4 milhões de pessoas. Destes números, uma percentagem significativa são mulheres. Com 1,208 mil milhões de trabalhadoras (1,006 em 1993), as mulheres já representam mais de 40% da mão-de-obra mundial, sublinha esta organização no relatório intitulado ‘Tendências mundiais do emprego para as mulheres’. Porém, as mulheres são também mais afetadas pelo desemprego, sobretudo as jovens: cerca de 35,8 milhões de mulheres com idades entre os 15 e os 24 anos procuram emprego em todo o mundo, ou seja, perto de metade do total de mulheres desempregadas (77,8 milhões). “Ser mulher e jovem pode implicar uma dupla discriminação”, diz a OIT. “As jovens têm dificuldade de entrar no mercado de trabalho e de conservar o emprego em períodos de abrandamento económico”. Os empregos que ocupam são também mais precários, caracterizados por salários muito baixos, rendimentos irregulares, pouca ou nenhuma segurança de trabalho e ausência de proteção social. Em consequência disso, constituem a maior parte da categoria de ‘trabalhadores pobres’, dispondo de menos de um dólar por dia representando 60% da população, ou seja, 330 milhões de indivíduos. Finalmente, “as mulheres são pior pagas do que os homens em todo o mundo”, usufruindo, na melhor das hipóteses, de 90% do salário dos seus colegas masculinos, além de constituírem 70% do 1,3 biliões de pessoas que vivem na pobreza em todo o mundo, realizando cerca de 66% do trabalho mundial e recebendo menos de 5% dos rendimentos.^{4 5}

“Ouvimos e dizemos que a vida é injusta, mas o que este relatório demonstra é que a vida é dramaticamente injusta para as mulheres”, assim declarava a administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, na apresentação, em 1995, de uma pesquisa mundial sobre a condição feminina.⁶ Em 6 de Março de 2008, a mesma OIT publicou, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, um relatório intitulado ‘Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres’ no qual se salienta que, embora o número de mulheres no mercado de trabalho seja o mais alto da História, estas trabalhadoras estão mais expostas

⁴ Cf. “Desemprego e Precariedade Laboral Ameaçam as Trabalhadoras”, *Jornal Público* [Consult. 18 Mar. 2004] Disponível em <http://tinyurl.com/6koguf>

⁵ Cf. <http://www.actionaid.org.br/p/pdf/gender.pdf> [Consult. 18 Mar. 2004].

⁶ Barbra Crossette, “U. N. Documents Inequities for Women as World Forum Nears”, *The New York Times* [Consult. 18 Mar. 2004]. Disponível em <http://tinyurl.com/6bcdodo>

que os homens a trabalhos de baixa produtividade, mal pagos e vulneráveis, sem proteção social ou direitos.⁷

Se estas afirmações ainda podem ser feitas com relevância em finais do séc. XX e princípios do séc. XXI, serão certamente aplicáveis aos últimos cinco milénios acerca dos quais temos alguma informação sobre o modo como as pessoas viviam. Mas porquê? Serão os homens naturalmente dominantes como é subjetivamente entendido pelas sociedades contemporâneas? E, em caso afirmativo, quando e como é que isso aconteceu? E por que motivo os homens consideraram do seu interesse essa dominação? Que significou a subordinação feminina para a sociedade em geral? Terá a História sido moldada de forma drástica pela crença na inferioridade feminina?

Segundo a tradição judaico-cristã, a resposta para o tratamento diferenciadamente negativo da mulher reside na punição imposta por Deus ao pecado original perpetrado por Eva, pelo que não se tratará de um tratamento injusto mas sim de um castigo.

Outra explicação reside na hipótese de os homens terem usado a sua relativa superioridade física para impor a sua vontade sobre as mulheres, começando desde a Pré-História a usar a força bruta para estabelecerem um ascendente, que perdura até aos dias de hoje nos seus descendentes.

Os equívocos e animosidade que surgiram como consequência da exclusão feminina ainda constituem tema de debate na esfera religiosa na atualidade. Em 1991, no sermão do Dia do Pai, o Cardeal John J. O'Connor de Nova Iorque foi citado como tendo defendido “a incontestável masculinidade de Deus”.⁸ A reação hostil foi suficiente para que o prelado ‘clarificasse’ a sua posição alguns dias depois, dizendo que tinha sido mal interpretado.⁹

⁷ Cf. <http://www.cite.gov.pt/cite/destaques/Notic21.htm>, site da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [Consult. 14 Dez. 2008].

⁸ “Cardinal Avers that God Is Masculine” in *Boston Globe*, 18/06/1991 *apud* Robert S. McElvaine, *op. cit.*, p. 372.

⁹ Cf. Ari L. Goldman, “Cardinal Said God Is a Man? Not Really?”, *The New York Times*, 1991-06-22. [Consult. 7 Jan. 2009] Disponível em <http://tinyurl.com/a3n6kz>

Em 1992, um bispo católico americano dizia: “Uma mulher sacerdote é tão impossível como é para mim dar à luz”.¹⁰ Repare-se na comparação usada pelo prelado.

Ainda em 1992, a Igreja de Inglaterra admite finalmente, após aceso debate (e por uma margem de apenas dois votos), permitir a ordenação de mulheres sacerdotes; o Vaticano faz saber que esta decisão constitui “um novo e grave obstáculo” à reconciliação entre as Igrejas Anglicana e Romana; a Conferência Nacional de Bispos Católicos nos Estados Unidos declara que está tão dividida sobre o papel das mulheres na Igreja e na sociedade que iria dar por findo um esforço de nove anos para produzir termos em que os seus membros pudessem concordar para a publicação de uma carta pastoral sobre o assunto.¹¹

Em 1993, responsáveis católicos em Boston declararam nulos batismos oficiados por um sacerdote que usou o preceito “Deus, nosso Criador, através de Jesus, o Cristo, pelo poder do Espírito Santo” ao invés do tradicional (inequivocamente masculino) “Pai, Filho e Espírito Santo”.¹²

Em 1994, na Carta Apostólica intitulada “Reservando a Ordenação Sacerdotal Apenas para os Homens”, o Papa João Paulo II reafirmava a posição da Igreja Católica de que a ordenação de mulheres não é sequer um assunto aberto à discussão, usando o velho argumento de que os apóstolos de Jesus eram todos homens¹³ – o que equivale a afirmar, seguindo este raciocínio, que os eclesiásticos da atualidade teriam de ser todos judeus, pescadores e casados.

¹⁰ Cf. Peter Steinfels, “Ordination of Women Puts New Fire in Bishop’s Debate”, *The New York Times*, 1992-11-18. [Consult. 1 Dez. 2008]. Disponível em <http://tinyurl.com/7jo6h7>.

¹¹ Cf. William E. Schmidt, “Anglicans in Britain Vote to Let Women Be Priests”, *The New York Times*, 12/11/1992. [Consult. 1 Dez. 2008] Disponível em <http://tinyurl.com/96thlu>; Cf. Peter Steinfels, “Catholic Bishops in U.S. Reject Policy Letter on Role of Women”, *The New York Times*, 1992-11-19. [Consult. 1 Dez. 2008]. Disponível em <http://tinyurl.com/7lqj8v>; Cf. Richard N. Ostling, “The Second Reformation”, *Time*, 1992-11-23. [Consult. 1 Dez. 2008]. Disponível em <http://tinyurl.com/8mxjeh>.

¹² “Paulist’s Baptisms Are Called Not Valid”, *Boston Globe*, 1993-10-08. [Consult. 1 Dez. 2008] Disponível [mediante pagamento] em <http://tinyurl.com/79qd5k>; “Without a ‘Father’ or ‘Son’, Baptisms Are Ruled Invalid”, *The New York Times*, 1993-10-09. [Consult. 1 Dez. 2008]. Disponível em <http://tinyurl.com/9va45l>.

¹³ Cf. William D. Montalbano, “Pope Reaffirms His Stand: No Women Priests” in *Los Angeles Times*, 1994-05-31 [Consult. 6 Jan. 2009] Disponível em <http://tinyurl.com/85a3ly>; Cf. Alan Cowell, “Pope Rules Out Debate on Making Women Priests” in *The New York Times*, 1994-05-31 [Consult. 6 Jan. 2009] Disponível em <http://tinyurl.com/a6fodc>; Cf. Anna Quindlen, “Public & Private; To the Altar” in *The New York Times*, 1994-06-04. [Consult. 6 Jan. 2009] Disponível em <http://tinyurl.com/7bk262>.

Em 1998, o Vaticano reafirmou a sua insistência de que as mulheres não podem ser sacerdotes pela lei canónica, ameaçando assim com a excomunhão os fiéis que protestem contra estes resquícios da crença na superioridade masculina.¹⁴

Por fim, em 2000, a Convenção Baptista defendeu uma tese comum à Igreja de Roma ao proclamar que “a função de pastor é limitada aos homens tal como é estabelecido pelas Escrituras”.¹⁵

1.2 Portuguesas inconformadas

Ao longo da História de Portugal muitas foram as portuguesas que se destacaram pelo seu inconformismo desde os alvares da República, quer mantendo-se firme nos seus ideais, quer lutando pela via da legislação, quer lutando por promover uma agenda social.

“Porque, minhas senhoras, é necessário que partamos deste princípio: ter um altivo orgulho na nossa qualidade de mulheres, seres pensantes como os homens, seres livres como eles e, neste momento da história da humanidade, seres mais nobres do que eles, porque lutamos pela nossa emancipação contra a sua teimosa injustiça.”

Assim discursava Ana de Castro Osório¹⁶ (1872-1935) na sessão de 12-5-1912 da Associação de Propaganda Feminina.¹⁷ Lutadora pela emancipação da mulher, escrevia assiduamente na imprensa apresentado, defendendo as suas posições políticas e sociais e enfrentado a ideologia antifeminista dominante na época:

“Feminismo: é ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus.”¹⁸

Insurgiu-se também contra a educação ministrada às raparigas considerando-a uma deformação progressiva dos caracteres e das individualidades:

¹⁴ “Pope Moves to Quell Dissent Over Ban on Female Priests”, *Los Angeles Times*, 1998-07-01. [Consult. 8 Jan. 2009] Disponível em <http://articles.latimes.com/1998/mar/14/local/me-28724>

¹⁵ “Southern Baptist Convention Passes Resolution Opposing Women as Pastors” in *The New York Times*, 2000-06-15. [Consult. 7 Jan. 2009] Disponível em <http://tinyurl.com/9p9cur>

¹⁶ Cf. Ana Vicente, “Ana de Castro Osório, A Feminista” in *Visão História*, “41 Grandes Figuras da I República”, Impresa Publishing, Lisboa, 2010, pp. 62-65; cf. Maria Alice Samara - *Operárias e Burguesas, As Mulheres no Tempo da República*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007, pp. 113-131

¹⁷ In *A Mulher Portuguesa*, Ano I, n.º 1, Junho de 1912 apud Maria Alice Samara, *op. cit.*, p. 113

¹⁸ Apud Ana Vicente, “Ana de Castro Osório, A Feminista” in *Visão História*, “41 Grandes Figuras da I República”, Impresa Publishing, Lisboa, 2010, pp. 62-65

“Se os homens procurassem cuidadosamente criar uma raça de cretinos e covardes, não lhes dariam uma outra educação do que é dada à mulher em geral e à portuguesa em especial.”¹⁹

Foi uma das mais importantes feministas do panorama português, defendendo os ideais republicanos que, esperava, trouxessem maior visibilidade aos problemas das mulheres. Considerava que ser mulher era ainda ser escrava nas leis, na família e no trabalho e que a República seria a única forma de avançar mais um passo na senda do aperfeiçoamento da civilização e do progresso, a seu tempo e com tempo.

Não teve vida facilitada, antes pelo contrário, os seus escritos eram sempre pretexto para duras críticas vindas de todos os lados. Defendia que a política das mulheres devia ser feita de um ponto de vista do interesse feminino, desmistificando ideias feitas pois não se tratava da luta da mulher contra o homem, nem da substituição do patriarcado pelo matriarcado, mas sim de possibilitar a entrada da mulher na vida social e política e de a dignificar.

Foi também uma das fundadoras da literatura infantil em Portugal, numa longa carreira literária e política que não se esgotaria em obras para crianças e jovens mas que incluiu outros textos como crónicas, ficção, teatro e textos de intervenção. A literatura infantil era, porém, uma forma de acesso das mulheres a um mundo das letras então dominado pelos escritores do sexo masculino. Por outro lado, Ana de Castro Osório acreditava que a mudança na sociedade poderia e deveria ser feita através da educação cívica da criança, pelo que as suas obras difundiam saberes, atitudes e comportamentos que visavam divertir e formar, sem infantilizar o discurso.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, tem um importante papel na defesa do intervencionismo. Está presente na organização de movimentos de apoio aos soldados mobilizados, como a Cruzada das Mulheres Portuguesas, em 1916, que se entendia como uma instituição não de caridade mas de trabalho e assistência. Uma oportunidade de ouro para demonstrar que o «trabalho inteligente» das mulheres era fundamental para a Pátria; os seus objetivos não se prendiam unicamente com a guerra, mas esta razão seria utilizada para discutir outras temáticas que estas mulheres republicanas consideravam importantes.

¹⁹ Vide *supra* n. 18

A Cruzada das Mulheres Portuguesas lançaria várias iniciativas e projetos como a criação de escolas profissionais e agrícolas e ainda de um curso de enfermagem visando a criação de um corpo de Enfermagem de Guerra. Também levaria a bom porto a iniciativa Afilhados de Guerra, preocupando-se com a colocação dos que estiveram na guerra bem como dos órfãos.

Ana de Castro Osório fez parte do que inicialmente seria um restrito grupo de mulheres, que tinham cargos no funcionalismo público e no Estado, ocupando o cargo de vogal do Conselho Central da Federação Nacional dos Amigos das Crianças e membro da respetiva Comissão Executiva, tutelada pelo Ministério da Justiça e dos Cultos, chegando ainda a subinspetora do trabalho. Foi agraciada com a Ordem de Mérito Agrícola, tendo recusado a Ordem de Santiago decaída com a República, por esta não ter cumprido as suas promessas no respeitante à emancipação feminina.

Carolina Beatriz Ângelo²⁰ (1871-1911) foi a primeira mulher a votar. Para a Assembleia Constituinte, em 28 de Maio de 1911, estava em vigor a lei eleitoral, aprovada um mês antes, que dava direito de voto aos portugueses maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. Ora Carolina, de 33 anos, era médica ginecologista e cirurgiã, além de que, por ser viúva, era chefe de família já que tinha a seu cargo uma filha de oito anos, pelo que cumpria todos os requisitos para poder votar.

Porém, não seria assim tão simples, uma vez que numa primeira fase foi-lhe recusada inclusão nos cadernos eleitorais, motivando recurso para o ministro do Interior que, levado o assunto ao Conselho de Ministros, acabaria por manter a recusa. Novo recurso, desta feita aos tribunais, que, por intermédio do juiz João Baptista de Castro – pai de Ana de Castro Osório – que apreciou o recurso, viriam a dar-lhe razão com base no facto de a lei ser omissa relativamente ao sexo dos eleitores. O voto de Carolina foi notícia até na imprensa estrangeira; o direito ao sufrágio feminino era ainda raro.

²⁰ Cf. Emília Caetano, “Carolina Beatriz Ângelo, A Pioneira” in *Visão História*, “41 Grandes Figuras da I República”, Impresa Publishing, Lisboa, 2010, pp. 66, 67; cf. Maria Alice Samara, *op.cit.*, pp. 133-137

E raro continuaria em Portugal, já que pela Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1913, é referido explicitamente que são eleitores de cargos legislativos e administrativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, e residam no território da República Portuguesa. Nem uma palavra acerca da possibilidade de mulheres eleitoras, apesar de, em 1911, depois do voto de Carolina, uma delegação da Associação de Propaganda Feminista – criada nesse mesmo ano por Carolina Beatriz Ângelo e por Ana de Castro Osório – ter entregado na Assembleia Constituinte uma exposição em que apenas se pedia o direito de voto para as mulheres maiores de 21 anos com cursos superiores e para as chefes de família que soubessem ler e escrever.

“Desejamos que a República nascente, para a qual trabalhámos com o entusiasmo da nossa propaganda e que já tem legislado tão longa e nobremente, não cometa o erro imperdoável que a grande Revolução Francesa cometeu, negando à mulher todos os direitos políticos, tendo-se aliás servido dela para a sua propaganda na oposição.”²¹

Pura desilusão, seria ainda preciso esperar mais de 60 anos para as mulheres verem instituído o sufrágio sem restrições, já depois do 25 de Abril de 1974.

Ousara pensar pela sua própria cabeça, tomara certas atitudes e Salazar não lhe perdoou. Fundou um colégio, ele fechou-lho; conquistou o direito a ser professora universitária, ele proibiu-a de dar aulas; surgiu a oportunidade de tentar a sorte no estrangeiro, ele não a deixou sair do país. Mas nunca desistiu de lutar contra a ditadura, nem mesmo quando, já viúva, viu perigar o seu futuro e o dos seus filhos. Maria Isabel Hahenneman Saavedra Aboim Inglês (1902-1963) foi presa, pela primeira vez, nos fins de 1946. Dizia que ninguém a podia impedir de pensar, de falar ou de escrever e disse-o na cara de um juiz do Tribunal Plenário do Estado Novo, lugar onde a justiça estava *a priori* decidida, sem qualquer possibilidade de defesa para os réus que saíam dali regra geral acusados de crimes contra a segurança do Estado. “Não te mostres fraca perante a PIDE, mas procura também manter-te como uma senhora perante eles, não os deixes de maneira nenhuma diminuírem-te”²² aconselharia às mulheres mais jovens que também lutavam contra a opressão.

“Eu, na minha vida prisional, fazia sempre o seguinte: tomava duche, mesmo quando o duche era frio, arranjava-me, vestia-me e punha-me como se fosse tomar chá à Baixa. Aí, quando eles

²¹ *Apud* Emília Caetano, “Carolina Beatriz Ângelo, A Pioneira” in *Visão História*, op. cit., p. 67

²² “Isabel Aboim Inglês”, Anabela Natário – *Portuguesas com História – Século XX*, Círculo de Leitores, 2008, p. 36.

me chamavam para os interrogatórios, ou fosse para o que fosse, deparavam comigo, uma senhora. Eles sabiam que estava firme, que eu estava absolutamente convicta das minhas ideias, mas assim era de uma forma imediata, visual, de ter impacto, de «com esta não fazemos nada».”²³

Isabel Aboim Inglês vestia-se sempre a preceito, usava o cabelo apanhado atrás, deixando bem descoberto o rosto branco, que gostava de maquilhar ligeiramente. “Quando vinham buscar-nos para os interrogatórios eu dizia sempre, vou-me pentear, vou-me pentear, porque o que é preciso é que eles nunca nos vejam despenteados.”²⁴ De facto, não era uma mulher que se amedrontasse com facilidade. Nem cedia a ameaças; ceder uma vez, ceder para sempre. Em 1958, na campanha do general Norton de Matos à Presidência da República, ignora a chantagem da PIDE e faz o seu discurso como estava previsto. A polícia política cumpre a ameaça e o seu filho é preso, mas não será só este a sofrer a perseguição; a raiva que o regime tem a Isabel estende-se também às filhas: uma, pintora, é proibida de dar aulas, a outra, engenheira agrónoma, é impedida de trabalhar na função pública, mesmo tendo ficado em primeiro lugar num concurso. Destaca-se no movimento pró-amnistia aos presos políticos, sendo presa pela PIDE em 1946 e 1948 e em 1960 é agredida na prisão de Caxias, onde se deslocara para ver o filho aí preso. O regime impediria o seu filho, preso no Forte de Peniche, de ir comparecer no velório e de acompanhar o funeral da mãe, que reuniu centenas de pessoas sem medo.²⁵

Elina Guimarães (1904-1991) guiou o seu pensamento pela máxima ‘dar à lei força da vida’. Tinha a preocupação constante de divulgação das leis referentes às mulheres, ao mesmo tempo que denunciava as situações de discriminação legal. Como referia: “Durante séculos e séculos as leis foram escritas, aplicadas, estudadas e comentadas por homens” portanto, “não admira que fossem masculinas”.²⁶ Elina Júlia Chaves Pereira Guimarães cedo começa a aperceber-se da disparidade do papel feminino em relação ao masculino, uma submissão que as mulheres, no seu entender, aceitam com demasiada prontidão o que a irrita.

Observa que a mulher não tem qualquer ideia do quanto é discriminada e tratada injustamente, o que considera ser o mais grave. Indecisa entre Medicina e Direito, fez

²³ Vide *supra* n. 22

²⁴ Vide *supra* n. 11, p. 38

²⁵ Cf. “Isabel Aboim Inglês”, Anabela Natário, *op. cit.* n. 11, pp. 34-43

²⁶ Sofia Branco, “Elina Guimarães”, *Público*, 2006-06-25 *apud* “Elina Guimarães”, Anabela Natário, *op. cit.* n. 11, p. 46

rapidamente a sua opção pelo estudo das leis quando quis propor-se a exame no liceu feminino Maria Pia, criado em 1906, e lhe foi recusada a inscrição por na caderneta não constar a assinatura do pai, ausente na guerra, e só a da mãe não ser suficiente. Quando acabou o curso ficou surpreendida por descobrir que o liceu cometera uma ilegalidade, a que habitualmente ninguém dava importância, pois há muito que o Código Civil previa que a mulher tomasse o lugar de chefe de família na ausência deste; para o servilismo do regime, o excesso de zelo era sempre bem-visto.

Frequentará o liceu misto Pedro Nunes para poder ingressar na Faculdade e cursar Direito. Mais tarde, já no curso superior, um dos seus colegas de faculdade afirma, em plena aula, que a inteligência feminina era inferior à masculina, suscitando de imediato o desafio por parte de Elina para uma prova pública, tendo o reitor e alguns professores como testemunhas; terminada a exposição, ela teria a classificação de 18 valores e ele de 16 valores.²⁷ Sente que, como em tudo o resto que irá viver, para a mulher tudo se apresenta mais difícil de concretizar sendo alguns professores muito mais exigentes com as provas das raparigas do que com as dos rapazes, enquanto estes partilham normalmente a ideia de que o sexo feminino devia estar em casa a coser meias. Tudo isto faz com que Elina sinta cada vez mais vontade de se envolver na luta pela igualdade.

“Para muita gente ainda, embora menos do que dantes, a palavra feminista evoca uma espécie de megera masculinizada, horrenda e feroz, cujo único fim na vida é vociferar contra os homens e tentar tiranizá-los. Como semelhante criatura nunca existiu entre nós, facilmente se depreende que esta deliciosa imagem é de importação estrangeira. E, investigando mais detalhadamente a sua origem, encontramos-na, não na realidade, mas... nos jornais humorísticos e nos números de ‘music-hall’. Essas caricaturas, manifestamente exageradas e tendenciosas que lá fora caíram já em desuso, são entre nós tomadas a sério.”²⁸

É este o seu pensamento em 1930, escrevendo para uma das muitas publicações periódicas em que colaborou sempre na defesa dos seus ideais. E não sabia que no ano seguinte o regime iria estender o direito de voto à mulher licenciada enquanto que ao homem bastava saber ler e escrever...²⁹

“É muito duvidoso que pudesse chamar-se àquilo direito a voto. Davam direito de votar às mulheres que tivessem curso secundário ou superior. Eu estava nesse caso, mas pensei: eu acho isto extremamente humilhante, que ponham essa condição. Quer dizer que uma mulher

²⁷ Madalena Barbosa, “Elina Guimarães: uma feminista portuguesa, vida e obra (1904-1991)”, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres [actual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género], 2004, p. 16, *apud* “Elina Guimarães”, Anabela Natário *op. cit.* n. 16, p. 48

²⁸ “Elina Guimarães”, Anabela Natário, *op. cit.* n. 16, p. 50. N. A.: Estranhamente, este conceito ainda mantém uma certa actualidade. *Vide* “1.1 – Preconceitos introdutórios”.

²⁹ *Vide supra* n. 9

tem de ter um curso universitário para estar igual mentalmente ao homem. E ainda para mais isto não é votar. É deitar um papelucho que o governo nos dá”³⁰

Afirmção produzida em 1975 numa entrevista a programa da RTP. O feminismo não pretende masculinizar a mulher, mas sim assegurar-lhe o livre desenvolvimento pessoal para poder colaborar com o homem e não para o tirar, assim entendia Elina Guimarães. Seria condecorada em 1985 com a Ordem da Liberdade.³¹

Primeiro-ministro, primeira-ministro ou primeira-ministra? Ninguém tinha a certeza de como lhe chamar, nunca uma mulher desempenhara esse cargo em Portugal. Maria de Lurdes Pintasilgo (1930-2004) aceitou liderar o V Governo Constitucional, composto por homens, durante cento e quarenta e nove dias; poderá ter sido pouco tempo, mas conseguiu deixar as bases para um sistema de Segurança Social para todos. A sua atividade de intervenção social inicia-se nos tempos de Faculdade, presidindo à Juventude Universitária Católica Feminina entre 1952 e 1956, sendo depois eleita presidente do Movimento Internacional de Estudantes Católicos. Em 1957 traz para o país o Graal, movimento cristão feminino lançado na Holanda em 1921 com o objetivo de criar uma cultura de solidariedade e de paz; entre 1964 e 1969 será sua vice-presidente internacional e coordenadora de programas de formação e de projetos ligados à emancipação da mulher, à ação sociocultural e à evangelização. Quando Salazar é afastado do Governo, acredita que Marcelo Caetano irá mudar o estado das coisas; sendo contra o sistema de partido único, recusa o convite para integrar as listas à Assembleia Nacional, porém aceita o lugar de procuradora à Câmara Corporativa, onde irá permanecer até 1974.

“Foi extraordinariamente interessante! Pude aperceber-me (...) do que era a política concreta, e pude observar, do interior, as suas estruturas, o seu modo de funcionamento, os erros, etc. (...) Por outro lado, esta experiência foi-me impedindo de julgar as pessoas e as questões de forma maniqueísta...”³²

Quando se dá a Revolução dos Cravos, encontra-se em França num retiro espiritual, regressando de imediato e em Maio estava a tomar posse como Secretária de Estado da Segurança Social. O primeiro-ministro é Adelino da Palma Carlos, marido de Elina Guimarães cuja ação foi atrás abordada. Além dela só há mais uma mulher no Governo: Maria de Lurdes Belchior, Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação

³⁰ “Elina Guimarães”, Anabela Natário *op. cit.*, p. 50

³¹ *Idem*, pp. 44-53

³² Entrevista a Maria João Avillez *apud* “Maria de Lurdes Pintasilgo”, Anabela Natário – *Portuguesas com História – Século XX*, Círculo de Leitores, 2008, p. 226

Científica. No terceiro e quarto governos provisórios, liderados pelo general Vasco Gonçalves, será ministra dos Assuntos Sociais; uma mulher ministra era outra novidade trazida pela Revolução.

“Eu passara as três semanas que se seguiram ao 25 de Abril tentando perceber o que se estava a passar na sociedade portuguesa, tentando compreender a que é que aquilo tudo conduziria. Num congresso que a Françoise Giroud [jornalista, escritora, cronista, ensaísta e política suíça radicada em França, nascida Lea France Gourdji (1916-2003)]³³ realizou em Paris, por essa altura, lembro-me de ter dito que, «em Portugal, se fazia uma revolução no masculino, apesar de a palavra ser feminina». As notícias visavam apenas os homens, tudo se passava entre eles, etc. Estava eu nesta constatação quando Mário Murteira – indicado para titular dos Assuntos Sociais – me convidou para sua Secretária de Estado.”³⁴

Ao longo de cinco anos tomam posse seis governos provisórios e quatro constitucionais; ficando em média cada um seis meses no poder. Lurdes Pintasilgo é nomeada em 1975 embaixadora de Portugal na UNESCO e segue para Paris, mas quando o presidente Ramalho Eanes a escolhe para liderar o V Governo Constitucional, não fica surpreendida, sentia-se preparada e não hesitou. O país, contudo, foi apanhado de surpresa. Decerto que em Maio havia sido eleita, pela primeira vez na Europa, uma primeira-ministra, a líder do Partido Conservador Margaret Thatcher, mas isso foi na distante Inglaterra... Imbuída do espírito da Revolução, propôs-se construir as estruturas de uma sociedade mais justa.

Para Maria de Lurdes Pintasilgo, as mulheres, como todos os grupos socialmente desfavorecidos, tendem a interiorizar a sua situação, considerando-a natural. Não se tratará de uma relação de opressores *versus* oprimidos, mas de um contexto em que todos são opressores e oprimidos, na medida em que se aceita sem questionar situações de desigualdade, aquilo que denomina de ‘colonizados-por-dentro’ aspirando ao padrão proposto pela sociedade de tipo masculino que é característica da civilização ocidental, chegando até a, inconscientemente, tentar uma identificação com esse padrão.

Em 1981, já enquanto ex-primeira-ministra, comentaria numa entrevista³⁵, falando da sua experiência como líder político: “O simples facto de as mulheres exercerem funções governativas, independentemente da forma como o fazem, quebra o carácter quase religioso de que estas funções se revestem. São funções que se democratizam e se tornam acessíveis a toda

³³ Cf. “Françoise Giroud” in *Wikipédia, a enciclopédia livre* [Consult. 2009-03-21]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7oise_Giroud

³⁴ *Op. cit.* n. 21, p. 228

³⁵ Cf. Elisabete Franca, “Mulher Atenta à Problemática da Condição Feminina”, *Alavanca*, n.º 44, Maio 1981, CGTP-IN. *Fundação Cuidar o Futuro*, Centro de Documentação e de Publicações, Dossier Temático – Inscrição das Mulheres no Espaço Público: Identidade(s) em Construção, “Liderança e Poder”, compilação de textos por Marijke de Koning [Consult. 26 Abr. 2009]. Disponível em <http://tinyurl.com/c35vuq>

gente (...). Mas a intervenção das mulheres deveria resultar “de um imperativo da sua própria consciência”. A criatividade nas decisões políticas nasce de atos de revolta contra as injustiças e “a presença das mulheres só faz sentido se, pela sua maneira de viver a política, contribuírem para rasgar um horizonte novo para a sociedade”.

1.3 Especificidade feminina?

Existirá, todavia, uma especificidade feminina que constitua causa necessária e suficiente para essa desvalorização ou, pelo contrário, tal será apenas mais um mito apaziguador de má consciência? Algo que constitua fator negativamente discriminatório para a mulher, isto é, será o sexo feminino intrinsecamente mais fraco e mais delicado, logo, inferior ao masculino, mais forte e mais capaz, ou tudo não passará de estereótipos e mitos passados ao longo de gerações para justificar uma dominação por parte do homem?

“As mulheres portuguesas são parvas”, assim inicia Maria Filomena Mónica³⁶ uma das suas crónicas³⁷, insurgindo-se contra a utopia de as mulheres exigirem de si próprias:

“(...) levar as crianças à escola, atender os clientes no escritório, ir à hora de almoço ao cabeleireiro, voltar ao escritório onde a espera sempre um problema urgente, fazer compras num moderno supermercado, ler umas páginas de Kant antes de mudar as fraldas ao pimplho, dar um retoque na maquilhagem, telefonar a três *babysitters* antes de encontrar uma, ir ao restaurante jantar com os amigos do marido, discutir a última crise governamental e satisfazer as fantasias sexuais difundidas pelos canais de televisão.”³⁸

Por outro lado,

“As mulheres já se cansaram de ouvir dizer (e de dizerem) que são discriminadas, donde umas desgraçadas. Vamos percebendo, cada vez em maior número, que o estatuto de vítima e de queixosa não nos é benéfico porque nos enfraquece e porque não nos permite desafiar, em plena igualdade, aqueles e aquelas que insistem que o poder é, por natureza, masculino. Já nos apercebemos que reconhecer as nossas imensas forças, capacidades, tenacidade, responsabilidades, é muito mais produtivo do que o discurso das limitações.”³⁹

Numa altura em que diversos estudos indicam ser maior a presença feminina nas Universidades, em que a expressão ‘feminismo’ soa algo anacrónica, em que várias mulheres têm o seu lugar no hemisfério, é revelador aferir que nos lugares de topo, onde realmente está

³⁶ Socióloga portuguesa doutorada em Oxford (n. Lisboa 1934). Cf. “Maria Filomena Mónica”, *Wikipédia, a enciclopédia livre* [Consult. 21 Jun. 2009]. Disponível em <http://tinyurl.com/pnnroe>

³⁷ Crónica publicada pela primeira vez em 02/03/2005 e republicada em *Confissões de uma Liberal*, Quasi Edições/Sábado, Vila Nova de Famalicão, 2007

³⁸ Cf. Maria Filomena Mónica, *Confissões de uma Liberal*, op. cit., pp. 77, 78.

³⁹ Ana Vicente, *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*, Gótica, Lisboa, 2002, p. 15

o poder efetivo, o feminino não está presente. Porquê? Segundo Simonetta Luz Afonso⁴⁰ os filhos têm primazia e como não podem interromper a carreira, as mulheres mantêm-se em lugares intermédios.⁴¹ Assim, optaram por empregos seguros e com horas certas, nomeadamente na Administração Pública, onde acabaram por superar numericamente os homens. Muitas vezes só existia um homem. Não seria o mais competente, mas, como era homem, era ele o chefe.⁴²

Porém, para Ana Paula Rosa, sócia de uma empresa na área da comunicação e mãe de três filhos, hoje já não faz sentido que uma mulher que queira ser “boa executiva, ter uma profissão ou estatuto enquanto empresária, tenha de abdicar da família”. O ‘truque’ estará em não criar uma fronteira entre os dois mundos, familiar e laboral, mas antes procurar formas de os conciliar. Quando teve oportunidade de viver seis anos na Holanda, verificou que uma mulher que quisesse ter filhos podia fazer um intervalo na sua carreira sem que isso significasse perda de oportunidades no regresso ao trabalho, não ficando mal vista nem ultrapassada pelos colegas. Pelo contrário era valorizada por ter desempenhado um importante papel social, conferindo-lhe competência e diferenciação pela positiva.⁴³ Em Portugal, em muitas empresas, pergunta-se diretamente à candidata a emprego se tenciona engravidar, servindo a afirmativa como fator de exclusão.

E na política? Onde estão as mulheres?

Geralmente, os ‘retratos de família’ de chefes de Estado ou de governo – na Europa ou em qualquer outro lugar do mundo – têm uma coisa em comum: a grande maioria, quando não a totalidade, dos participantes são homens. Apesar de todo o progresso já feito, é um facto que ao aproximarmo-nos do final da primeira década do séc. XXI, as mulheres continuam a ser a minoria no mundo político. Nos parlamentos, nos ministérios e governos, são os homens que continuam a manobrar os cordelinhos.

⁴⁰ Museóloga portuguesa (n. Lisboa, 1946), exerceu diversos cargos importantes entre os quais comissária de Portugal para a EXPO’98. Cf. “Simonetta Luz Afonso”, *Infopédia* [Consult. 21 Jun. 2009]. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$simonetta-luz-afonso](http://www.infopedia.pt/$simonetta-luz-afonso)

⁴¹ Cf. Alexandra Marques, “Elas não predominam porque eles já lá estão”, *Jornal de Notícias*, 2005-03-08 [Consult. 28 Dez 2008]. Disponível em http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=497067

⁴² Cf. J. L. Pio Abreu, “Galinheiros”, *Jornal Destak*, 2008-12-05 [Consult. 28 Dez. 2008]. Disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=17202>

⁴³ Cf. “Mulheres usam «truques» para serem boas mães e empresárias”, *Diário Digital*, 2008-11-06 [Consult. 26 Nov. 2008]. Disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=357611

Naturalmente que as mulheres fizeram enormes progressos nas últimas décadas e a maioria das pessoas pode facilmente nomear uma lista de senhoras em posições de poder: Hillary Clinton, nos EUA; Angela Merkel, na Alemanha; Tansu Çiller, na Turquia; Margareth Thatcher no Reino Unido; Maria de Lurdes Pintasilgo, em Portugal; Benazir Bhutto, no Paquistão; Indira Gandhi, na Índia; Golda Meir, em Israel. Comparativamente, porém, poucas mulheres tiveram verdadeiro poder político. E porquê? Na maior parte dos países do mundo não há barreiras legais que impeçam o sexo feminino de concorrer a eleições. Mas então porque é o mundo político ainda dominado por homens? Não existe uma única resposta, mas antes a conjugação de diversos elementos.⁴⁴

Regra geral, na política, são atribuídas às mulheres pastas ministeriais consideradas ‘leves’ como assuntos sociais, educação e ambiente, o que em todo o caso é uma classificação discutível: afinal a educação e os assuntos sociais costumam absorver a maior fatia dos orçamentos de Estado. Nas sociedades mais tradicionais, por outro lado, a mulher que busca a liderança é amiúde discriminada: a política é vista como um domínio masculino e muitos eleitores veem os homens como melhores líderes. Além disso, as mulheres sentem relutância em enveredar pela política, encarada como hostil e agressiva e estão ainda em desvantagem por não fazerem parte das importantes redes de contactos, de negócios e profissionais, que existem fora da estrutura partidária e que trazem contactos e recursos financeiros, significando isto que os homens são frequentemente capazes de fazer campanhas de forma mais efetiva. Ainda recentemente, a Vice-Presidente da Comissão Europeia Margot Wallstrom, criticou o que considerou ser o ‘cartel masculino’ europeu, argumentando que não se verifica a falta de mulheres capazes, mas trata-se antes de uma questão de homens escolherem homens.⁴⁵

Um exemplo: existia em torno de Golda Meir (1898-1978), duas vezes ministra e também primeira-ministra israelita entre 1969 e 1974, um mito a propósito de uma expressão utilizada por David Ben-Gurion (1886-1973), primeiro chefe de governo em Israel entre 1948 e 1953, que pretendia ser respeitosa para com ela ao apelidá-la de “O homem mais forte do meu Governo”; Golda Meir nunca conseguiu perceber o elogio que a expressão deveria conter, por a ver como um desprestígio à sua condição de mulher. Interrogava-se sobre qual a reação se aquilo que Ben-Gurion tivesse dito fosse “Os homens do meu Governo são fortes

⁴⁴ Cf. “Where are the women in politics?”, *Social Agenda*, Brussels, The European Commission, n.º 18, October 2008, pp. 7-9

⁴⁵ Cf. “Where are the women in politics?”, *Social Agenda*, *op. cit.*

como uma mulher” e recordava um discurso que proferiu em Nova Iorque, saudado efusivamente por um escritor amigo: “Bravo! Fizeste um discurso maravilhoso! E pensar que és apenas uma mulher!”⁴⁶

Quão diferente seria o mundo político se existissem mais mulheres em posições de poder? “As mulheres trazem coisas diferentes para a política, diferentes assuntos e questões para debate” – refere Bibiana Aído, Ministra Espanhola para a Igualdade. “Com as mulheres envolvidas, o debate político alarga-se quer de um ponto de vista quantitativo, quer qualitativo.”⁴⁷

Numa observação interessante, citando obras de dois prestigiados académicos estrangeiros (Steve Jones [Universidade de Londres], *Y: The Descent of Man*, Penguin Books, 2002; Bryan Sykes [Universidade de Oxford], *Adam’s Curse*, Bantam Press, 2003), Maria Filomena Mónica alerta para a possibilidade de o sexo masculino ser, a prazo, uma espécie condenada já que o cromossoma Y não consegue metamorfosear os seus genes para evitar mutações fatais, isto é, não tem a capacidade de reparar os ataques que sofre ao longo da sua existência, o que aponta para que dentro de 125.000 anos os homens estejam extintos. Se bem que ainda seja necessário esperma masculino para a reprodução da espécie, cientistas há que defendem ser possível unir um óvulo a outro, ao invés de a um espermatozoide, mantendo assim viva a espécie humana, embora exclusivamente sob a forma feminina.⁴⁸

⁴⁶ Cf. “Golda Meir”, Oriana Fallaci – *Entrevista com a História*, Círculo de Leitores, 1975, p. 149.

⁴⁷ Vide supra, n. 191

⁴⁸ Cf. Maria Filomena Mónica, “O declínio do cromossoma Y e a sociedade civil portuguesa”, crónica publicada pela primeira vez em 15/02/2004 e republicada em *Confissões de uma Liberal*, op. cit., pp. 78-82.

Capítulo 2 – Metodologia

2.1 Caraterização da atividade do IGFSS, IP⁴⁹

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP), sob tutela do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica e património próprio.

Criado em 1977 pelo Decreto-Lei n.º 17/77 de 12 de Janeiro, para dar resposta aos múltiplos desafios que então se colocavam a um Sistema de Segurança Social ainda embrionário, mas que se pretendia universal, o Instituto tem por missão a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no Orçamento da Segurança Social, o segundo maior do país a seguir ao Orçamento de Estado. Gere assim um orçamento superior a 32.000 M€, com os quais abastece diariamente doze instituições do universo da Segurança Social; procede à gestão de 800.000 processos executivos de dívidas, administra 4700 imóveis entre renda livre e renda social, tem 450 colaboradores e 20 balcões distritais.

Tem a seu cargo também a gestão de diversos Fundos de apoio social entre os quais se destacam três.

O Fundo de Garantia Salarial – instituído pelo Decreto-Lei n.º 50/85 de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas para compatibilização com a Diretiva 80/987/CEE e articulação com diversa outra legislação como seja o Código do Trabalho – através do qual o Estado procede à melhoria da proteção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência das entidades empregadoras, considerando-se como momento determinante da intervenção da garantia uma fase processual inicial, o despacho de prosseguimento da ação, abrangendo-se igualmente os processos de recuperação da empresa e eliminando-se o requisito da cessação dos contratos de trabalho. Em caso de incumprimento pela entidade patronal, assegura aos trabalhadores o pagamento de créditos emergentes de contratos de trabalho.

⁴⁹ Cf. *Plano Estratégico 2010-2012*, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Lisboa, 2009

O Fundo de Socorro Social – instituído pelo Decreto-Lei n.º 35.427, de 31 de Dezembro de 1945 e atualmente regido pelo estabelecido no Decreto-Lei n.º 47.500, de 18 de Janeiro de 1967 e pelo Despacho Normativo n.º 22/2008 de 14 de Abril – destina-se a prestar auxílio em situações de calamidade pública ou catástrofe e combate à exclusão social. Encontram-se abrangidas as seguintes situações: catástrofe e calamidade pública; cidadãos dependentes por velhice, deficiência ou invalidez; cidadãos sem abrigo; cidadãos repatriados; emigrantes e imigrantes em situação de exclusão; famílias monoparentais; cidadãos vítimas de violência; famílias de reclusos e ex-reclusos em processo de reinserção; toxicodependentes e alcoólicos excluídos social e familiarmente em fase de reabilitação; famílias temporariamente sujeitas a grave diminuição de rendimentos.

O Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores – instituído pela Lei n.º 75/98 de 19 de Novembro – através do qual o Estado cria mecanismos que asseguram a obrigação de proporcionar alimentos a menores quando tal não é devidamente provido pelos progenitores seja por ausência do devedor e a sua situação socio-económica, seja por motivo de desemprego ou de situação laboral menos estável, doença ou incapacidade, decorrentes, em muitos casos, da toxicodependência, e o crescimento de situações de maternidade ou paternidade na adolescência que inviabilizam, por vezes, a assunção das respetivas responsabilidades parentais.

Os dois primeiros Fundos não sendo juridicamente considerados como tal, prosseguem na prática uma atividade de assistência social; encontram-se todos os três na dependência funcional do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, o qual presta apoio financeiro, administrativo e logístico.

Se nestes Fundos o desequilíbrio de género está algo esbatido – pois se no setor de produção automóvel grassa o desemprego maioritariamente entre os homens, no setor de produção têxtil é maior o número de mulheres desempregadas e certamente que as catástrofes naturais não olham à representatividade de género antes de acontecerem – no Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores por norma o juiz atribui o poder paternal à mulher.

2.2 Metodologia da Investigação

Pretendeu-se com as entrevistas que seguem indagar sobre a ideia que existe em relação à condição feminina em geral e na Segurança Social em particular, quer do ponto de vista interno, com questões postas aos colegas de trabalho, quer do ponto de vista externo, com questões colocadas a diversos amigos e familiares do autor.

Para isso, este pequeno inquérito foi dividido em dois blocos:

Presença feminina: mais-valia no quotidiano laboral?

1- Qual das situações teve maior importância na sua carreira profissional: realização pessoal ou tradição familiar?

2- Considera justo ‘trabalho igual, salário igual’ entre homens e mulheres?

3- Considera difícil conciliar vida profissional e vida familiar?

4- Considera que a maternidade condiciona o emprego?

5- Considera que os filhos condicionam a escolha de emprego?

6- Considera mais difícil para a mulher ter uma carreira profissional? Porquê?

7- Considera que ser mulher é uma mais-valia na Administração Pública (AP)?
Explique o seu ponto de vista.

8- Considera o homem privilegiado e a mulher desfavorecida no setor laboral?
Explique o seu ponto de vista.

9- Considera que a mulher só deve fazer opções de carreira profissional depois dos filhos criados? Explique o seu ponto de vista.

10- Considera que a Administração Pública é maioritariamente feminina? Explique o seu ponto de vista.

11- Considera que existe uma ‘sensibilidade feminina’ que constitui vantagem na Segurança Social ou noutras áreas em geral?

12- Qual das situações considera mais produtiva: ser mãe a tempo inteiro ou ser mãe empregada? Explique o seu ponto de vista.

13- Considera a maternidade uma vantagem para o setor laboral ou, pelo contrário, considera um entrave? E para a Segurança Social, em particular?

14- Considera essencial ter uma família e filhos?

15- Considera que é ao homem que compete ser ‘cabeça de casal’?

16- Considera que o ‘cabeça de casal’ não deve ter uma posição profissional e remuneratória inferior?

Condição feminina: menos valia nos Fundos de apoio social?

1- Muhammad Yunus, criador do conceito de microcrédito e por isso apelidado de banqueiro do povo, afirmou em entrevista⁵⁰ que, pela sua experiência na atividade bancária, “(...) as mulheres se mostram muito mais ativas e solventes que os homens quando têm oportunidade de aceder ao crédito”. Concorda com esta afirmação baseando-se na sua experiência profissional ou vivência pessoal?

2- Muhammad Yunus afirma também que “(...) as mulheres tomam muito mais conta das crianças que os homens (...)” pelo que “(...) pensam no futuro, querem fazer as coisas andar de modo a viverem melhor amanhã. Os homens, esses querem é aproveitar o momento e gastam tudo com facilidade”. Concorda com estas afirmações com base na sua experiência profissional ou vivência pessoal?

3- Muhammad Yunus cita uma resposta que geralmente obtinha quando falava com mulheres sobre dinheiro: “Fale com o meu marido. Eu nunca mexo em dinheiro. Não percebo nada disso.” Considera terem estas afirmações aplicação na atualidade baseando-se na sua experiência profissional ou vivência pessoal?

4- Muhammad Yunus salienta ainda que “(...) o dinheiro confiado às mulheres era muito mais rentável. Criavam trabalho, emprego, riqueza. Reembolsavam o crédito.” Concorda com o que é afirmado, mais uma vez tendo por base a sua experiência profissional ou vivência pessoal?

5- Considera que a condição feminina é um fator que ‘empurra’ a mulher para situações de exploração e desvalorização no campo de atividade da Segurança Social?

6- Qual considera necessitar mais do apoio da Segurança Social: o homem ou a mulher?

7- Considera que a condição feminina é em certos aspectos uma deficiência?

8- Considera que a condição feminina em geral constitui um problema para a Segurança Social?

9- Duma forma geral considera o homem como naturalmente superior? E a mulher como naturalmente inferior?

⁵⁰ Cf. “O sistema só vê o lucro”, entrevista de Frédéric Joignot originalmente publicada no jornal *Le Monde* em 25-4-2008 e traduzida e republicada em *Courrier Internacional*, n.º 148, Junho 2008, trad. Campo das Estrelas e Fábrica do Texto, pp. 60-64

Foi utilizado para divulgação deste conjunto de entrevistas o método de comunicação via *e-mail* interno para todos os colegas do setor laboral e externo para alguns endereços eletrónicos das relações pessoais do autor. Utilizou-se também a passagem de mão em mão, em que um dos entrevistados passou o inquérito a todos os conhecidos. De referir que as respostas obtidas por parte dos colegas do IGFSS foram em números algo decepcionantes, representando apenas 14% do total de funcionários, facto a que não será estranho o nível de trabalho absorvente que sobre eles impende; foi uma percentagem todavia representativa dado ter incluído dirigentes, técnicos e pessoal administrativo. No cômputo geral relativo a este trabalho, foram, no entanto, equivalentes, em número, àquelas resultantes da comunicação externa, para um total de 64 contributos. Os nomes de funcionários do IGFSS, IP foram alterados para preservar o anonimato dos inquiridos.

Esta recolha de opiniões seguiu o modelo de entrevistas semi-estruturadas proposto por U. Flick⁵¹. Para a elaboração das perguntas tomaram-se como base as obras de A. Vicente⁵² e M. Rivière⁵³. Para resposta às questões éticas e metodológicas suscitadas pela estruturação do inquérito, tomou-se como base a obra de M.-F. Fortin⁵⁴.

A expressão ‘trabalho igual, salário igual’ constituiu uma das reivindicações da Revolução dos Cravos que foi posteriormente vertida na Constituição da República Portuguesa – Artigo 59.º, n.º 1, alínea *a*⁵⁵ –, mas que, ainda hoje, encontra muitos entraves na sua aplicação (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 16/96 de 22 de Outubro, entendendo que viola esse princípio constitucional quem pratique discriminação salarial fundada em absentismo justificado por doença do trabalhador)⁵⁶.

Escolheu-se esta entrevista de Muhammad Yunus por ser ilustrativa de um certo ambiente que, embora seja referente ao Bangladesh, facilmente encontra eco na situação

⁵¹ Uwe Flick, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Monitor, Lisboa, 2005.

⁵² Ana Vicente, *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*, Gótica, Lisboa, 2002.

⁵³ Margarita Rivière, *O Mundo Segundo as Mulheres*, Ed. Âmbra, Porto, 2002

⁵⁴ Marie-Fabienne Fortin, *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*, Lusociência, Loures, 2009, 5.ª ed.

⁵⁵ Cf. Governo de Portugal [Consult. 2010/03/27]. Disponível em <http://tinyurl.com/yz7kprl>

⁵⁶ Cf. Enciclopédia Portuguesa de Direitos Humanos online [Consult. 2010/03/27]. Disponível em http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/portugal/jurisprudencia_pt_dh.ht

portuguesa de há décadas atrás – época em que a grande maioria dos inquiridos era jovem – e que ainda na atualidade encontra formas de subsistir, se bem que encapotada.

É o resultado dessa investigação que ora se apresenta.

Capítulo 3 – Resultados do Inquérito

3.1 Presença feminina: mais-valia no quotidiano laboral?

1- Qual das situações teve maior importância na sua carreira profissional: realização pessoal ou tradição familiar?

Pretendeu-se com esta questão aquilatar se a realização pessoal teve maior importância que seguir a tradição familiar no que concerne à carreira profissional. De um total de 64 respostas, a maioritária (47 entrevistados) foi ‘realização pessoal’. Apenas cinco inquiridos referiram a ‘tradição familiar’ como motivação principal contando-se ainda quatro que preferiram a expressão ‘realização profissional’. Três outros entrevistados referiram ambas as hipóteses, enquanto que cinco outros deram respostas confusas.

2- Considera justo ‘trabalho igual, salário igual’ entre homens e mulheres?

Esta questão pretendeu estabelecer o ponto da situação do pensamento relativo a esta proposição. As respostas foram unanimemente afirmativas, sendo que Isaura, 52 anos, acrescentou que o contrário não faria sentido, Isabel, também 52 anos, aduziu que a proposição contrária seria resultado de uma “mentalidade tacanha, machista e atrasada”, Rui, 64 anos, afirmou que “para uma mesma condição, a mesma resposta, independentemente dos géneros” e Maria Luísa, 51 anos, exigiu que “esse direito constitucional deve ser regulado de modo a que todo o tipo de infrações sejam severamente penalizadas”.

3- Considera difícil conciliar vida profissional e vida familiar?

Esta questão pretendeu aferir como é conseguido, se é que se consegue, conciliar estas duas vertentes e as respostas foram diversificadas. Se para 23 inquiridos não existem problemas, 40 pronunciaram-se pela afirmativa, sendo que um dos entrevistados forneceu uma resposta ambígua: “depende”. Maria Luísa, 51 anos, considerou não ser difícil “desde que todo o agregado familiar seja unido e cooperante”; para Rui, 64 anos, também não existirão problemas “desde que os campos estejam bem definidos”; para Cecília, 42 anos, “é

mais um desafio”; Paula, 47 anos, considera que “depende das profissões”; por fim, Maria Gilda, 55 anos, confessa que embora no seu caso isso não se verifique, “conheço casais que sim”.

Por seu turno, Carlos, 34 anos, considera “muito difícil”, assim como Maria José, 50 anos; Paula, 59 anos, e Ofélia, 61 anos, consideram “difícil, mas possível”; Joaquina afirma que é difícil “mas consegue-se”; Helena Maria, 41 anos, considera também difícil “mas não impossível”; Maria Manuel, 58 anos, e Solange consideram que será difícil para quem tem filhos; Madalena, 61 anos, afirma que por vezes será difícil, “embora com algum esforço tudo se resolva”; por fim, Angelina, 53 anos, considerou que “em muitos casos sim, em virtude de não existirem estruturas de apoio às famílias no tocante a creches e/ou infantários com horários alargados”.

4- Considera que a maternidade condiciona o emprego?

Quis-se indagar sobre se a maternidade condiciona quer a escolha, quer a manutenção do emprego e as respostas foram por larga maioria no sentido afirmativo: para 46 “sim” registaram-se dezoito “não” num total de 64 contributos. Das afirmativas há a salientar as de Clementina, 36 anos, “Não devia, mas em muitos casos é o que se verifica”; de Helena Maria, 41 anos, “De certa forma. Por algum tempo pelo menos”; de Gisela, 47 anos, “Poderá ser condicionante, pela distância, horários”; de Cremilde, 53 anos, “Não devia, mas parece que por vezes condiciona, o que se lamenta!”; de Fausto, 45 anos, “Não devia, mas em certos setores ainda existe a mentalidade de que uma mulher é menos boa funcionária por ter direito à licença de parto”; de Madalena, 61 anos, “Suponho que sim, nomeadamente em algumas entidades privadas. Não no setor público”; de Maria Gilda, 55 anos, “Sim, falta muito para que as entidades responsáveis percebam que é uma bênção e não um chavão qualquer como lucro ou prejuízo”; de Carlota, 58 anos, “Tudo depende da entidade empregadora. Se for privada é capaz de condicionar, se for na Administração Pública, o funcionário tem os seus direitos adquiridos”; de Maria José, 50 anos, “Do ponto de vista da grávida não. Com exceção de algumas atividades, a gravidez não é doença. Do lado do empregador sabe-se que sim”; e, por fim, de Angelina, 53 anos, “Sim. Quando uma entidade empregadora pretende um profissional para realizar determinada tarefa e tem hipótese de escolher entre um homem e

uma mulher com as mesmas competências profissionais, opta infelizmente por dar emprego ao homem, dado que este certamente não engravida”.

Das negativas há a salientar as de Ofélia, 61 anos, “Não, tudo é possível desde que haja entendimento e responsabilidade”; de Renata, 52 anos, “Atualmente não, desde que haja um bom planeamento de substituição”; de Rui, 64 anos, “Não. Mas condiciona certos ritmos laborais que, habitualmente, não têm em conta a maternidade como parte natural do processo”; de Maria Luísa, 51 anos, “Não. Apesar das crianças mais pequenas absorverem grande parte do tempo disponível se forem devidamente acompanhadas por todo o agregado familiar, o pai, a mãe, os irmãos, os avós. São certamente bem-sucedidas. A educação de uma criança não é responsabilidade só dos progenitores, todo o meio que a envolve vai ter influência na sua evolução”.

5- Considera que os filhos condicionam a escolha de emprego?

Esta questão teve o objetivo de apurar se os filhos são um fator a ter em conta quando da escolha de emprego, quer pela proximidade de infantários quer pelo horário laboral e as respostas expressam mais uma vez uma larga maioria do “sim”: 41 afirmativas contra dezoito negativas, num total de 64. Das afirmativas destaque para as de Salomé, 32 anos, e de Paula, 47 anos, que indicaram que isso poderá acontecer dependendo das profissões e da idade dos filhos; destaque também para a de Fausto, 45 anos, “Sem dúvida, há que conjugar o emprego com o estabelecimento onde se deixam as crianças enquanto se trabalha”; a de Maria Gilda, 55 anos, “Sim, porque o tecido empresarial é pobre de mentalidade e não tem sabido crescer e desenvolver-se com mentalidades abertas para o sucesso”; a de Rui, 64 anos, “Podem afetar, se não houver capacidade organizativa (muitas vezes dependente de meios financeiros ou de outros apoios que não existem e que não deveriam ser de responsabilidade exclusiva dos cidadãos, homens ou mulheres)”; e a de Maria Luísa, 51 anos, “Afetam sim, mas penso que estas questões devem ser analisadas pontualmente e caso a caso, de modo a minorar ao máximo os prejuízos quer para o trabalhador quer para a criança”.

Das negativas, o destaque vai para a resposta de Madalena, 61 anos, “Geralmente não, embora compreenda que alguns empregos sejam de difícil opção, nomeadamente os que implicam longas ausências de casa”.

De salientar ainda alguns contributos que não se enquadraram diretamente em nenhum dos grupos anteriores, como sejam os de Clementina, 36 anos, “Não só os filhos como as pessoas em geral”; de Maria José, 50 anos, “Depende do contexto social. Face a uma situação de desemprego como a atual, é mais este que condiciona a escolha de ter filhos”; de Isabel, 52 anos, “Depende da estrutura familiar. Numa família de mentalidade tacanha e machista afeta, mas numa família de mentalidade aberta e sã não afeta”. Por fim as respostas ambíguas de Aline, 54 anos, “Depende”; de Suzete, 56 anos, “Não e sim”; e de Maria Helena, 59 anos, “Talvez”.

6- Considera mais difícil para a mulher ter uma carreira profissional? Porquê?

Esta questão visou perceber de que modo é percecionado o fator ‘carreira profissional’ na visão feminina e masculina e os contributos foram igualmente expressivos: 51 pela afirmativa de que é mais difícil e doze pela negativa, contando-se ainda um dos inquiridos que não respondeu. No campo afirmativo a grande maioria dos inquiridos considerou que a componente familiar torna mais difícil para a mulher ter uma carreira profissional. Foi esta a opinião de Paulo Luís, 49 anos, “Sim, porque quase sempre é quem trata dos filhos e da casa”; de José Luís, 74 anos, “Sim. Porque a mulher tem também a seu cargo a casa e os filhos e... o marido”; de Ofélia, 61 anos, “Sim é mais difícil, porque normalmente tem que conciliar a carreira profissional com as tarefas de dona de casa, mãe e esposa”; de António, 58 anos, “ [É mais difícil] pelo facto de ser mulher e ter de dar à luz e da gravidez e ainda ter de cuidar dos filhos”; de Maria Helena, 59 anos, “Sim. Numa grande parte dos casos as disponibilidades são menores que as dos homens, há sempre o fator filhos e organização da casa”; de Maria, 34 anos, “Sim, quando existem crianças, pois têm de conciliar o emprego com férias escolares, idas ao médico, assistência à família, horários menos alargados”; de Carla, 43 anos, “Sim. Continua a ser ela a principal responsável pelo acompanhamento e bem-estar da família, o que implica menos disponibilidade real e emocional para lutar por uma carreira profissional”; de Madalena, 61 anos, “Considero, porque na nossa sociedade ainda se mantêm alguns preconceitos, nomeadamente que compete à mulher grande parte dos trabalhos domésticos e o acompanhamento dos filhos”; Cremilde, 53 anos, “Sim, porque apesar de estarmos no séc. XXI ainda é a mulher que tem mais propensão para os filhos e a casa”; de Ana Salvado, 51 anos, “Sim. Terá sempre que atender às responsabilidades e obrigações da família”; de Maria

Gilda, 55 anos, “Sim porque lhe é pedido o dobro. Ainda vivemos numa sociedade machista”; de Lúcia, 50 anos, “Sim. Pelo facto de ser mulher e por ter ainda obrigações familiares e domésticas”; de Pedro, 52 anos, “Sim, precisamente pela maternidade e necessidade de maior disponibilidade para a família”; de Cacilda, “Sim. Porque de uma forma geral, a mulher continua a assumir mais responsabilidades/tarefas a nível familiar, apesar da evolução no sentido de partilha dessas responsabilidades com o homem”; de Carlota, 58 anos, “Considero mais difícil, embora hoje em dia a mulher nas tarefas domésticas e se a mulher for inteligente e tiver força de vontade, pode ter uma carreira profissional até superior ao homem”; de Natércia, 60 anos, “Sim, porque se mantém na sociedade a ideia de que a mulher deve cuidar da casa e filhos [enquanto] o homem trabalha. Como a sociedade ainda tem bastante desta característica, a promoção ao nível profissional tem sido mais fácil para homens do que para mulheres, logo a mulher fica para trás porque tem que apoiar em casa”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Sim. Enquanto não houver uma partilha efetiva de funções entre o casal, torna-se mais complicado para a mulher exercer as suas imensas funções: profissional, esposa, mãe, dona de casa, por vezes ainda filha e nora quando os pais ou sogros já estão numa situação de dependência”; de Noémia, 61 anos, “Sim. Não deveria ser assim, mas é! As mulheres são melhores estudantes, mais aplicadas, terminam em maior número a carreira académica (dados estatísticos e sondagens confirmam-no). Porquê então? Por o nosso país ser de cultura religiosa ancestral, a vida familiar, social e profissional está condicionada por aquilo a que se chama a esfera privada (trabalhos domésticos, educação dos filhos, cuidados aos idosos, etc.). Isto é, a mulher continua a ser a ‘Fada do Lar’. Como poderá ela escolher livremente uma carreira profissional?”; de Maria Luísa, 51 anos, “Sim, a dificuldade ainda consiste nos preconceitos que subsistem na sociedade e que só virão a ser ultrapassados com o passar dos anos e com a luta persistente das mulheres”.

Alguns outros puseram a tónica mais no aspecto profissional, como foi o caso de Bruno, 34 anos, “Quase sempre. Dependendo de fatores como ramo de atividade e nível hierárquico, de uma forma geral a mulher é sempre mais penalizada, sobretudo devido ao sexo feminino ser mais propenso ao absentismo de longa duração devido às diversas condicionantes da condição de mãe”; de Eduína, 34 anos, “Sim. A mulher tem sempre mais obstáculos, tanto por parte de chefias masculinas, como na vida pessoal, onde as tarefas são muito maiores e mais cansativas”; de Carlos, 34 anos, “Considero que sim. Porque nem sempre os homens conseguem lidar bem com o sucesso das mulheres”; de Fausto, 45 anos, “É

mais difícil porque a mulher tem de ser tão boa ou melhor que o homem no desempenho das mesmas tarefas e ainda tem a seu cargo a gestão do lar”; de Renata, 52 anos, “Sim. Porque atualmente para se poder ‘brilhar’ numa carreira profissional, tem de se abster de uma vida familiar mais estável”; de Leandro, 32 anos, “Sim. Na perspetiva dos empregadores, devido às questões relacionadas com a maternidade e posterior criação dos filhos. São suscetíveis de maior absentismo”; e por fim de Rui, 64 anos, “Sim, porque, na maioria dos casos, a filosofia empresarial que domina e enforma o mercado de emprego, não contempla as especificidades de género como fazendo parte da natureza humana, sendo antes encaradas como ‘bizarrias’ com que tem de se conviver e contemporizar”.

Para aqueles que não consideram difícil para a mulher ter uma carreira profissional, há a registar as opiniões de Paula, 47 anos, “Não acho, porque uma carreira profissional tem de ser estruturada e programada”; de Florbela, 38 anos, “Não, tem é que definir as suas prioridades”; de Marina, 35 anos, “Não, atualmente as tarefas tendem a ser partilhadas de igual forma pelo casal”; de Maria Machado, 55 anos, e de Emanuel, 35 anos, “Não, porque também não deveria ser para o homem”; de Santana Palmeira, 54 anos, “Não, porque a mulher é mais ativa”; e, por fim de Agostinha, 32 anos, “Para mim não, no entanto acredito que para algumas mulheres ainda seja, pelas conceções existentes ainda na nossa sociedade em que são as mulheres que devem ‘cuidar e tratar do lar’”.

7- Considera que ser mulher é uma mais-valia na Administração Pública (AP)? Explique o seu ponto de vista.

Pretendia-se com esta questão verificar o pensamento sobre a opinião estabelecida de que as mulheres têm maior sensibilidade no setor laboral, entre outros, e, nomeadamente na Administração Pública, constituem uma maior valia como funcionárias. Os pontos de vista dividiram-se com 27 respostas para o “sim” e 29 para o “não”, contando-se ainda oito que não se enquadraram em nenhum dos campos. Nas respostas afirmativas, refira-se que para nove dos inquiridos, a sensibilidade feminina é a causa dessa mais-valia como seja para Santana Palmeira, 54 anos, que indica que “a mulher tem uma sensibilidade superior”; para António, 58 Anos, “Porque a mulher tem outra sensibilidade para lidar com determinados problemas da sociedade”; para Cremilde, 53 anos, “(...) a sensibilidade, o companheirismo entre os colegas e na análise das situações”; para Helena Maria, 41 anos, “(...) porque em geral são mais

sensíveis, ponderadas, ativas”; para Gisela, 47 anos, “(...) A sensibilidade feminina geralmente demonstra mais maturidade e responsabilidade, também por uma questão de educação”; para Salomé, 32 anos, “Sim. Porque, por vezes, tem mais sensibilidade para resolver determinados assuntos”; para Ana Salvado, 51 anos, “Sim. As mulheres têm sensibilidade, destreza e determinação que lhes são reconhecidas na sua condição de mulheres e que põem em toda a vida”; e para Maria de Lurdes, 39 anos, “Sim. A haver sexto sentido, a mulher tem-no e muito acentuado, o que lhe permite ter uma sensibilidade para lidar com alguns assuntos que o homem trataria de uma forma mais racional”; para Lígia, 50 anos, “Sim. Porque a mulher tem naturalmente uma característica mais sensível, o que leva a que tenha uma maior capacidade de trabalho”. Ainda na vertente afirmativa das respostas, há a considerar outros contributos como sejam os de Ana Cristina, “Sim. Além de ter ideias inovadoras ainda é mais desembaraçada a desempenhar as suas funções”; de Maria Helena, 59 anos, “Sim. Tem uma maior apetência para a organização e gestão dos bens comuns”; de Pedro, 52 anos, “Em muitas situações o facto de haver mulheres facilita a comunicação”; de Maria Luísa, 51 anos, “Sim. [Devido às] qualidades intrínsecas na adaptabilidade às novas e constantes mudanças e ainda à maior facilidade de comunicar que as mulheres normalmente possuem”; de Paula, 59 anos, “Sim. Porque não obstante os condicionalismos são mais empenhadas”; de Solange, “Sim, porque no meu ponto de vista as mulheres conseguem ser gestoras de várias ocupações ao mesmo tempo”; de Joaquina, “Em todo o lado. Pela capacidade de trabalho, inteligência, bom senso, dedicação e responsabilidade”; de Natércia, 60 anos, “Não só na Administração Pública como em todas as áreas, a mulher tem regra geral uma noção de equilíbrio que é uma mais-valia, penso mesmo que se houvesse muito mais mulheres nos lugares chave da governação tudo estaria mais equilibrado”; e por fim de Angelina, 53 anos, “Uma mulher é sempre uma mais-valia quer na Administração Pública ou noutro serviço qualquer. As mulheres por norma são mais ponderadas, sensíveis. A sociedade impôs às mulheres a responsabilidade de certas tarefas. A mulher educa os filhos, é responsável pela boa habitabilidade do seu lar, cuida dos filhos e inclusive do marido, o que dá à mulher um conjunto de capacidades que lhe permite uma melhor adaptação e contributos no desempenho da sua função”.

No respeitante às respostas negativas, vinte inquiridos não consideraram existir qualquer diferença entre os sexos no desempenho das funções, enquanto que outros indicaram razões diferentes, como por exemplo Fausto, 45 anos, “Não, não me parece. Na AP em geral

há muito bons e muito maus funcionários, independentemente do sexo”; Agostinha, 32 anos, “Não, considero que ser um ou uma boa profissional é uma mais-valia para qualquer empresa”; Maria Manuel, 58 anos, “Não. A condição da mulher só a torna uma mais-valia no seio da sua própria família”; Genoveva, 58 anos, “Nem sempre. Acho que as mulheres às vezes são mais antipáticas e distantes do que muitos homens no contacto direto com o público”; Leandro, 32 anos, “Não. Considero que sendo homem ou mulher o importante é criar valor acrescentado ao serviço público”; Cacilda, “Não, porque penso que as mais-valias que os funcionários possam trazer para a Administração Pública não dependem do sexo”; Carla, 43 anos, “Não. Os cargos devem ser desempenhados por quem tem capacidade e competência. Não depende do género”; José Luís, 74 anos, “Não. A mulher tem mais problemas fora do emprego (os filhos e outros). Por outro lado, está por provar que a mulher é melhor funcionária que o homem”; Paula, 47 anos, “Não, porque já não existe esse mito, já existem muitos homens a candidatarem-se para várias funções na AP. E se existem ainda mais mulheres que homens na AP, é porque os homens tinham preconceitos de estar a uma secretária o dia todo”; e Rui, 64 anos, “A condição de género não a considero como mais nem como menos valia pois, quer o funcionário homem quer a funcionária mulher, na sua individualidade, apresentam características boas ou más em conformidade com o serviço, a competência, a ambiência e a motivação, para os quais são requeridos os seus serviços. Encontram-se sempre, em qualquer dos campos de género, tanto bons como maus funcionários”.

As oito respostas que não se enquadraram foram as seguintes: de Maria José, 50 anos, “Talvez se tivermos em conta que a percentagem de mulheres com formação académica nas áreas de Ciências Sociais e Humanas é superior”; de Renata, 52 anos, “Talvez sim, talvez não. Hoje em dia com uma boa formação a ambos os sexos todos chegam lá!”; de Eduína, 34 anos, “Considero que um equilíbrio entre o número de homens e de mulheres na maior parte dos setores laborais seria a grande mais-valia”; de Bruno, 34 anos, “É a ‘cunha’, não raras vezes, que se revela como uma mais-valia. Independentemente do sexo”; de Ofélia, 61 anos, “Depende da sua atitude, capacidade e competência. Uma mais-valia só pelo facto de ser mulher não tem fundamento”; de Maria Gilda, 55 anos, “Talvez até há pouco tempo, pois 99% das mulheres ocupavam lugares de pouco relevo e era isso que o Estado queria”; por fim a de Noémia, 61 anos, “(...) poder-se-á analisar um ponto de vista que é o seguinte: há alguns anos ser Funcionário Público significava ganhar pouco, com a única certeza de ser certo o

vencimento e, duma maneira geral, não se era despedido. Ora quem se sujeitava a ganhar menos era a mulher! O homem procurava o ‘privado’, porque se ganhava melhor. No entanto, aos lugares de chefia chegavam os homens!”.

8- Considera o homem privilegiado e a mulher desfavorecida no setor laboral? Explique o seu ponto de vista.

Visava esta questão aferir a perceção que existe em relação a esta problemática e os contributos foram esmagadoramente no sentido afirmativo, com 53 respostas, contra apenas oito negativas, salientando-se ainda três outras um pouco mais específicas, isto num total de 64. Das afirmativas há a destacar as de Albertina, 46 anos, “Sim. Dá-se mais oportunidade aos homens porque ainda há a ideia que não ficam em casa quando os filhos estão doentes e, claro, não engravidam”; de José Luís, 74 anos, “Sim. Não há igualdade de oportunidades nem salário igual. A lei é um papel bonito, mas a realidade prática é bem outra coisa”; de Carlota, 58 anos, “Depende da disponibilidade que eles tiverem para a entidade laboral, se a mulher por razões familiares tiver que faltar muitas vezes ao serviço e ao fim do dia tiver que sair cedo, claro que o homem será muito mais privilegiado”; de Fausto, 45 anos, “Embora na AP os salários sejam únicos e idênticos para os dois sexos dentro da mesma categoria, no setor privado verifica-se uma grande diferença salarial favorável ao homem”; de Angelina, 53 anos, “Sim, pelos factos já descritos e ainda por outros de diversos tipos, bastando um simples olhar pela vida política do país: onde estão as mulheres? E porquê?”; de Natércia, 60 anos, “Penso que foi dado um salto qualitativo, mas ainda assim em alguns setores esta situação continua a ser uma realidade”; de Ana Cristina, “Sim. Começa logo por diferenças de vencimento e [alguns empregadores] perguntam na entrevista de emprego se é casada ou se pensa ter filhos”; de Lígia, 50 anos, “Por questões de mentalidade social, o homem sempre foi visto como sendo o ‘provedor’ do alimento no grupo familiar e o lugar da mulher era em casa a cuidar da família, pelo que ainda se diz que «lugar da mulher é em casa»”; de Cremilde, 53 anos, “Neste momento já há mais igualdade, contudo o homem ainda é quem dirige, quem manda, quem ocupa os lugares de chefia, a mulher para lá chegar tem de se esforçar muito mais”; de António, 58 anos, “Ainda é um pouco privilegiado pois determinadas regalias vindas do passado são difíceis de dissipar”; de Maria José, 50 anos, “Nalguns casos talvez, mas isto também tem relação com a aceitação por parte da mulher de certo tipo de comportamento masculino como dado adquirido”; de Eduína, 34 anos, “Sim. O homem

consegue com relativa facilidade chegar aos lugares de poder, enquanto a mulher ou não consegue ou é-lhe extremamente difícil”; de Bruno, 34 anos, “De uma forma geral sim. É o que mostram os dados oficiais, a nível de remunerações, cargo ou mesmo acesso ao emprego. Ainda assim, a situação tem vindo a mostrar uma tendência de mudança, com uma maior equiparação entre os sexos”; de Maria Gilda, 55 anos, “Sim, tendo em conta toda uma educação virada para o homem e que as mulheres ainda hoje gostam de ser as coitadinhas, pois são poucas as que se afirmam”; de Isaura, 52 anos, “Na Administração Pública já não há tanta discriminação, mas no setor privado penso que ainda há e muita, pois em certos estratos sociais no Portugal profundo e atrasado ainda há mentalidades tacanhas e machistas”; de Suzete, 56 anos, “Conforme o local de trabalho. (...) Há locais e serviços onde a mulher, por ser mulher com filhos, é a primeira a ser despedida e também quantas mulheres que, para manterem os seus empregos se sujeitam aos caprichos e avanços sexuais dos seus patrões”; de Carla, 43 anos, “No meu campo profissional não considero haver diferenças entre os géneros. Em termos gerais tenho a noção que, em alguns setores, o facto de se ser mulher, principalmente se desejar constituir família, pode ser um aspecto de peso na tomada de decisão das chefias quer ao nível da admissão a uma carreira, quer ao nível de progressão dentro da mesma”; de Rui, 64 anos, “Sim, genericamente. Ainda persistem valorações laborais que só se explicam como resquícios de uma tradição cultural de sociedades primárias onde se valorizava mais o trabalho do homem por este estar associado a um maior dispêndio de energia e em que as tarefas mais meticulosas e/ou menos exigentes do ponto de vista do emprego da força braçal, estavam confinadas às mulheres”; de Maria Luísa, 51 anos, “Sim (...) este processo é longo e gradual. Para qualquer lugar de destaque a concorrência de dois elementos de sexos diferentes e em condições de igualdade, é sempre preterida a mulher. Aliás já fui confrontada diretamente com uma situação parecida, quando, ao concorrer para determinada função, o selecionador referiu abertamente que preferia um homem porque as mulheres acabavam por ter necessidade de realizar um maior número de faltas por razões familiares”; de Noémia, 61 anos, “Normalmente a mulher é colocada em situação de exploração e desvalorizado o seu trabalho, mesmo quando trabalha em igualdade de circunstâncias com os colegas homens. É a primeira a ser despedida, mesmo quando trabalha mais e melhor que os companheiros de trabalho do sexo masculino. Mesmo na situação das empresas familiares (setor privado) em que ambos os elementos são coproprietários a posição da mulher é de subalternidade, por estilo de funcionamento do cônjuge para quem a chefia da empresa está ligada a uma afirmação de poder pessoal”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Sim. O

homem adquiriu um certo estatuto ao longo dos tempos, e falo aqui da realidade portuguesa, bastante confortável no setor laboral. Quase que não tem de se esforçar para manter o lugar. Senão vejamos: não tem de chegar tarde por ir levar os filhos à escola, não tem que sair mais cedo para levar os filhos ao médico ou para dar de mamar, normalmente não gasta dias para ficar com os filhos quando estes adoecem, etc. Só se realmente for muito medíocre é que perde o lugar. Já a mulher tem que provar que, mesmo fazendo tudo aquilo que o homem não faz, é capaz de dirigir uma reunião, bater um sem número de páginas no computador, lançar os dados que se acumularam de manhã na sua secretária e, é claro, sempre com boa disposição e um sorriso”; e por fim de Agostinha, 32 anos, “Sim, em alguns casos. Pelas conceções existentes na nossa sociedade em que são as mulheres que devem «cuidar e tratar do lar», a maioria das mulheres não consegue fazer o corte emocional entre a vida emocional e profissional e atuam da mesma forma nos dois campos. Costumo dizer que no trabalho há que se comportar como um homem – ser assertiva, racional, direta, e principalmente não deixar o lado emotivo falar mais alto”.

No plano das respostas negativas, há a realçar as de Genoveva, 58 anos, “Não. Acho que às vezes elas até sobem mais depressa do que deviam”; de Helena Maria, 41 anos, “Não. As mulheres, como a nossa sociedade é exemplo, estão a atingir as mesmas metas que os homens”; de Marina, 35 anos, “Atualmente creio que não. Se outrora tal ponto de vista era válido, com o maior número de mulheres qualificadas o leque de opções hoje é mais vasto e as organizações tendem a privilegiar o currículo profissional”. As três respostas um pouco mais específicas foram as de Adélia, 41 anos, “Na generalidade sim, no IGFSS não. Aqui há mais igualdade”; de Paulo Luís, 49 anos, “Sim, nalguns trabalhos em que a força física é permanente”; e finalmente de Ofélia, 61 anos, “São situações possíveis mas não generalizadas. No meu ponto de vista tem a ver com mentalidades retrógradas”.

9- Considera que a mulher só deve fazer opções de carreira profissional depois dos filhos criados? Explique o seu ponto de vista.

Mais uma vez se pretendeu fazer o ponto da situação e os contributos, desta feita, foram esmagadoramente para o lado do “não”, com 58 respostas, contando-se ainda seis ambivalentes. Realce para os testemunhos de Maria Manuel, 58 anos, “Não. Se é difícil à mulher enquanto jovem e acabada de se licenciar aceder a uma carreira profissional, muito

mais difícil será se os anos forem passando”; de Clementina, 36 anos, “Acho que não são opções incompatíveis, não vejo porque o deva fazer”; de Paulo Luís, 49 anos, “Não, porque com a idade a avançar se tem menos capacidades e paciência”; de Carlota, 58 anos, “Depois dos filhos criados já é tarde para escolher uma carreira profissional, só se for uma carreira liberal”; de Genoveva, 58 anos, “Não. Para já porque a idade traz limites e também porque muitas vezes os filhos não agradecem essa opção”; de Amália, 58 anos, “Não. A mulher desde sempre necessita da sua independência financeira e pessoal. Só assim uma família pode funcionar bem”; de Madalena, 61 anos, “Não. Ter filhos e uma carreira profissional não são, de modo algum, situações incompatíveis, mesmo quando os filhos são pequenos”; de Bruno, 34 anos, “Não. Não é sensato que uma mulher espere dezoito anos para fazer uma opção de carreira”; de José Luís, 74 anos, “Essa tem de ser uma opção pessoalíssima. Quando é que os filhos estão criados? Quando a mulher tiver 40 anos ou mesmo 30? O mercado de trabalho numa sociedade capitalista não se compadece com estas opções”; de Augusta, 29 anos, “Não. A mulher deve procurar conciliar a vida profissional com a família, tentar arranjar tempo para tudo, apesar de não ser uma tarefa fácil”; de Cecília, 42 anos, “Não! A mulher antes de ser mãe é uma jovem com as mesmas ambições que o homem, não pode congelar a vida profissional pois perde competitividade. Quando é que os filhos ficam criados? E quem os cria?”; de Maria José, 50 anos, “Não. O conceito de ‘filhos criados’ é muito subjetivo e pode acontecer de tal maneira tarde que torne impossível a construção de uma carreira profissional”; de Isaura, 52 anos, “Não, agora há muito bons infantários e bons OTL, onde os pais podem ter os filhos enquanto trabalham e, caso as crianças não sejam órfãos de pai, este tem os mesmos direitos e deveres em relação aos filhos que a mãe”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Negativo. Entendo que a mulher deve tentar optar por uma carreira profissional que lhe dê a flexibilidade possível, de forma a poder continuar a ser mãe e a acompanhar todas as idades dos seus filhos. Existindo partilha de funções tudo é conciliável”; de Lúcia, 50 anos, “Não, porque no grupo familiar, a mulher não tem obrigação de se anular em favor do homem para optar pela carreira profissional. A sociedade deveria criar as condições necessárias a que ambos pudessem fazer as suas opções profissionais sem que para isso tivessem de se anular ou descurar a responsabilidade de pais”; de Rui, 64 anos, “Não. Acho que a carreira profissional, tal como o nome ‘carreira’ indica, deve ser iniciada o mais precocemente possível e, de uma forma ideal, juntamente com a aquisição de formação intelectual. A experiência diz que, quanto mais cedo se inicia uma profissão, mais eficaz e completo (e feliz, por realização) se é, profissionalmente. A questão da criação dos filhos é algo que deve estar

inscrito nos programas de ajuda do Estado, pois deve ser uma sua obrigação primeira”; e finalmente de Noémia, 61 anos, “Não. Bom, então aí é que tudo ficaria ainda mais difícil para a mulher! A mulher não deveria ter que abdicar da sua carreira profissional! A sua função de ‘reprodução’ deveria dar-lhe algum privilégio. Afinal, parece ser urgente repensar a questão demográfica no que respeita à contínua curva decrescente da natalidade. Pode-se escolher uma carreira profissional até antes dos 20 anos, pode-se ter filhos antes dos 20 anos. Não se escolhe carreira profissional nem se é mãe aos 50 anos!”.

No referente às respostas ambivalentes, há a salientar as de Renata, 52 anos, que embora não concorde com opções de carreira só depois dos filhos criados refere no entanto que “Seria o ideal mas o orçamento familiar não o permite”; de Carlos, 34 anos, “Considero que deve fazer opções quando ela achar melhor. No entanto depois dos filhos criados é possível que seja tarde demais”; de Adélia, 41 anos, “Talvez, se desejar concretizar algo que lhe falte”; de Ofélia, 61 anos, “Depende da disponibilidade e capacidade de cada pessoa”; de Natércia, 60 anos, “Depende das opções de cada uma: se achar que a carreira é o seu maior desafio de vida, não. Se privilegiar a família e não tiver hipótese de conciliar com a carreira... é uma opção muito pessoal”; e por fim de Angelina, 53 anos, “Nem sempre. Há famílias em que existe um suporte de entreaajuda grande que permite que algumas mulheres possam fazer algumas opções profissionais. Mas são casos raros. Deveria existir uma revolução cultural e comportamental para alterar grande parte da forma de pensar”.

10- Considera que a Administração Pública é maioritariamente feminina? Explique o seu ponto de vista.

Pretendeu-se saber se este axioma tem razão de ser ou se pelo contrário se trata apenas de um mito que tem sido propagado ao longo dos últimos anos. As respostas foram diversificadas, embora com larga tendência (38 afirmativas contra 23 negativas) para o corroborar da proposição. Quatro respostas indicaram que essa situação é confirmada pelas estatísticas. Outras quatro aludiram ao fator demográfico, claramente pendente para a mulher. Três inquiridos não souberam responder. Duas respostas consideraram que a razão se deve a tratar-se de um trabalho menor. Uma apontou o fator ‘mão-de-obra’ barata, outra, razões culturais e para uma quarta a razão é serem trabalhos mais leves. Para Carlos, 34 anos, “A avaliar pelo IGFSS [Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social] e pelo ISS [Instituto

da Segurança Social], as mulheres estão em maioria”; para Isabel, 52 anos, “Depende do setor. Na parte administrativa penso que há mais mulheres, mas na parte técnica penso que haverá mais homens”. Maria Gilda, 55 anos, considera que “(...) a mulher é maioritária em qualquer setor de atividade”; Emanuel, 35 anos, concorda “Porque a maior parte das colegas são mulheres”, opinião partilhada por Helena Maria, 41 anos, “No meu local de trabalho há mais mulheres (é assim desde há 20 anos que aqui trabalho)”. Para Maria Helena, 59 anos, “Os homens são mais aceites nos bancos e empresas privadas”; Paula, 59 anos, considera que sim “Porque tradicionalmente os vencimentos eram baixos”; Ana Cristina menciona que sim “Porque lhes dão benesses principalmente no que se refere a questões com os filhos”; Angelina, 53 anos, alude a que “Como a mulher não ocupa na sua grande maioria lugares de topo nas empresas e dada a discriminação que sofre pelo simples facto de ser mulher, sobra o quê?”; Augusta, 29 anos, entende que “Sim, talvez pela capacidade da mulher de melhor conseguir integrar em vários assuntos”; Agostinha, 32 anos, aponta que a razão é “(...) principalmente porque a administração pública não se consegue reformular (condicionam as reformas e os acessos)”; Paula, 47 anos, admite que “(...) sempre implicou estar sentado a uma secretária o dia inteiro, o que o homem nunca se interessou”; Eduína, 34 anos, considera que “Embora os lugares de chefia/poder (por exemplo Assembleia da República) sejam preenchidos maioritariamente por homens, os lugares inferiores na hierarquia são preenchidos por mulheres”; António, 58 anos, lembra que “(...) os homens tinham que ir para a vida militar e para as diversas guerras que Portugal teve de travar nas ex-Províncias Ultramarinas”; Fausto, 45 anos, indicou que “Devido a múltiplos fatores, como seja a segurança e a estabilidade e os horários fixos, a mulher sempre preferiu a AP mesmo sujeitando-se a salários mais baixos”; Albertina, 46 anos, referiu que “Não sei, mas quando preciso de tratar de assuntos em repartições públicas, encontro sempre mais mulheres que homens”; Gisela, 47 anos, considerou como “(...) o resultado da Guerra Colonial que durou até ao 25 de Abril. Só após essa data, de forma gradual, aumentou o setor masculino no Estado”; Ana Salvado, 51 anos, entende que “Sim, em alguns setores. Até há pouco tempo era vedado o acesso às mulheres em casos como a justiça e a saúde (médicos)”; Henriqueta, 53 anos, responde que “Talvez, porque a mulher é mais trabalhadora que o homem e por esta razão dedica-se mais aos estudos e consequentemente a este tipo de emprego. O homem, por sua vez, dedica-se mais ao negócio, gosta de trabalhar por conta própria e outro tipo de serviços. Evidentemente que há exceções”; para Amália, 58 anos, “Já há muitos anos atrás foi incutido que a AP era um trabalho com futuro e seguro para as mulheres”; Bruno, 34 anos, pensa que “Sim. Trata-se

de um trabalho com uma grande componente social e administrativa. O corporativismo do Estado Novo criou figuras como a de ‘Assistente Social’ ou o ‘Fiscal de Bairro’, sendo que a primeira deveria ser tendencialmente feminina e a segunda masculina. Existem muitos outros exemplos, sendo as instituições públicas ainda muito reféns desta realidade”; Maria de Lurdes, 39 anos, respondeu que “Não tenho dados que corroborem essa afirmação, mas sendo ela correta poderá ter a ver com o facto de ser um setor que, pelo menos num passado recente, dava garantias de empregabilidade segura às mulheres, direitos e regalias que no privado não se encontravam, como as que dizem respeito à maternidade, assistência aos filhos, etc.”; para Noémia, 61 anos, “(...) ser Funcionário Público significava ganhar pouco, com a única certeza de ser certo o vencimento e, duma maneira geral, não se era despedido. Ora quem se sujeitava a ganhar menos era a mulher! O homem procurava o privado, porque se ganhava melhor! No entanto, aos lugares de chefia chegavam os homens”; finalmente, Rui, 64 anos, escreveu “Acho que sim, que é maioritariamente feminina. Porquê? Suponho que o setor de Serviços, em que se inscreve a AP, sempre foi o setor de maior apetência das mulheres e isto tem a haver provavelmente com: exigência de menor esforço braçal (os tais resquícios tradicionais), garantia de menor mobilidade (menos probabilidade de deslocalização, logo mais garantia de programação da vida familiar e social a longo prazo), garantia de estabilidade (menor perigo de flutuações e ameaças ao emprego, apesar de, frequentemente, isso ser à custa de menores salários)”.

Do lado de quem não considera maioritariamente feminina a Administração Pública, destaque para as opiniões de Maria Antónia, 56 anos, “Não, em muitos Ministérios já há muita igualdade de homens e mulheres”; de Suzete, 56 anos, “Não, talvez se pense assim pela teoria de que existe maior número de mulheres em Portugal”; de Cremilde, 53 anos, “Penso que não é maioritariamente feminina, mas é importante o papel das mulheres”; de Florbela, 38 anos, “Talvez, porque são elas que concorrem mais para os quadros da Administração Pública”.

11- Considera que existe uma ‘sensibilidade feminina’ que constitui vantagem na Segurança Social ou noutras áreas em geral?

Visava esta questão indagar até que ponto a expressão é uma realidade ou um mito e, num total de 64, as respostas incidiram maioritariamente sobre o “sim” (35) do que sobre o “não” (23), contando-se ainda cinco respostas ambivalentes e uma de puro desconhecimento sobre o assunto. Nas afirmativas, realce para as de Adélia, 41 anos, “Sim, em geral temos o nosso sexto sentido”; de Maria Gilda, 55 anos, “Sim, mas porque são mais eficientes e têm de facto uma apetência para os temas mais delicados em certas áreas”; de Angelina, 53 anos, “Sim. A Segurança Social contribuiu para uma melhor distribuição da riqueza. Isto leva a que tenha de trabalhar com pessoas carentes quer económica que culturalmente e só com alguma sensibilidade feminina muitas vezes se consegue chegar a ‘bom porto’”; de Fausto, 45 anos, “Sim, em especial na Segurança social onde o facto de ser mulher traz à partida melhor compreensão dos problemas sociais. Claro que, como em tudo, há exceções à regra”; de Eulália, “Sim, essencialmente nas áreas da assistência social, contudo algum distanciamento é positivo e essa faceta é mais masculina”; de Carlota, 58 anos, “Talvez nos apoios sociais: psicólogas, educadoras de infância e pessoal especializado para trabalhar nos lares de terceira idade”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Salvo raras exceções, que as há, penso que sim. O tal sexto sentido, a sensibilidade, o lado maternal da mulher, torna o contacto com o outro mais próximo, mais delicado, mais sensível”; e por fim de Ofélia, 61 anos, “Entendo a sensibilidade como uma capacidade, que pode ser feminina ou masculina, e sem dúvida que é uma vantagem em qualquer situação”.

No grupo dos que optaram pela negativa, há a destacar as opiniões de Leandro, 32 anos, “Não. A sensibilidade resulta da dedicação e do empenho”; de Clementina, 36 anos, “Acho que há pessoas diferentes e com várias aptidões, não relaciono diretamente essa qualidade com as mulheres”; de Emanuel, 35 anos, “Não, porque a sensibilidade só depende do carácter das pessoas, seja homem ou mulher”; e de Carla, 43 anos, “Não. A qualidade do desempenho de um cargo não depende do género da pessoa que o desempenha”. Quanto às respostas ambivalentes há a salientar a de Noémia, 61 anos, “Não sei se existe ‘sensibilidade feminina’ seja na Segurança Social, seja noutros setores. O que me parece é que é necessária eficiência e conhecimento das realidades sociais, nomeadamente da crescente baixa de nível

económico das populações com mais carências, isto é, com o aumento crescente das dificuldades e da pobreza” e de Rui, 64 anos, “Evidentemente que há áreas laborais em que as características de género se mostram mais adequadas, mas isso nunca terá a ver com qualquer discriminação. Tem a ver, isso sim, com adaptabilidades naturais. O mesmo sucede com outras áreas, em que o poder masculino se mostra mais eficaz. No entanto, sempre haverá as exceções, que também não devem ser desprezadas, mas antes sempre consideradas”.

12- Qual das situações considera mais produtiva: ser mãe a tempo inteiro ou ser mãe empregada? Explique o seu ponto de vista.

Com esta questão pretendia-se saber se a mulher se realiza como mãe trabalhadora ou sente nostalgia por um tempo em que podia dedicar-se inteiramente às crianças. As respostas foram diversificadas. Houve uma clara maioria (36) que indicou como mais produtiva a situação de mãe empregada, em relação à situação de mãe a tempo inteiro (10), contando-se ainda um conjunto (18) em que os inquiridos não conseguiram fazer uma opção. No grupo maioritário, há a focar as respostas de Leandro, 32 anos, “Ser mãe empregada. Por mais importantes que sejam os filhos, não devemos abdicar da nossa realização profissional e pessoal”; de Isaura, 52 anos, “Uma mãe com carreira profissional pode ser uma mãe melhor e mais presente que uma mãe sem carreira profissional, tudo depende do ser humano que é a mãe”; de Lúcia, 50 anos, “Ser mãe a tempo inteiro é um trabalho bastante difícil, pelo que a ‘produtividade’ não se distingue”; de Maria José, 50 anos, “Depende da mulher. Se ser empregada for um prazer para a mãe, o tempo disponível para os filhos será seguramente de qualidade superior”; de Cecília, 42 anos, “Mãe empregada. Quer as mães quer os filhos precisam de alargar os horizontes e não ficarem dependentes uns dos outros”; de Cacilda, “Ser mãe empregada uma vez que torna possível otimizar a gestão familiar, através da partilha de tarefas com o pai, contratação de empregada doméstica, etc.”; de Helena Maria, 41 anos, “Ser mãe empregada. Há menos rotina em relação às crianças. É bom fazer coisas diferentes, o trabalho variado rende mais”; de Adélia, 41 anos, “Ser mãe a tempo inteiro até ao primeiro ano, depois ser mãe empregada, pois a criança necessita de conviver com outras crianças e a mãe de ter o seu próprio ordenado”; de Madalena, 61 anos, “Na grande maioria dos casos considero mais produtivo ser mãe empregada. A carreira proporciona uma realização profissional e pessoal e a mãe estará mais disponível para os filhos estando bem consigo própria e com o que a rodeia. Não considero produtivo ser-se educado por uma mãe

frustrada”; de Natércia, 60 anos, “É muito relativo, mas ainda assim atrevo-me a pensar que a sociedade não está assim por acaso. Antigamente os filhos eram criados pelas mães, avós, etc., e não por infantários onde um é um entre tantos. O ideal seria as crianças serem acompanhadas a tempo inteiro pela mãe (ou pai) até aos 3, 4 anos, depois seria a vez da pré-primária. Seríamos todos mais felizes, eu acho!”, de Carlota, 58 anos, “Só em casos excepcionais se pode ser mãe a tempo inteiro com uma situação financeira privilegiada, embora para mim seja muito melhor ser mãe empregada porque as crianças vão mais cedo para os infantários e tomam contacto com outras crianças e obrigam-se a ser mais disciplinadas”; de Henriqueta, 53 anos, “Nos dias que correm, as mães têm que ser empregadas o que também é sinal de produtividade para o casal, além de que estar só em casa estupidifica as pessoas, pelo menos como antigamente”; de Agostinha, 32 anos, “Ser mãe empregada. Apesar de talvez não dar tanta assistência, consegue transmitir uma visão real da sociedade (pois convive e lida diariamente) preparando o caminho futuro dos filhos (protegendo mas informando)”; e de Maria de Lurdes, 39 anos, “Penso que ser mãe empregada. Como mãe posso garantir que o facto de ser útil à sociedade, faz de mim melhor mãe. Se fosse mãe a tempo inteiro, penso que muito rapidamente ficaria obcecada pelas minhas filhas e o meu mundo iria reduzir-se à rotina diária de ir levá-las, alimentá-las, tratá-las e deitá-las. Não teria muito para partilhar com elas, não poderia ensinar-lhes de uma forma atualizada, as melhores maneiras de superar as dificuldades. Iria com certeza colocá-las numa redoma de vidro para que fatores externos não as afetassem. O facto de trabalhar, faz com que o tempo que estou com elas seja de qualidade, pois as saudades são muitas e existe uma partilha de experiências diárias, existem sempre novidades. Já para não falar do ponto de vista económico: trabalhando, existe uma maior possibilidade de aumentar o rendimento familiar, permitindo, quando necessário, cuidados médicos de uma forma mais célere, férias fora da zona de residência, um mimo de quando em vez”.

No conjunto das respostas que deram preferência ao fator “mãe a tempo inteiro”, relevo para as de Albertina, 46 anos, “Ser mãe a tempo inteiro implica uma maior atenção e apoio às crianças, sendo mãe empregada o tempo e atenção tem de ser dividido pelos diversos pontos”; de Maria Helena, 59 anos, “Ser mãe a tempo inteiro. Estando próximo dos filhos conseguem dar-lhes mais apoio e educação, preparando-os para crescerem saudáveis, educados”; de Angelina, 53 anos, “A mãe ainda tem na nossa sociedade a seu cargo a educação dos filhos: educar um filho é educar uma geração, um futuro, um país. A mãe

empregada esforça-se muito na educação dos seus filhos mas não pode acompanhar todo o seu desenvolvimento como certamente gostaria”; de António, 58 anos, “Nos tempos difíceis por que passa a economia, é muito difícil ser mãe a tempo inteiro. Para isso os Governos tinham que dar condições para que a mãe fosse realmente mãe, de corpo inteiro”; de Bruno, 34 anos, “No atual regime neoliberal, só uma família com grande poder económico poderá prescindir da atividade laboral de um dos elementos, neste caso do feminino. Haverá muitas vantagens em que a mãe o possa ser a tempo inteiro, mas a realidade socioeconómica é o fator determinante, de uma forma geral”.

No setor das respostas que não corresponderam diretamente a uma opção, salientam-se as de Ana Lúcia, 27 anos, “Para realização pessoal é mais produtivo ser mãe empregada, para a família acho que ser mãe a tempo inteiro é mais produtivo”; de Paula, 47 anos, “Não consigo relacionar as duas situações, acho que cada uma tem uma produtividade específica”; de Renata, 52 anos, “Mãe empregada. Mãe a tempo inteiro seria o ideal, mas empregada ajuda na economia familiar”; de Maria Gilda, 55 anos, “Este tema levar-nos-ia muito longe, mas considero que ambas as coisas poderiam resultar muito bem sem traumas, se o nosso tecido empresarial e governamental tivessem outra postura”; de Clementina, 36 anos, “Depende do que se considera ser ‘mais produtivo’. Pode haver quem ache que dar atenção a tempo inteiro aos filhos seja benéfico para eles, mas pode haver que consiga conciliar as duas vertentes considerando o fator económico, também importante para o bem-estar da família”; de Rui, 64 anos, “Encontro dificuldade numa resposta adequada. Divido-me entre o romântico papel de mãe a tempo inteiro (que continuo a considerar ideal) e o direito que reconheço a qualquer mãe de querer realizar-se não só como mães mas também profissionalmente. O meio-termo, neste caso, penso que nunca será totalmente satisfatório. Cada mãe, cada mulher, é um caso”; e de Noémia, 61 anos, “Deveria ter-se em conta que um novo olhar sobre a Mulher-Mãe e simultaneamente Mulher-Mãe-Trabalhadora será essencial para a sociedade atual. Quero dizer que a sociedade (quando digo sociedade, digo entidades responsáveis: Estado, privados, sindicatos) deveria proporcionar às mulheres nesta situação, condições ‘especiais’ de poderem acompanhar de perto os filhos e exercerem uma atividade profissional, sem que uma situação fosse exclusiva da outra. Um horário flexível pode adaptar-se a qualquer situação familiar”.

13- Considera a maternidade uma vantagem para o setor laboral ou, pelo contrário, considera um entrave? E para a Segurança Social, em particular?

Teve esta proposição a finalidade de conhecer o pensamento dos inquiridos sobre a relação da maternidade com o setor laboral e com a Segurança Social e as respostas foram diversificadas: 26 consideraram uma vantagem, 25 consideraram um entrave, seis não consideraram vantagem ou entrave e sete dos questionados não souberam ou abstiveram-se de responder. Entre as respostas que admitiram ser uma vantagem, destaque para as de António, 58 anos, “É sempre vantajoso, pois a mulher fica mais sensibilizada para ao assuntos de caráter social”; de Pedro, 52 anos, “É manifestamente benéfica, doutra forma a humanidade esgotava-se”; de Salomé, 32 anos, “Considero uma vantagem. Para a Segurança Social considero bem, uma vez que garante a sustentabilidade do sistema”; de Eduína, 34 anos, “É uma vantagem no sentido em que as crianças, mais tarde, irão tornar-se ‘trabalhadoras’ e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Um entrave, porque condiciona o tempo disponível de que poderemos dispor para trabalhar”; de Fausto, 45 anos, “Vendo bem as coisas, é uma vantagem quer para um quer para outro. A mulher pode dispor de um período para se adaptar à sua nova condição de mãe e criar laços com o bebé e depois pode vir revigorada para reassumir o seu posto de trabalho”; de Suzete, 56 anos, “Eu não considero um entrave, mas para as chefias, principalmente no setor privado e também muito em fábricas, é um contra ter filhos”; de Maria José, 50 anos, “Não se trata de entrave, trata-se de uma questão demográfica que, a manter-se no médio prazo, fará com que os ativos não sejam suficientes para manter uma Segurança Social nos moldes atuais”; de Helena Maria, 41 anos, “É uma vantagem porque na generalidade todas as mulheres querem ser mães. Se a pessoa estiver bem consigo própria o trabalho resulta melhor e logo tem melhores resultados”; de Gisela, 47 anos, “Se queremos aumentar a população jovem, só conheço um método. A maternidade. Não é uma doença e não dura uma vida. Muitas mais horas e anos de trabalho irá dar a parturiente, que vão ‘pagar’ os períodos de interregno”; de Noémia, 61 anos, “A maternidade é um período curto de alguns meses em que a mulher desempenha o seu papel de reprodução. É um papel necessário. A sociedade precisa de se renovar, é preciso que nasçam crianças... A esperança de vida é cada vez mais alta e se não se tomam medidas de apoio às mulheres que pretendam ou desejam ser mães, teremos a curto prazo um país só de idosos! Isso sim é uma desvantagem para a Segurança Social”; de Carla, 43 anos, “É possível a espécie humana sobreviver se eliminarmos a procriação? É possível haver uma sociedade

realmente humana se eliminarmos a família? Parece-me que a questão atualmente está a ser colocada completamente ao contrário, a economia e todos os sistemas de segurança social apenas existem para proteger as pessoas e como tal a família”; de Solange, “Penso que a maternidade não pode ser encarada como um ‘entrave’, pois senão o que seria do ‘Social’, deixaria de existir... Ser mãe é já um ato social e para a Segurança Social só se torna um entrave se este ato for tido com interesses financeiros motivados por todas as ajudas que não chegam a ser para os fins a que se destinam”; por fim de Maria de Lurdes, 39 anos, “Sinceramente eu penso que a maternidade traz vantagens. Realização pessoal e familiar. Sensibilidade mais apurada em relação ao próximo. Contributo para a natalidade do país – rejuvenescimento da população e, como consequência, futuros homens e mulheres no ativo que darão continuidade ao progresso do país, colaborando com os seus descontos para o equilíbrio da Segurança Social, permitindo a quem se reforma ter a retribuição do trabalho de uma vida”.

Para os que consideraram um entrave, há a salientar as respostas de Adélia, 41 anos, “Infelizmente hoje, a maternidade, ainda é um entrave na generalidade”; de Maria Helena, 59 anos, “Um entrave em certos setores laborais. Para a Segurança Social será uma vantagem, no futuro será mais um contribuinte”; de Maria Antónia, 56 anos, “No ponto de vista de emprego é entrave; há ausência ao trabalho”; de Paula, 47 anos, “É um entrave principalmente quando a mulher procura trabalho e, em relação à Segurança Social, porque esta tem de pagar os subsídios sem haver pagamento de contribuições”; de Angelina, 53 anos, “Dada a mentalidade dos empresários nacionais, a maternidade é encarada como uma desvantagem. A trabalhadora vai estar ausente durante um grande período de tempo, por norma irá faltar para ir com a criança ao médico, fica em casa porque os filhos estão doentes. A Segurança Social, organismo estatal, tem obviamente de dar cumprimento à Legislação em vigor sobre esta matéria, mas tem igualmente consciência que as crianças são o futuro”; de Augusta, 29 anos, “Acho que a maternidade nem sempre é considerada vantajosa para o setor laboral, pois a mulher é posta de lado quando se candidata a emprego. Para a Segurança Social tem algumas regalias em termos de subsídios, abonos, etc.”; de Maria Gilda, 55 anos, “É assim porque há muito se deixou de acreditar na família e hoje o resultado é que não existem jovens para garantirem a Segurança Social e temos uma população velha e carente”; e finalmente de Bruno, 34 anos, “Uma abordagem linear à questão provavelmente concluirá que é uma grande desvantagem. É um elemento a menos a produzir, sobrecarrega colegas com serviço extra,

sendo um encargo extra para o patrão e Segurança Social. De outro prisma, a falta de políticas de apoio à maternidade, levará a um ‘deficit’ educativo e de desenvolvimento das crianças, assim como uma retração da natalidade. Tal terá consequências a médio/longo prazo em toda a rede socioeconómica. O equilíbrio é difícil mas necessário”.

14- Considera essencial ter uma família e filhos?

Com esta questão pretendeu-se saber até que ponto ter família e filhos corresponde a uma necessidade intrínseca do ser humano. As respostas tenderam para uma larga maioria (52) do “sim” pelo menos à família, porque alguns dos inquiridos consideraram opcional ter filhos. Assim, neste campo há a salientar as respostas de Bruno, 34 anos, “Família sim, filhos não”; de Agostinha, 32 anos, “Ter uma família sim, ter filhos depende de cada um”; de Fausto, 45 anos, “Sim, só desta forma a pessoa se realiza inteiramente”; de Natércia, 50 anos, “Considero que faz parte do equilíbrio mental do ser humano ter uma família. Ter filhos depende de cada pessoa. Para mim é importante”; de Ofélia, 61 anos, “Sim, a família que inclui os filhos é a base do ser humano e como tal essencial”; de Noémia, 61 anos, “Ter uma família sim, com ou sem filhos”; de José Luís, 74 anos, “Lá essencial é, caso contrário acaba-se a humanidade”; de Clementina, 36 anos, “Considero essencial ter laços afetivos fortes na minha vida”; de Angelina, 53 anos, “Sim. Todos nós necessitamos de alicerces, mesmo que estes não sejam de boa qualidade”; de Genoveva, 51 anos, “No meu caso pessoal sim. No entanto há que respeitar as opções de cada um”; de António, 58 anos, “É fundamental. O reduto familiar é o início e onde se desenvolvem as capacidades para assim fazer uma sociedade mais justa e equilibrada”; por fim de Carlota, 58 anos, “Sim, foi essencial ter filhos, dei-me uma força maior para ultrapassar os problemas da vida”.

Para quem não considerou a família e filhos como essencial (12), destaque para as de Filomena, 42 anos, “Não propriamente. Pode-se estar bem sozinho”; de Maria Luísa, 51 anos, “Não. Só devem ter filhos as famílias que os desejam”; de Madalena, 61 anos, “Pessoalmente sim. Mas conheço pessoas extremamente realizadas e felizes que fizeram opções completamente diferentes”; finalmente de Pedro, 52 anos, “Não. Partindo do princípio que, pela curva de distribuição normal, existirá quem prossiga com a continuação da espécie”.

15- Considera que é ao homem que compete ser ‘cabeça de casal’?

Visava esta pergunta estabelecer de que modo ainda vigora esta noção (se é que vigora) e como. A esmagadora maioria das opiniões (61) manifestou-se completamente contrária a que tenha de ser o homem ‘cabeça de casal’, contando-se apenas oito respostas com posições afirmativas sobre este assunto e ainda duas com posições ambíguas: “Depende...”, “Nem sempre”. No setor maioritário realce para as respostas de Joaquina B., “Cada um dos cônjuges tem o seu papel na família”; de Agostinha, 32 anos, “Não propriamente... porque tem de haver cabeça de casal?”; de Fausto, 45 anos, “Não, nos tempos que correm a mulher é tão ou mais competente para o ser”; de Bruno, 34 anos, “Não necessariamente, mas facilita a vida do casal numa cultura de raiz latina”; de António, 58 anos, “Atualmente não é assim tão importante. Todos os assuntos relacionados com o casal devem ser resolvidos pelos dois”; de Maria José, 50 anos, “Essa questão não se me põe, é irrelevante. Estamos numa sociedade masculinizada, dela decorrem hábitos institucionalizados como o de ser ‘cabeça de casal’”; de Carlos, 34 anos, “Não. Essa figura, tal como eu a conheço, pertence ao elemento mais velho do casal”; de Ofélia, 61 anos, “No meu ponto de vista entendo que, para bem do casal e da família, o cabeça de casal deve ser o que tiver mais capacidade para o efeito”; de Angelina, 53 anos, “Não. Num casal não deverá existir sequer essa figura. Os dois trabalham, os filhos são dos dois, as responsabilidades são dos dois”; de Rui, 64 anos, “Por enquanto, neste modelo familiar tradicional que ainda persiste, sim. Noutras configurações familiares talvez pudesse formular outra opinião”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “É indiferente, homem ou mulher, o casal é que deveria decidir o que melhor lhe convém, nas diversas situações em que isso lhe é colocado: empréstimos bancários, abertura de contas, responsabilidade dos filhos na escola, etc.”; de Henriqueta, 53 anos, “Não. Hoje já se assiste aos dois casos, até porque as mulheres, como mais estudosas, têm por vezes maiores habilitações que os maridos e ganham mais e por isso acabam por ser elas a cabeça de casal”; de Noémia, 61 anos, “Não, essa figura ‘cabeça de casal’ está em desuso. Era (ainda é?) utilizada como termo técnico para processos de inventário, em sede de partilha de bens. Qualquer dos dois membros que constituem o núcleo familiar pode assumir a posição de ‘chefe de família’, quando não são ambos a desempenhar esse papel”; por fim de Madalena, 61 anos, “Tanto quanto me recordo, antes do 25 de Abril o homem era legalmente o ‘chefe de família’. A figura do ‘cabeça de casal’ só existe no Direito sucessório e é independente de ser homem ou mulher. Se a pergunta é se concordo que o homem seja o

‘chefe de família’, a resposta é obviamente não e a alteração legislativa já foi feita há quase 30 anos”.

Para o reduzido número dos que responderam afirmativamente, o relevo vai para a opinião de José Luís, 74 anos, “Sim. Obviamente no respeito pelo parceiro”.

16- Considera que o ‘cabeça de casal’ não deve ter uma posição profissional e remuneratória inferior?

Na sequência da indagação anterior, surge esta que visa uma clarificação atendendo àquilo que eventualmente será uma opinião estabelecida: deve o ‘cabeça de casal’ ter outra que não seja a maior contribuição para o orçamento familiar? As respostas foram diversificadas, com maior tendência para discordar da hipótese. De facto, 25 dos inquiridos responderam taxativamente “não”, enquanto que somente onze optaram pelo “sim”. Destes, há a destacar as respostas de Paula, 47 anos, “Considero que o ‘cabeça de casal’ tem que ser o velho, o mais experiente e o mais dinâmico”; de Helena Maria, 41 anos, “Até poderá ter, desde que não interfira com a sua ação como ‘cabeça de casal’”; e de Fausto, 45 anos, “Sim considero. O ‘cabeça de casal’ deve ter a responsabilidade de prover a maior parcela do rendimento familiar”.

Ainda um significativo número (19) de contributos analisou a questão de forma mais ponderada, como Solange, “Não, esses não devem ser os motivos pelos quais se deve reger a expressão ‘cabeça de casal’”; Marina, 35 anos, “Isso não é linear... Um emprego pode ter uma remuneração inferior mas ir ao encontro das totais expectativas da pessoa. Nem sempre salários maiores correspondem a realização profissional”; Rui, 64 anos, “Considero ridícula (por retrógrada e minimizadora) qualquer posição que se equacione a partir de posições remuneratórias de qualquer dos membros de um casal”; Clementina, 36 anos, “Acho que numa casa não é necessariamente o homem que deve ser considerado ‘cabeça de casal’, acho que ambos os elementos são importantes e acho que não há qualquer problema se o homem ou a mulher ganharem menos ou mais que o parceiro(a)”; Isaura, 52 anos, “Numa família de mentalidade sã e aberta não há ‘cabeça de casal’ e é indiferente qual dos cônjuges ganha mais ou menos ou se ganham igual. Só numa mentalidade tacanha, machista e atrasada é que tem influência quem ganha o quê”; Filomena, 42 anos, “Poderá tê-lo, o único inconveniente é

ainda não ter visto nenhum homem contente com essa situação. Sentem-se mal e frustrados. É o macho latino implícito nas suas cabecinhas”; Carlota, 58 anos, “Conforme as situações, algumas vezes a mulher ascende profissionalmente a carreiras remuneratórias superiores à do homem, embora eles não achem muita graça a isso”; Angelina, 53 anos, “Não deveria existir essa figura. A responsabilidade pela família é de duas pessoas que resolveram constituí-la, independentemente da sua raça, religião ou trabalho, quer este seja ou não remunerado”; Noémia, 61 anos, “Ambos os membros do casal deverão contribuir consoante os seus ganhos profissionais, proporcionalmente. Até porque todo o trabalho doméstico é trabalho não remunerado!”; Maria José, 50 anos, “Nalguns casais tal tem sido motivo de crise e questões. Ainda existe entre nós o preconceito de que compete ao homem esse tipo de função”; Maria de Lurdes, 39 anos, “Isso é um autêntico disparate. O ‘cabeça de casal’ é apenas o primeiro responsável por um qualquer processo, seja mulher ou homem, ganhe mais ou menos. Embora reconheça que existe esse estigma muito acentuado”.

Quatro respostas foram ambivalentes, exemplificadas nas de Suzete, 56 anos, “Salários justos para ambos” e de Celeste, 48 anos, “Considero a igualdade”.

Houve ainda uma réplica ambígua: de Maria Gilda, 55 anos, “Não, devido a só pensarmos no sentido mercantil temos uma sociedade sem tabus que olha para tudo de forma economicista”. E mais três que consideraram a questão irrelevante, além de um dos inquiridos ter optado por não responder.

3.2 Condição feminina: menos valia nos Fundos de apoio social?

1- Muhammad Yunus, criador do conceito de microcrédito, afirmou em entrevista⁵⁷ que, pela sua experiência na atividade bancária, “(...) as mulheres se mostram muito mais ativas e solventes que os homens quando têm oportunidade de aceder ao crédito”. Concorda com esta afirmação baseando-se na sua experiência profissional ou vivência pessoal?

Pretendia esta questão indagar sobre qual a visão existente da ação das mulheres quando acedem ao crédito, se é confirmado o mito de serem mais gastadoras que o homem. Os contributos revelaram uma larga tendência (42 contra quinze) para a concordância com a opinião expressa na pergunta, verificando-se ainda sete outros que indicaram não ter opinião formada. De entre os que manifestaram consonância, salientam-se as afirmações de Helena Maria, 41 anos, “Concordo. Há mais ação da parte das mulheres”; de Angelina, 53 anos, “Sim. As mulheres estão acostumadas a gerir desde muito cedo”; de Natércia, 60 anos, “No meu caso não é verdade, mas eu concordo no geral com esta afirmação”; de Fausto, 45 anos, “A mulher está acostumada a gerir o lar, logo está mais apta a gerir as finanças”; de Gisela, 47 anos, “Concordo. Passa pela maturidade que a mulher aprende desde pequena: a ser responsável”; de José Luís, 74 anos, “Sim. É que o micro crédito é também uma forma de a mulher se emancipar: não há mulher livre sem independência financeira”; de Madalena, 61 anos, “Concordo, na medida em que as mulheres estão geralmente mais vocacionadas para ‘esticar’ orçamentos”; de Filomena, 42 anos, “Concordo em absoluto. As mulheres têm um espírito de sobrevivência muito apurado e, se são mães, ultrapassam-se a elas mesmas para que nada falte em casa”; de Augusta, 29 anos, “Sim, concordo. A mulher ao pedir um empréstimo tem mais preocupação e um maior desempenho em pagar essa dívida e, ao ser-lhe concedido esse empréstimo, sabe como o gerir de forma a ser bastante rentável”; de Rui, 64 anos, “Sim. É uma das características gerais deste género a aversão a conflitos e a predisposição para a contemporização, por isso, nessa linha, é compreensível o que ele diz acerca da sua (das mulheres) propensão para a regularidade das situações”; de Noémia, 61 anos, “Conheço alguma coisa da obra e do trabalho inovador deste economista nascido num dos países mais pobres do Mundo. Essas são as suas afirmações de que não duvido”; de Maria

⁵⁷ Cf. “O sistema só vê o lucro”, entrevista de Frédéric Joignot originalmente publicada no jornal *Le Monde* em 25-4-2008 e traduzida e republicada em *Courrier Internacional*, n.º 148, Junho 2008, pp. 60-64

José, 50 anos, “Os homens perdem demasiado tempo com questões de poder, ou seja, têm alguma dificuldade em prosseguir um objetivo sem que este lhes traga visibilidade”; de Eulália, 34 anos, “Talvez a frase tenha alguma verdade apenas por em muitas situações ser o sexo feminino a tratar das aquisições”; e de Maria Gilda, 55 anos, “Concordo, pelo muito que tenho lido e inclusive a minha mãe sempre foi o motor da família, cumprindo sempre integralmente os prazos para os quais se comprometia”.

Noutros pontos de vista, Clementina, 36 anos, “Acho que tanto homens como mulheres se podem deixar aliciar por esses apelos se não forem estruturalmente fortes”; Genoveva, 58 anos, afirma que “Depende sempre da maneira de ser de cada uma, fui criada com pouco e pela vida fora tenho tentado só gastar o que posso. No entanto, conheço muitas mulheres que gastam o que não têm”; Cremilde, 53 anos, refere “Acho que depende dos casos. Mas com algum dinheiro, muito trabalho e persistência podem-se conseguir os objetivos”; Bruno, 34 anos, “Não necessariamente. Acredito que tal se verifica em certos meios culturais onde a mulher terá por tradição a gestão económica do agregado, não se verificando isso noutras culturas”; Ofélia, 61 anos, considera que “Depende da experiência de cada um, mas penso que independentemente do sexo, as atitudes do ser humano têm a ver com as capacidades, as condições e as vivências que lhe foram proporcionadas ao longo da vida”; por fim, Maria de Lurdes, 39 anos, referiu “A mulher é mais destemida nessa área, o que não quer dizer que nesta área seja positivo. Penso que o lado mais consumista da mulher leva-a a recorrer mais facilmente a essa solução. O homem nesse aspecto é mais cuidadoso”.

2- Muhammad Yunus afirma também que “(...) as mulheres tomam muito mais conta das crianças que os homens (...)” pelo que “(...) pensam no futuro, querem fazer as coisas andar de modo a viverem melhor amanhã. Os homens, esses querem é aproveitar o momento e gastam tudo com facilidade”. Concorda com estas afirmações com base na sua experiência profissional ou vivência pessoal?

Esta pergunta visava aperceber o modo como o papel da mulher é percecionado pelos entrevistados e as respostas foram equilibradas, registando-se 32 contributos que concordaram com a primeira parte da questão (relativa às mulheres) e 29 que discordaram da segunda parte (relativa aos homens), contando-se ainda um contributo que corroborou o afirmado quanto aos homens, além de três outros que deram réplicas diversas. Dado que a quase totalidade dos

inquiridos deu respostas simultâneas à primeira e à segunda partes do quesito, não foi possível dividi-las entre quem favoreceu cada uma das partes. Optando-se por as reproduzir, o destaque vai para as de Adélia, 41 anos, “Em parte sim, pois ainda é a mulher quem mais cuida dos filhos”; de Amália, 58 anos, “Talvez pelo seu estatuto feminino tentam proteger mais as crianças”; de Carlos, 34 anos, “Concordo com a parte das mulheres e não concordo com a parte dos homens”; de Emanuel, 35 anos, “Com base na minha experiência pessoal considero que tanto o homem como a mulher devem ser responsáveis nestas questões”; de Fausto, 45 anos, “É verdade que as mulheres estão muito mais perto das crianças, mas nem todos os homens vivem apenas para o presente”; de Paula, 47 anos, “Não concordo com tudo, mas tenho a minha opinião que os homens são mais irresponsáveis que as mulheres”; de Ofélia, 61 anos, “Atualmente e em termos de atitude, penso que a diferença entre homem e mulher não é tão acentuada”; de Maria José, 50 anos, “Não creio que se possa generalizar, em ambos os géneros há indivíduos com essas características”; de Natércia, 60 anos, “No meu caso não é verdade e felizmente em muitos outros casos, mas sei que é verdade no mundo que ele conhece e que todos nós conhecemos”; de Helena Maria, 41 anos, “No meu caso pessoal tomo mais conta da criança, isso não há dúvida. Tento dar atenção ao que me irá fazer estar bem no futuro”; de Madalena, 61 anos, “Sem dúvida que as mulheres tomam muito mais conta das crianças e geralmente pensam mais no futuro que os homens”; de Noémia, 61 anos, “Efetivamente tomar conta das crianças tem sido desde sempre ‘obrigação’ das mulheres, mais ainda no Bangladesh [de onde Muhammad Yunus é originário]. Hoje em dia, nos países ocidentais, os homens têm já outra consciência da missão de ser Pai”; de Maria Gilda, 61 anos, “(...) a minha mãe foi um exemplo para mim, o meu pai foi ótimo mas muito mais irrealista, muito sonhador”; de Clementina, 36 anos, “Acho que a humanidade está de um modo geral mais desperta para os riscos do futuro se não forem tomadas medidas no presente e isso é mais evidente em quem tem filhos, porque, ao pensarem neles, estão a contribuir para o bem geral”; de Bruno, 34 anos, “Normalmente as mães são mais próximas dos filhos, sobretudo nos primeiros anos de vida. As facilidades hoje concedidas no acesso ao crédito e ao consumo, assim como a crise económica, levam a que homens e mulheres caiam em situações de incumprimento”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Não. Infelizmente na sociedade atual o consumismo é o que mais impera, seja protagonista o homem ou a mulher. Não existe uma preocupação real e efetiva do futuro dos filhos ou da família. Volto a salientar que existem exceções”; de Rui, 64 anos, “Muhammad Yunus está a referir-se a uma determinada sociedade, inscrita numa cultura em que os papéis de género ainda estão muito vinculados.

Noutras sociedades, especialmente ocidentais e contemporâneas, esses papéis mostram-se muito mais atenuados e até cada vez mais diversificados”; e, por fim, de Carla, 43 anos, “Não concordo com estas afirmações. A forma como as pessoas encaram a sua vida e agem em relação ao presente e ao futuro varia muito e, na minha opinião, não depende do género, mas mais da educação e influências que tiveram e têm, da sua personalidade e idade”.

3- Muhammad Yunus cita uma resposta que geralmente obtinha quando falava com mulheres sobre dinheiro: “Fale com o meu marido. Eu nunca mexo em dinheiro. Não percebo nada disso.” Considera terem estas afirmações aplicação na atualidade baseando-se na sua experiência profissional ou vivência pessoal?

Pretendia-se com este quesito indagar mais uma vez sobre a relação das mulheres com o dinheiro, atendendo a todos os mitos que circundam esta problemática. E a esmagadora maioria dos inquiridos considerou que as afirmações produzidas não têm aplicação na atualidade, sendo que apenas seis deles se pronunciaram a favor da modernidade do afirmado, como foi o caso de Paula, 47 anos, “Sim, ainda há muitas mulheres que aplicam estas afirmações”; de Fausto, 45 anos, “Não duvido que em casais mais antigos isso ainda se verifique e que a mulher tenha o dinheiro contado à justa para as despesas expetáveis com a casa tendo de justificar ao marido (que aceitará ou não) o que eventualmente ultrapassar a verba” e de José Luís, 74 anos, “Infelizmente têm. Sobretudo fora da Europa, onde a mulher é muito mais subordinada (escrava), por razões ancestrais, sobretudo religiosas (ou não foram homens os que criaram as principais religiões)”.

Quanto à referida maioria há a reter as declarações Carlota, 58 anos, “Por experiência cada um mexe no seu dinheiro, porque as contas estão separadas”; de António, 58 anos, “Não. Atualmente as mulheres percebem, tanto ou mais, que os homens nas finanças familiares”; Helena Maria, 41 anos, “Não. Até porque no geral tomo mais atenção às contas. Atualmente as coisas estão muito equiparadas, não é só o homem que mexe em dinheiro”; de Augusta, 29 anos, “Não concordo. A mulher é quem sabe governar as despesas da casa e tenta poupar algum dinheiro”; de Maria Gilda, 55 anos, “Nem pensar, até porque hoje a mulher não depende do marido, trabalha e gere o dinheiro que entra em casa quando existe harmonia”; de Clementina, 36 anos, “Acho que antigamente essa afirmação fazia sentido. Desde que a mulher se emancipou e reclamou direitos iguais aos do homem que já não se diferencia esse

tipo de comportamento”; de Isabel, 52 anos, “Na Europa, que se diz civilizada, estas afirmações são cada vez mais exceções à regra e cada vez mais as mulheres são economicamente independentes”; de Genoveva, 58 anos, “Não. No meu caso, os nossos ganhos e despesas são do conhecimento mútuo e divididos. Mas sei de situações em que as mulheres não são ‘donas de um cêntimo’”; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Não penso que essas afirmações retratem a sociedade atual. Encontrá-las-emos é claro numa faixa etária e numa zona do país específica”; de Angelina, 53 anos, “Ainda existem muitos casos destes, mas hoje em dia e com a entrada da mulher no mundo do trabalho, existe alguma mudança”; de Natércia, 60 anos, “Na minha realidade isso era completamente impossível de acontecer, nunca o permitiria, mas continuo a saber que é verdade noutras realidades”; de Carla, 43 anos, “Penso que a forma como cada família gere o seu orçamento varia muito e hoje em dia já não existe a tradição do homem ser responsável por este aspecto”; de Bruno, 34 anos, “Em casais portugueses, nascidos durante a vigência do Estado Novo, essa realidade é muitas vezes verdadeira, sobretudo quando a mulher é doméstica. A mulher está hoje numa situação diferente, não estando limitada às lides domésticas, tendo outro nível de instrução e acesso ao emprego. A mentalidade latina tem o seu peso nesta questão”; e, por fim, de Noémia, 61 anos, “Muhammad Yunus também esclarece que no Bangladesh se uma mulher, mesmo que seja rica, quiser pedir dinheiro emprestado a um banco, o gerente perguntar-lhe-á se já discutiu o assunto com o marido; se ela responder que sim, o gerente perguntará se o marido está de acordo e se a resposta continuar a ser afirmativa, o gerente pedir-lhe-á para falar com o marido. Mas não passa pela cabeça de nenhum gerente perguntar a um potencial cliente se ele discutiu a ideia do empréstimo com a sua mulher e se ele quereria voltar com ela para discutir a sua proposta! Só esta sugestão já seria um insulto!... (Muhammad Yunus, *O Banqueiro dos Pobres*, Difel, 2002, p. 125) Creio que em Portugal ou noutro país europeu, no séc. XXI, estas respostas já não existem”.

4- *Muhammad Yunus salienta ainda que “(...) o dinheiro confiado às mulheres era muito mais rentável. Criavam trabalho, emprego, riqueza. Reembolsavam o crédito.” Concorda com o que é afirmado, mais uma vez tendo por base a sua experiência profissional ou vivência pessoal?*

Novamente se visou apurar como é percecionada a relação da mulher com o dinheiro, mais uma vez levando em consideração os mitos existentes em torno da questão, pouco

abonatórios para a mulher. Os contributos foram esclarecedoras com uma expressiva maioria (40 num total de 64) a dar o seu acordo ao que é afirmado. Somente catorze dos inquiridos manifestaram o seu desacordo e ainda dez outros forneceram respostas ambíguas.

Relativamente aos que concordaram com o afirmado, há a destacar as opiniões de Helena Maria, 41 anos, “Concordo. Se as economias forem bem geridas pode chegar-se a bons resultados”; de Fausto, 45 anos, “A mulher sempre teve a aptidão de ‘esticar’ o orçamento para cobrir as despesas, logo nada mais fácil que inventar trabalhos para criar riqueza”; de Filomena, 42 anos, “As mulheres governam a sua casa. A casa é uma pequena empresa”; de Rui, 64 anos, “Considerando a inscrição feminina em sociedades em que o seu papel era, tradicionalmente, minimizado e mesmo menorizado, soa-me como natural que, perante os desafios que atualmente se apresentam às mulheres naquelas realidades sociais, elas se estejam ciosas de mostrar valia e competência, principalmente num quadro em que o jogo social decorre numa competição de géneros”; e de Noémia, 61 anos, “A questão do micro crédito é, neste caso específico, referente ao Bangladesh, mas é certo que desde sempre a gestão prática do dinheiro é confiada às mulheres. Elas são as administradoras, gestoras do pouco, muito pouco ou muito dinheiro que lhes é entregue para que possam dar de comer, vestir e calçar os membros da família, além dos outros encargos a que estão sujeitas. Se fazem esta gestão ‘bem feita’ e de forma responsável é natural que a isso corresponda um bom uso do dinheiro que lhes é confiado. Na boa gestão está também evoluir, crescer e pagar o que se deve”.

Quanto aos inquiridos que discordaram das afirmações produzidas na questão, há a realçar as convicções de Clementina, 36 anos, “Acho que essa capacidade é indiferente do sexo”; de Angelina, 53 anos, “Nos tempos de hoje talvez já não seja bem assim. Existe uma sociedade de consumo muito feroz”; de Carlota, 58 anos, “Há mulheres muito poupadas a pensar no seu futuro e nos filhos e outras que gastam tudo”; e de Maria de Lurdes, 39 anos, “Não, a não ser que se fechassem 90% das lojas existentes no país”.

5- Considera que a condição feminina é um fator que ‘empurra’ a mulher para situações de exploração e desvalorização no campo de atividade da Segurança Social?

Ambicionava esta questão aperceber se a condição feminina é vista como um fator que predispõe a mulher para ser explorada quer no aspecto laboral quer no aspecto social, algo que se irá repercutir na Segurança Social. As respostas foram equilibradas, com maior tendência para discordar da afirmação proposta (33 contra 28 num total de 64).

Assim, a discordância ficou patente nas declarações de Pedro, 52 anos, “É uma situação que tende a esbater-se”; de Ofélia, 61 anos, “Não, só para quem o permitir”; e de Marina, 35 anos, “Não. Só para quem se submete a tal”.

Do lado dos que concordaram realce para as opiniões de Carla, 43 anos, “Sim, e penso que as estatísticas assim o indicam”; de Henriqueta, 53 anos, “Talvez, mas não deveria ser. Ela tem de fazer valer os seus direitos”; de Maria Gilda, 55 anos, “Só será assim por dificuldades culturais, pois temos um analfabetismo muito grande; de Maria de Lurdes, 39 anos, “Sim, dada a precariedade de trabalho e sempre havendo a possibilidade de já ser mãe ou vir a ser, que empurra a mulher para a não exigência de um cargo melhor”; de Fausto, 45 anos, “Em certos casos sim. Em gravidezes de adolescentes, por exemplo, nas situações em que a família volta costas ao problema deixando-as entregues à sua sorte”; de Gisela, 47 anos, “Infelizmente ainda é um pouco verdade. Há mulheres que se anulam, uma certa ‘herança’ familiar”; de Rui, 64 anos, “Sim, se prevalecerem os pressupostos tradicionais de subalternização do papel feminino no mundo do trabalho”; e de Noémia, 61 anos, “A ‘condição feminina’? Normalmente a mulher é colocada em situação de exploração e desvalorizado o seu trabalho, mesmo quando trabalha em igualdade de circunstâncias com os colegas homens. É a primeira a ser despedida, mesmo quando trabalha mais e melhor que os companheiros de trabalho do sexo masculino! Chama-se a isto ‘empurrar’ para a Segurança Social subsídio-dependente?”.

De referir ainda três outras respostas que não se enquadraram em nenhum dos campos, com destaque para as de José Luís, 74 anos, “Não sei. E não quero pensar que sim!” e de Isabel, 52 anos, “Depende das estruturas familiar e profissional”.

6- Qual considera necessitar mais do apoio da Segurança Social: o homem ou a mulher?

Com esta questão procurava-se aferir a visão dos inquiridos sobre a atividade da Segurança Social no respeitante aos apoios concedidos e os contributos revelaram-se equilibrados entre os que consideram ser a mulher a ter maior necessidade e aqueles que indicaram ambos, com ligeira vantagem para este último campo (23 contra 26 num total de 64). Somente duas respostas consideraram diretamente ser o homem quem mais necessita, enquanto que treze outras não se enquadraram em qualquer dos campos.

Para quem considerou ser a mulher a mais necessitada, destacam-se as respostas de António, 58 anos, “A mulher, pelo facto de ser mãe”; de Suzete, 56 anos, “A mulher e as estatísticas assim o provam”; de Madalena, 61 anos, “A mulher, no caso de existirem filhos, pois normalmente estão a cargo das mães. Caso contrário, não vejo que haja diferença”; de Carla, 43 anos, “Em termos gerais ambos necessitam de apoio, no entanto, os desequilíbrios da nossa sociedade, levaram à necessidade de serem criados alguns serviços destinados a darem proteção e apoio especial às mulheres”; de Fausto, 45 anos, “Pelo que já foi exposto, é a mulher que necessita. No entanto, há casos em que essa diferença não se nota, como na toxicodependência”; de Bruno, 34 anos, “A mulher, pois é ainda na nossa cultura a que fica com mais encargos com os filhos, sobretudo em situações de separação do casal. O desemprego ainda afeta mais as mulheres que os homens, algo que tenderá para o equilíbrio ao longo das gerações”.

No grupo que considerou a necessidade ser igual para ambos, homem e mulher, há a realçar as declarações de Paula, 47 anos, “No tempo em que vivemos, acho que estão em pé de igualdade”; de Maria Gilda, 55 anos, “Ambos, quando não têm cabeça para saber gerir os seus recursos”; de Genoveva, 58 anos, “Igual. No entanto, a nível de viuvez e se não tiver familiar para dar apoio, o homem fica muito mais necessitado dos serviços da Segurança Social, pois existem muitos que nunca souberam tratar deles, pois contavam sempre com a companheira”.

Quanto ao conjunto que não se enquadrou em qualquer dos campos, relevo para as opiniões de Agostinha, 32 anos, “Os pobres e desgraçados que querem trabalhar e ninguém

lhes dá uma oportunidade, são esses que precisam de apoio (homem ou mulher)”; de Solange, “Depende da sua condição social (desempregado ou trabalhador)”; de Maria, 34 anos, “Varia com as situações, a única diferença apenas poderá ter que ver com os problemas de gravidezes ou nascimento de filhos a mães solteiras ou sozinhas”; de Filomena, 42 anos, “O homem mais velho e, em idade avançada, os dois, mas a mulher aguenta-se melhor sozinha porque sempre fez as suas lides domésticas”; de Isaura, 52 anos, “Depende da pessoa, do seu meio ambiente, do seu modo de ser, de estar, de pensar e de agir e não do sexo”.

7- Considera que a condição feminina é em certos aspectos uma deficiência?

Esta proposição visava, mais uma vez, aperceber de que forma é encarada na sociedade, tomada a partir dos inquiridos, a condição feminina nas suas múltiplas vertentes. Será por si mesma um *handicap*, uma deficiência inerente à própria mulher ou tudo não passa do resultado dos mitos estabelecidos? Esmagadoramente (46 respostas contra dezoito, num total de 64) os indagados pronunciaram-se inequivocamente contrários ao questionado. Aqui ficam alguns contributos: de António, 58 anos, “Deus criou o homem e a mulher à sua imagem e semelhança, logo não pode haver qualquer discriminação”, de Filomena, 42 anos, “De modo nenhum, mas passamos por mais provações que os homens”; de Rui, 64 anos, “Nunca! Mesmo se não considerada valorativamente, é um ser igual ao homem”; e de Bruno, 34 anos, “A ‘condição feminina’ é um conceito mutável e sujeito a diferentes interpretações, com virtudes e defeitos”

Relativamente aos dezoito que manifestaram acordo com o que foi perguntado, vale a pena reproduzir as opiniões Aline, 54 anos, “É uma deficiência no sistema”; de Agostinha, 32 anos, “Não, pode ser talvez um entrave por tudo o que a sociedade agrega a essa condição”; de Augusta, 29 anos, “Sim, pois sendo mulher às vezes acaba por fazer com que ela seja mal remunerada”; de Clementina, 36 anos, “Acho que nalguns empregos é considerada um entrave e pode ser tida quase como uma deficiência”; de Fausto, 45 anos, “Em certos aspectos pode considerar-se uma deficiência, mas isso geralmente acontece devido a fatores externos à própria mulher, como sejam os preconceitos impostos pela sociedade”; e de José Luís, 74 anos, “Deficiência? Tem é problemas específicos e naturais (alguns deles artificialmente criados pela sociedade/religião)”.

8- Considera que a condição feminina em geral constitui um problema para a Segurança Social?

Na sequência da questão anterior, pretendeu-se restringir esta temática ao universo da Segurança Social (S. S.), indagando sobre qual a perceção existente. Será a mulher um problema acrescido para a S. S. apenas pelo facto de ser mulher e, por conseguinte, estar sujeita a situações de exploração e desvalorização, ou será, novamente, uma consequência dos mitos estabelecidos? As opiniões foram uma vez mais esmagadoramente (55 contra nove) no sentido de contrariar o postulado no quesito. Destas salientam-se as de Ofélia, 61 anos, “Só para quem o permitir”; de Aline, 54 anos, “Não, é um problema nas cabeças das pessoas em geral”; de Agostinha, 32 anos, “Não, os ‘espertos’ é que constituem um problema para a Segurança Social”; de Helena Maria, 41 anos, “Não, quanto mais seres trabalhadores (no futuro) mais se desconta para a Seg. Social”; de José Luís, 74 anos, “Problema? Só se for custar mais dinheiro e mobilizar mais recursos materiais, quando grávida e depois mãe. Sobretudo se mãe solteira ou de risco. Mas isto não é culpa da mulher”.

Do lado dos que corroboraram o questionado, realce para as opiniões de Maria Gilda, 55 anos, “Possivelmente porque somos muitas e os homens morrem mais cedo”; de Gisela, 47 anos, “Só se for para as entidades patronais, chefias, por causa da visão do lucro”; e de Fausto, 45 anos, “Em certos aspectos pode tornar-se um problema, criado desde logo pela própria sociedade que despreza os que não se enquadram nos seus parâmetros. Se a regra é ter família e filhos, então a mãe solteira estará à partida em desvantagem”.

9- Duma forma geral considera o homem como naturalmente superior? E a mulher como naturalmente inferior?

Pretendia-se com esta pequena ‘provocação’ tão-somente saber se ainda subsistem alguns resquícios do machismo vigente até há poucas décadas atrás e as respostas foram unanimemente no sentido de considerar as questões sem fundamento, tendo alguns dos inquiridos manifestado violenta discordância com o simples facto de elas terem sequer surgido, como Isaura, 52 anos, “Não de maneira nenhuma. Considero esta pergunta ofensiva e machista”.

Além deste, merece a pena salientar alguns outros contributos como sejam os de Ofélia, 61 anos, “Não avalio as pessoas pelo género masculino ou feminino mas sim pelas suas capacidades”; de José Luís, 74 anos, “Não. A sociedade (e a religião) machista é que tenta fazer crer nessa falácia”; de Fausto, 45 anos, “Homens e mulheres são diferentes. Mas será absurdo colocar-se uma questão de superioridade ou inferioridade”; de Gisela, 47 anos, “Não de modo nenhum. São dois seres diferentes mas que se completam precisamente pelas diferenças naturais, quer no mundo laboral quer na vida familiar”; de Filomena, 42 anos, “De modo nenhum, mas considero a mulher um ser muito mais completo e complexo, mais interessante e interessado, por um leque muito mais abrangente de motivações”; de Maria José, 50 anos, “São seguramente diferentes. O mesmo objetivo só dificilmente é atingido da mesma maneira! Agora nem um nem outro dos géneros é superior ou inferior, completam-se, complementam-se”; de Marina, 35 anos, “Jamais. Existem homens superiores e inferiores e o mesmo se passa com as mulheres. Só pelo género é que nunca. Somos iguais ou melhores que eles”; de Suzete, 56 anos, “Não. Mas a própria vida e história criou o conceito de homem macho-superior e também existem mulheres que infelizmente ‘idolatraram’ homens assim”; e de Solange, “Nem por isso, cada um tem a sua representação na sociedade. Pois a superioridade e a inferioridade do homem ou da mulher não se veem pelo que são mas sim pelo que fazem”.

Reflexões finais

A avaliar por este pequeno inquérito, tanto o homem como a mulher estão plenamente conscientes dos desafios que se colocam à condição feminina, quer no IGFSS quer noutros contextos. E isso é tanto mais relevante quanto a faixa etária da maioria dos colegas que tiveram a bondade de responder se situava entre os 50 e os 60 anos, o que significa que na sua juventude o ambiente era assaz diferente do atual.

Ter uma carreira profissional era algo de impensável para as mulheres até há algumas décadas atrás, mas hoje em dia procura-se a realização pessoal, se possível (mas não obrigatoriamente) seguindo a tradição familiar e exigindo salário igual para trabalho igual. Nos nossos dias a questão que se põe é como conciliar emprego com vida familiar, sendo que, no inquérito, a maior parte dos entrevistados considerou difícil mas não impossível, salientando a falta de equipamentos sociais como creches e infantários onde se possam deixar os filhos enquanto se trabalha.

Consequentemente, verifica-se que a maternidade condiciona o emprego. De facto, o assunto da gravidez constitui um problema quer para a mulher, que é muitas vezes preterida em favor do homem quando se candidata a um emprego dado que este certamente não engravida, quer para as empresas, que não adaptam os seus ritmos laborais e têm um preconceito em conceder licença de parto à mulher. E, na sequência deste problema, é óbvio que os filhos condicionam a escolha de emprego; há que escolher um infantário acessível quer física quer financeiramente, exigindo grande capacidade organizativa da parte dos pais, ou então, em situações de desemprego, condiciona a mera hipótese de sequer ter filhos.

E, pelo que foi exposto, continua a ser mais difícil para a mulher ter uma carreira profissional. Além do emprego, esta ainda tem de conciliar ser dona de casa, mãe e esposa e ainda filha e nora; com idas ao médico, férias escolares, assistência à família, a qual muitas vezes inclui pais ou sogros já numa situação de dependência. Verifica-se o paradoxo de o feminino terminar em maior número a sua atividade académica mas, no entanto, ter maiores dificuldades em prosseguir uma carreira profissional, sendo mais penalizada devido ao

absentismo derivado da condição de mãe. Para poder ‘brilhar’ na vida profissional tem muitas vezes que se abster de uma vida familiar estável.

Não obstante, o facto de ser mulher quase que é uma mais-valia na Administração Pública. Os inquiridos apontaram quase sempre a sensibilidade feminina como fator propiciador dessa mais-valia, se bem que a maioria tenha considerado não existir diferença entre homens e mulheres, sendo o requerido tão-somente criar valor acrescentado ao serviço público, independentemente do género. Também outras situações contribuem, segundo alguns entrevistados, para essa hipotética mais-valia como sejam os reduzidos vencimentos por comparação com o ‘privado’, compensados pelo horário fixo e raras conjunturas de despedimento, algo de interesse para a mulher com filhos a cargo.

E o homem continua a ser reconhecidamente privilegiado no setor laboral. Por questões de mentalidade social, o homem sempre foi visto como sendo o ‘provedor’ do alimento no grupo familiar e o lugar da mulher era em casa a cuidar da família, pelo que ainda hoje se diz que “o lugar da mulher é em casa”. A lei estará muito bem feita mas não passará do papel enquanto existirem diferenças salariais e os empregadores perguntarem diretamente às candidatas a emprego se são casadas e tencionam engravidar servindo a resposta afirmativa como fator de exclusão. As entidades empresariais ainda têm o preconceito de dar a licença de parto à mulher, esquecendo o importante papel social que é a maternidade e preferindo empregar homens porque estes decerto não irão engravidar. Assim, a mulher sujeita-se a ganhar menos e a ser a primeira a ser despedida exatamente por ter filhos, bem como a suportar os caprichos e avanços sexuais dos patrões, muito embora se tenha registado significativa evolução nas relações laborais.

Todos consideraram, no entanto, que a mulher não deve esperar pelos filhos criados para ter opções de emprego. Para começar, porque o conceito de ‘filhos criados’ é muito vago, depois porque com a idade se vão perdendo capacidades e paciência. A mulher deve tentar optar por uma carreira profissional com a flexibilidade possível para poder continuar a ser mãe e a acompanhar os filhos em todas as suas idades. Além disso, como o próprio termo ‘carreira’ indica, esta deve iniciar-se o mais cedo possível e idealmente junto com a aquisição de formação académica. Pode-se ter uma carreira profissional antes dos 20 anos ou ser mãe

antes dos vinte, mas certamente não é vantajoso escolher uma carreira profissional ou ser mãe aos 50 anos.

A Administração Pública (AP) é um setor feminino por excelência, por variadas razões. As estatísticas assim o indicam e a demografia também tem o seu contributo ao pender para a mulher. Ser um trabalho menor ou mais leve, na percepção de alguns, também deverá ser levado em conta, o que justificará que seja a parte administrativa a absorver a maior parte da contribuição laboral feminina. Além de que os homens eram requeridos para a vida militar, para as guerras ultramarinas, pelo que não ocupavam os lugares inferiores na hierarquia da AP. Outro motivo será os homens dedicarem-se mais a um negócio próprio e não terem motivação para estarem sentados a uma secretária o dia inteiro. Resumindo, uma menor exigência de esforço braçal, a garantia de reduzida mobilidade proporcionando a possibilidade de programação da vida familiar e garantia de estabilidade laboral com reduzidas ameaças ao emprego ainda que à custa de menores salários, foram fatores que levaram a uma AP maioritariamente ocupada pela mulher até anos recentes.

A Segurança Social beneficia com a sensibilidade feminina. O facto de ser mulher traz desde logo melhor compreensão dos problemas sociais por via do famoso sexto sentido e do lado maternal da mulher, que tornam o contacto com o outro mais próximo, delicado e sensível, para trabalho nas áreas da psicologia, educadoras de infância e em lares de idosos, embora como em tudo haja exceções a assinalar. Por outro lado, a sensibilidade resulta da dedicação e do empenho ou do carácter, há pessoas diferentes com aptidões diferentes, algo que não depende diretamente do género mas sim de adaptabilidades naturais.

Mãe empregada parece ser fundamental para a realização de mulher. Longe vão os tempos em que os seus horizontes se resumiam à casa e aos filhos. Hoje em dia uma mãe com carreira profissional será melhor e mais presente do que se a não tivesse, dependendo do ser humano que é a mãe. Seja como for, não deverá abdicar da sua realização profissional e pessoal por mais importantes que sejam os filhos, pois quer uns quer outros devem alargar horizontes e não ficarem mutuamente dependentes. Há também menos rotina em relação às crianças e estas, que antigamente eram criadas pelas mães e avós, passam a frequentar infantários onde deixam de ser o centro das atenções, obrigando-se a ser mais disciplinadas. O facto de trabalhar faz com que o tempo em que a mãe está com os filhos seja de qualidade,

com a partilha de experiências diárias e de novidades, além de ser benéfico para o orçamento familiar

Também fundamental é ter uma família, com ou sem filhos. Considera-se que o reduto familiar é onde se desenvolvem capacidades para criar uma sociedade mais justa e equilibrada. Os alicerces são essenciais ainda que por vezes não sejam de boa qualidade. Além disso a família que inclui os filhos constitui a base do ser humano, parte do seu equilíbrio mental. Muito embora nalguns casos se considere opcional ter descendência, nunca é demais referir que o futuro da humanidade depende da sua existência., se bem que haja quem pense que existirá sempre quem prossiga com a continuação da espécie.

Já não é apenas ao homem que compete ser ‘cabeça de casal’, embora seja facilitador da vida do casal numa cultura de raiz latina. A mulher é tão ou mais competente para o ser, além de que os dois trabalham, têm filhos em comum, logo as responsabilidades deverão ser partilhadas. Se for considerada uma analogia com ‘chefe de família’ tal como existia no período do Estado Novo, então a resposta é inequivocamente negativa, tanto mais que a figura de ‘cabeça de casal’ só existe no Direito Sucessório e aplica-se indiferentemente a ambos os sexos. Aliás, na atualidade já se assiste aos dois casos pois as mulheres têm por vezes maiores habilitações que os maridos e acabam por ser elas a liderar o casal, que, em última análise, deverá ser quem decide o que melhor convém nos vários aspectos da vida em sociedade.

O ‘cabeça de casal’, a existir, não tem necessariamente de ser o melhor remunerado ou ter melhor posição profissional. Pode ser o mais velho, o mais experiente ou o mais dinâmico, pois aqueles não deverão ser os motivos por que se deve regular a expressão, um emprego pode corresponder às totais expetativas da pessoa e nem por isso ser melhor remunerado e nem sempre salários maiores correspondem a realização profissional. Há quem considere retrógrado e minimizador qualquer posição equacionada a partir da remuneração de qualquer dos membros do casal e há quem considere que o ‘cabeça de casal’ tem a responsabilidade de providenciar a maior fatia do rendimento da família. Saliente-se que nalguns casais tal tem sido motivo de crises e questões, pois o homem tem tendência a sentir-se frustrado quando nalguns casos a mulher ascende a carreiras remuneratórias superiores. Conquanto o ‘cabeça de casal’ seja apenas o primeiro responsável, homem ou mulher, por um qualquer processo, a verdade é que o estigma de ser o melhor remunerado é muito vincado.

De modo geral, a mulher está acostumada a gerir o lar desde muito cedo, pelo que, estando habituada a ‘esticar’ orçamentos, estará mais apta a gerir as finanças quando a ocasião surge. Gerir as finanças é também uma forma de se emancipar, pois não há liberdade sem independência financeira, a que acresce um espírito de sobrevivência muito apurado que se manifesta quando é mãe e se ultrapassa a si própria para que nada falte em casa. Tem também a preocupação e um maior desempenho para saldar as suas dívidas, gerindo os empréstimos para que se tornem rentáveis, motivados pela sua aversão a conflitos. Por outro lado, os homens tendem a perder demasiado tempo com questões de poder, tendo dificuldade em perseguir um objetivo que não lhes traga visibilidade. Não obstante, cada caso é diferente e se há mulheres que tentam gerir as finanças da melhor forma, outras há que gastam até o que não têm devido à sua faceta mais consumista.

Quanto ao papel da mulher, há a concordância geral com o axioma de ser ela que está mais perto das crianças e que terá maior atenção ao futuro, porém não se poderá generalizar o papel masculino como sendo de não interesse. De facto, tomar conta dos filhos sempre tem sido responsabilidade das mulheres, ainda mais nos países menos desenvolvidos, todavia na atualidade, no Ocidente pelo menos, o homem já tem outra consciência da missão de ser pai. A humanidade em geral estará mais desperta para os riscos do futuro se no presente não forem tomadas medidas que contribuam para o bem-estar geral, se bem que o consumismo ainda impere. Fundamentalmente, a forma como as pessoas agem em relação ao presente e ao futuro é muito variada, não dependerá do género mas da educação e influências que receberam.

A relação da mulher com o dinheiro, objeto de tantos mitos, é, a avaliar pelos resultados deste inquérito, bastante saudável. A forma como cada família gere o seu orçamento é muito variada e se em casais portugueses nascidos sob o Estado Novo a mulher está numa situação de dependência sobretudo sendo doméstica, em casais mais recentes já não existe a tradição de ser o homem o único responsável pelas finanças. Desde que se verificou a emancipação do feminino reclamando direitos iguais que as diferenças foram esbatidas e, na atualidade, não estando limitada à vida de casa e tendo outro nível de instrução e acesso ao emprego, as mulheres tornaram-se economicamente independentes. No entanto, há sempre exceções à regra e nalguns casos a mulher simplesmente tem o dinheiro contado à justa pelo seu marido.

Criar trabalho e riqueza são aptidões naturais da mulher, pois se ‘estica’ o orçamento para cobrir as despesas mais facilmente inventa trabalhos para criar riqueza. A casa é como uma pequena empresa e a gestão prática do dinheiro desde sempre lhe foi confiada para que o administre de modo a alimentar, vestir e calçar os membros da família. Todavia, o consumismo dos dias de hoje obsta a que isso se torne regra geral e se há mulheres poupadas a pensar no futuro, outras há que tudo dissipam. Em todo o caso, também poderá ser uma capacidade de qualquer dos sexos.

No entanto, a condição feminina ainda constitui um fator que condiciona a mulher a situações de exploração ou desvalorização. Dada a precariedade de trabalho, a maternidade leva-a a ser despedida em primeiro lugar ou a ficar mais dependente do auxílio da Segurança Social, pois há mulheres que, talvez por tradição familiar, se anulam, prevalecendo os pressupostos de subalternização do papel feminino no mundo laboral. Na vertente social, a maternidade também se torna fator de discriminação feminina, pois amiúde a gravidez é vista como um problema nomeadamente nas adolescentes às quais a família volta costas.

Em termos gerais, tanto o homem como a mulher necessitam do apoio da Segurança Social. Há, contudo, situações específicas em que um deles é mais necessitado, como seja a gravidez em mães solteiras ou sozinhas ou situações de separação do casal em que habitualmente os filhos são entregues à guarda da mulher; por outro lado, nos casos de viuvez masculina, o homem, se não tiver uma família que o apoie, tem tendência a necessitar de maiores cuidados pois não estará acostumado a cuidar de si próprio. Todavia, noutras situações, a diferença, a existir, é verdadeiramente irrelevante como nos casos de toxicodependência. Dependerá talvez mais da pessoa e do seu modo de ser do que do sexo.

Claramente a condição feminina não será nunca uma deficiência e embora este seja um conceito mutável e sujeito a diferentes interpretações, certo é que a mulher passa por maiores provações que o homem. Porém, nalgumas situações, é um entrave e pode até ser considerada uma deficiência, mas isso dever-se-á a fatores externos à própria mulher, como sejam os mitos e preconceitos existentes na sociedade.

A condição feminina só será um problema para a Segurança Social se a mulher o permitir. Será mais um problema em relação aos que abusam do sistema e para as entidades patronais que apenas têm a visão do lucro. Pode também tornar-se uma dificuldade quando, por exemplo, a situação de mãe solteira colide com os estereótipos vigentes na sociedade, que dão preferência ao casal com filhos, com tudo o que daí advém em termos da mobilização de recursos materiais. Porém, não se podem por causa disso assacar quaisquer responsabilidades à mulher.

O homem naturalmente superior e a mulher naturalmente inferior, é uma proposição que não faz qualquer sentido. São diferentes, cada um tem o seu papel a desempenhar e completam-se, complementam-se seja no mundo laboral ou na esfera familiar. Muito embora haja mulheres que idolatram certos tiques machistas, a superioridade ou a inferioridade do homem ou da mulher, não se reconhecem pelo género mas pela atitude perante a vida.

Será pertinente concluir-se que, como já se referiu, a mulher está plenamente consciente do seu valor e do seu lugar na sociedade, quer no IGFSS quer noutros contextos. E, o que é de igual importância, também os homens entrevistados deixaram de se rever no estereótipo machista vigente até algumas décadas atrás. Para trás ficaram os tempos em que ser mulher era estar subordinada a um papel menorizante, ainda que certas desigualdades subsistam, nomeadamente no setor laboral.

Muito caminho foi percorrido desde os primórdios da história humana. Os avanços da ciência na explicação da vida deitaram por terra os preconceitos associados à procriação exclusivamente masculina, ao mesmo tempo que os avanços culturais trouxeram uma outra consciência do papel da mulher, pelo menos nas sociedades ocidentais.

Partindo-se do princípio de que foi ela a inventora ou descobridora da agricultura, tal só lhe granjearia uma animosidade que perduraria por gerações, levando a que os homens, uma vez que a caça se tornou uma função de menor importância, buscassem formas de desvalorizar esse feito e, simultaneamente, reservar para si próprios esferas de atuação que tornaram incompatíveis ao setor feminino. Com o passar dos tempos, essa animosidade

sedimentou-se, encarando-se como natural que o feminino fosse discriminado ou subalternizado em prol de uma pretensa superioridade masculina.

A religião deu uma ajuda. Ao desvalorizar-se a Deusa-mãe em favor de um Deus-pai a atividade religiosa passou a ser a expressão do domínio masculino; Deus teria os homens como interlocutores privilegiados, os quais transmitiriam a Sua vontade às mulheres e assim modelariam a existência comum.

Tudo gira em torno da maternidade. Vive-se a dicotomia de, por um lado, se encorajar a fertilidade dos casais e, por outro, se discriminar a mãe empregada precisamente por esta necessitar de se ausentar com maior frequência para assistência aos filhos. A licença de parto ainda é vista nalguns setores empresariais como um empecilho que vem junto com a funcionária e que há que tornear ou evitar a todo o custo. Daí que a mulher seja a primeira a ser despedida quando rebenta a crise.

A Administração Pública constituiu, por isso, um refúgio seguro para uma certa emancipação do feminino. Ainda que à custa de baixas remunerações, obteve emprego seguro, não sujeito às alterações de mercado e com horários fixos. Isso proporcionou-lhe a possibilidade de contribuir para o orçamento familiar, deixando de estar subordinada financeiramente, além da estabilidade necessária ao acompanhamento da família.

Por outro lado, como funcionária pública, transmitiu a sua sensibilidade aos processos em que estava inserida, não sendo por isso de estranhar vê-la ocupando colocações no âmbito do social onde essa sua característica seria mais bem aproveitada. O caso do IGFSS, IP é paradigmático nesse aspecto. Com uma larga maioria de coadjutoras, o feminino transformou-se numa maior valia no contacto com o público.

O desequilíbrio de género presente ainda em várias áreas laborais em desfavor da mulher, não pode ser encontrado no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, onde as funcionárias e também os seus colegas homens estão plenamente conscientes dos desafios que se põem à condição feminina. E não apenas estão conscientes como também defendem de forma acérrima uma paridade entre homens e mulheres que não deixa lugar a considerações de superioridade ou inferioridade.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira, trad. - *Bíblia Sagrada e Chave Bíblica*. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

Courrier International, n.º 148, Barcarena: Interjornal, Junho 2008. ISSN 1993-8616

FALLACI, Oriana – *Entrevista com a História*, Círculo de Leitores, 1975

FLICK, Uwe – *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. 1.^a ed. Lisboa: Monitor, 2005, ISBN 972-9413-67-3.

FORTIN, Marie-Fabienne – *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. 5.^a ed., Loures: Lusociência, 2009. ISBN 978-972-8383-10-7

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, *Plano Estratégico 2010-2012*. Lisboa, 2009.

McELVAINE, Robert S. – *Eve's Seed: Biology, the Sexes, and the Course of History*. Washington, D.C.: McGraw-Hill, 2001. ISBN 0-07-135528-6

MÓNICA, Maria Filomena – *Confissões de uma Liberal*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições/Sábado, 2007. ISBN 978-989-552-274-3

NATÁRIO, Anabela – *Portuguesas com História – Século XX*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-972-42-4233-0

RIVIÈRE, Margarita – *O Mundo Segundo as Mulheres*. Porto: Ed. Âmbar, 2002. ISBN 972-43-0499-X

SAMARA, Maria Alice - *Operárias e Burguesas, As Mulheres no Tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007. ISBN 978-989-626-064-4

Social Agenda, Brussels, The European Commission, n.º 18, October 2008

VICENTE, Ana – *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*. Lisboa: Gótica, 2002. ISBN 972-792-050-0

Visão História, n.º 10, “41 Grandes Figuras da I República”. Lisboa: Impresa Publishing, 2010.

Webliografia

WWW:<URL: http://www.clube-de-leituras.pt/upload/e_livros/clle000021.pdf>

WWW:<URL: http://www.grc.nia.nih.gov/blsahistory/blsa_2.htm>

WWW:<URL: <http://tinyurl.com/6koguf>

WWW:<URL: <http://www.actionaid.org.br/p/pdf/gender.pdf>

WWW:<URL:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?sec=health&res=990CE0DE1331F93BA2575BC0A963958260>; <http://tinyurl.com/6bcddo>>

WWW:<URL: <http://www.cite.gov.pt/cite/destaques/Notic21.htm>>

WWW:<URL:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9D0CE5DD1039F931A15755C0A967958260>;
<http://tinyurl.com/a3n6kz>>

WWW: <URL:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE0D61539F93BA25752C1A964958260>
; <http://tinyurl.com/7jo6h7>>

WWW:<URL:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE3D91E3FF931A25752C1A964958260>
; <http://tinyurl.com/96thlu>>

WWW:<URL:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE7DB1431F93AA25752C1A964958260>
0; <http://tinyurl.com/7lqj8v>>

WWW:<URL: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,977073,00.html>;
<http://tinyurl.com/8mxjeh>>

WWW:<URL:
[http://search.boston.com/local/Search.do?s.tab=globe&s.sm.query=Paulist's+Baptisms+Are+Called+Not+Valid&s.ypsearch=&s.yplocation=&when=&qf=&qn=&qc=&qq=&s.town=&townChk=true&s.si\(simplesearchinput\).sortBy=-articleprintpublicationdate&s.dateRange=](http://search.boston.com/local/Search.do?s.tab=globe&s.sm.query=Paulist's+Baptisms+Are+Called+Not+Valid&s.ypsearch=&s.yplocation=&when=&qf=&qn=&qc=&qq=&s.town=&townChk=true&s.si(simplesearchinput).sortBy=-articleprintpublicationdate&s.dateRange=)
<http://tinyurl.com/79qd5k>>

WWW:<URL:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9F0CE6D7103CF93AA35753C1A965958260&scp=1&sq=Without%20a%20%E2%80%98Father%E2%80%99%20or%20%E2%80%98Son%E2%80%99,%20Baptisms%20Are%20Ruled%20Invalid&st=cse>;
<http://tinyurl.com/9va45l>>

WWW:<URL:

[http://pqasb.pqarchiver.com/latimes/access/59480801.html?dids=59480801:59480801&FMT=ABS&FMTS=ABS:FT&date=May+31,+1994&author=WILLIAM+D.+MONTALBANO&pub=Los+Angeles+Times+\(pre-1997+Fulltext\)&desc=Pope+Reaffirms+His+Stand:+No+Women+Priests&pqatl=google;http://tinyurl.com/85a3ly](http://pqasb.pqarchiver.com/latimes/access/59480801.html?dids=59480801:59480801&FMT=ABS&FMTS=ABS:FT&date=May+31,+1994&author=WILLIAM+D.+MONTALBANO&pub=Los+Angeles+Times+(pre-1997+Fulltext)&desc=Pope+Reaffirms+His+Stand:+No+Women+Priests&pqatl=google;http://tinyurl.com/85a3ly)>

WWW:<URL:

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9F05E7DE133BF932A05756C0A962958260;http://tinyurl.com/a6fodc>>

WWW:<URL:

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9902EFD71F3BF937A35755C0A962958260;http://tinyurl.com/7bk262>>

WWW:<URL: <http://articles.latimes.com/1998/mar/14/local/me-28724>>

WWW:<URL:

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9905EED8103EF936A25755C0A9669C8B63;http://tinyurl.com/9p9cur>>

Índice remissivo

A

adaptabilidade	32
Administração Pública	22, 23, 27, 32, 33, 35, 39, 41
Ana de Castro Osório	1, 7, 8, 9, 10

C

Carolina Beatriz Ângelo	1, 9, 10
<i>carreira profissional</i>	22, 23, 29, 31, 37, 43
concepção	25, 74
condição feminina	22, 24, 59, 61, 62
conhecimento	43, 57
criança	28, 29, 43, 47, 55
crianças	23, 28, 29, 38, 43, 44, 46, 48, 54, 55
Cruzada das Mulheres Portuguesas	9
cultura	30, 49, 56, 60

D

desvalorização feminina	1
Deus	61
ditadura	11

E

Elina Guimarães	1, 12, 13, 14
<i>emprego</i>	22, 24, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 40, 47, 51, 57, 58
esfera religiosa	5

F

Faculdade	12, 13
feminina	22, 23, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 58, 62
feminino	1, 3, 4, 8, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 31, 45, 54, 55, 59, 63, 65, 67, 69, 70, 72
feminismo	13, 16
filho	45
Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores	21, 22
Fundo de Garantia Salarial	20
Fundo de Socorro Social	21
Fundos	20, 21, 23

G

Golda Meir	17, 18
gravidezes	59, 61

H

História	1, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 18
homem	22, 23, 24, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 42, 49, 51, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 63
homens	21, 22, 23, 28, 29, 31, 33, 34, 37, 39, 41, 47, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 63

I

IGFSS	20, 24, 37, 39
incapacidade	21
inferior	23, 24, 50, 51, 63
inferioridade	63

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	2, 20, 21, 72, 74
--	-------------------

M

machismo	63
<i>macho</i>	51, 63
Maria de Lurdes Pintasilgo	1, 13, 14, 15, 17
masculino	35, 40, 43, 60, 63
maternidade	21, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 41, 46, 47
mentalidade	26, 27, 28, 29, 35, 47, 51, 57
mito	33, 39, 42, 53
mulher	22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63
mulheres.....	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 41, 42, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73

N

natureza	31
----------------	----

O

Organização Internacional do Trabalho	4
---	---

P

PIDE	11
política	8, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 35
populações	43
Portuguesas inconformadas.....	1
procriação.....	47

R

realidade.....	34, 40, 42, 45, 57
reprodução	38, 47
República	7, 8, 9, 10, 11, 25, 40

S

<i>sector laboral</i>	22, 23, 24, 32, 36, 46, 48
Segurança Social	20, 21, 22, 23, 24, 39, 42, 43, 46, 47, 59, 60, 61, 62, 74
ser humano	43, 48, 54
sexos	33, 34, 35
sociedade.....	30, 31, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63
sufrágio	10
superioridade.....	63

T

trabalhadoras.....	4, 5, 46
trabalho igual, salário igual	22, 25

V

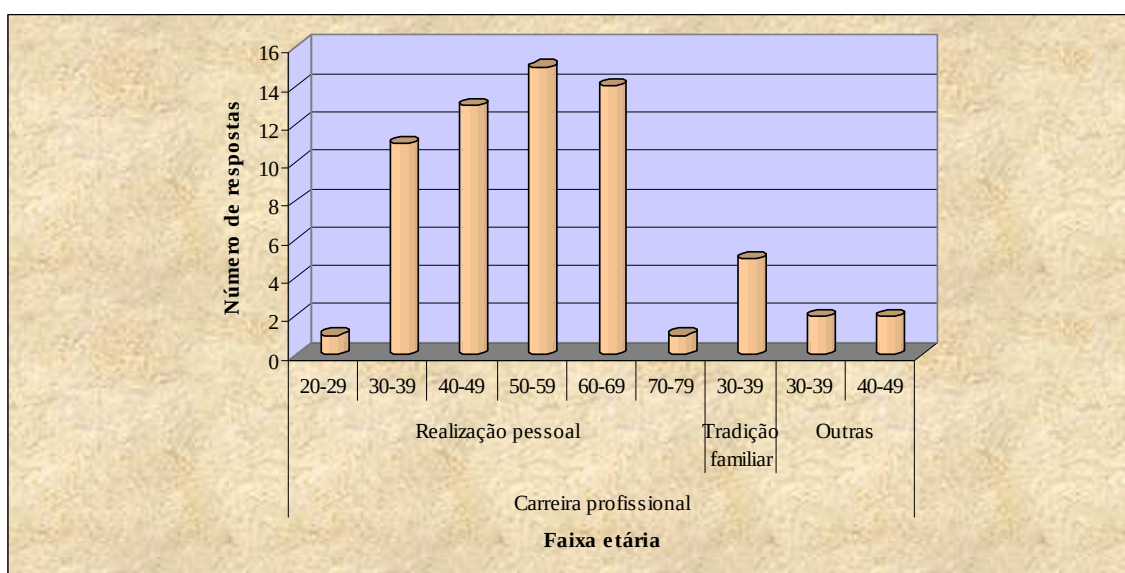
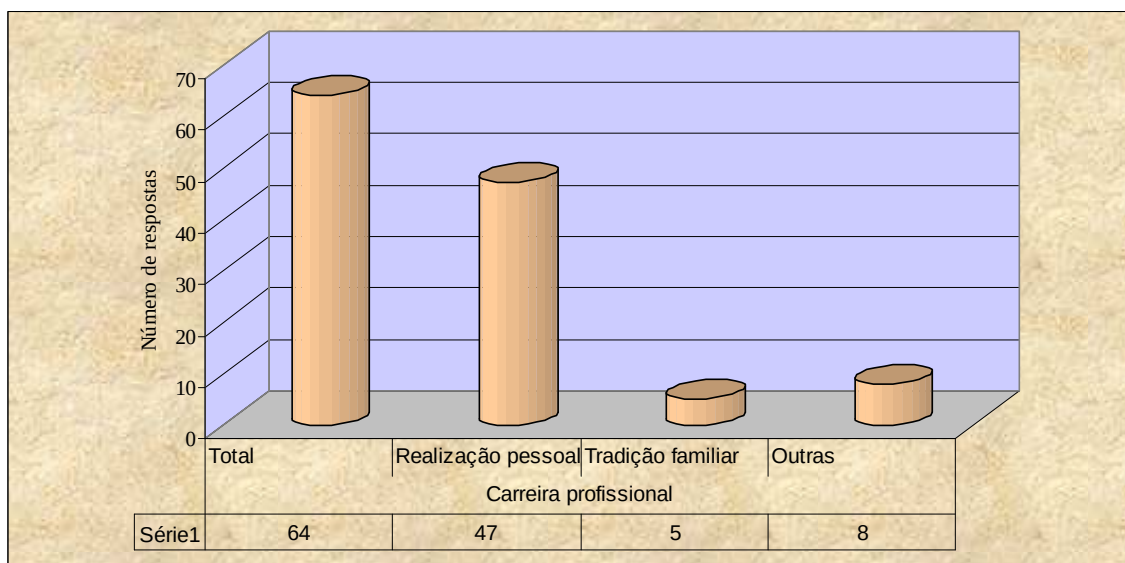
<i>vida familiar</i>	22, 30, 31, 41, 63
<i>vida profissional</i>	22, 38

Apêndices

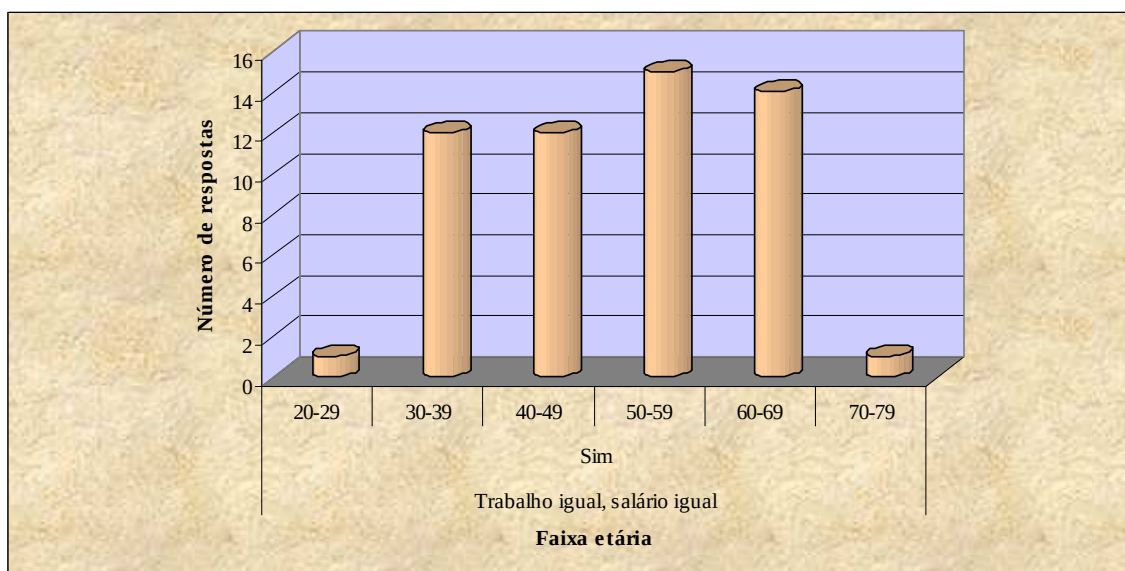
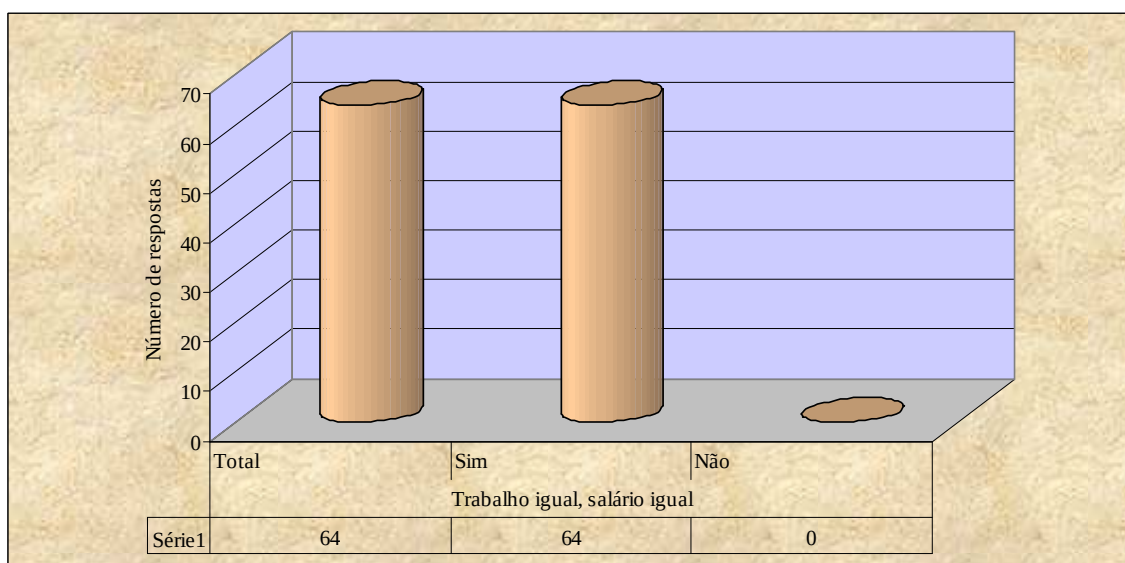
Apêndice I

1- Presença feminina: mais-valia no quotidiano laboral?

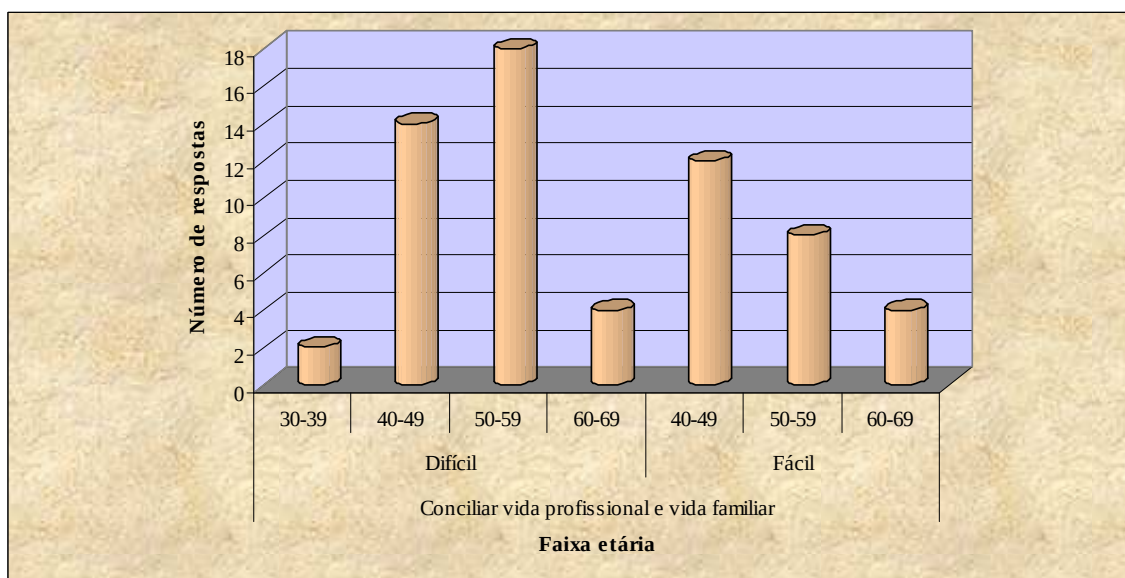
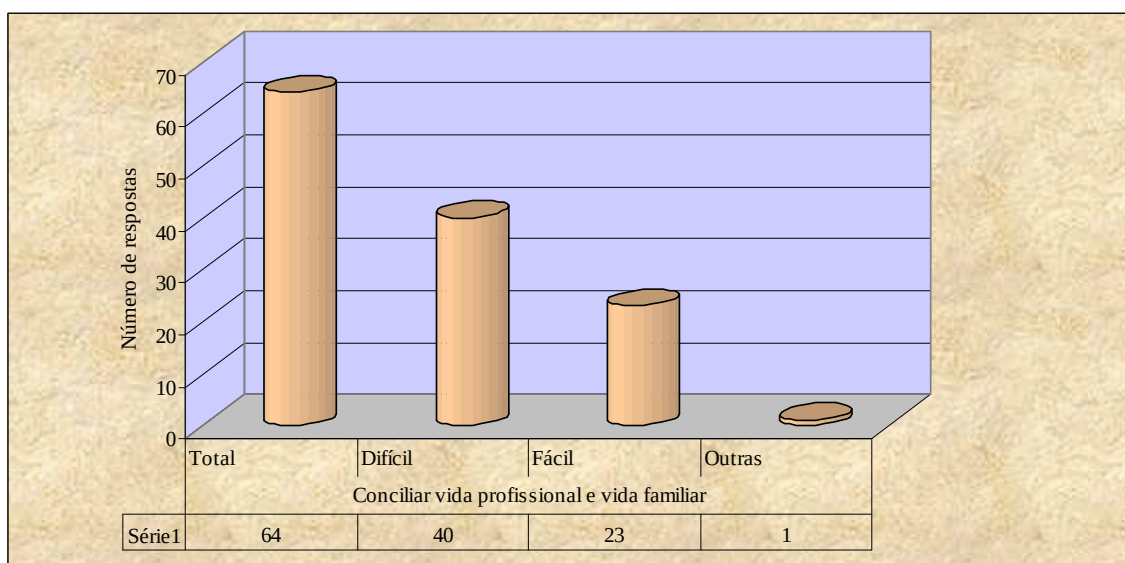
1- Qual das situações teve maior importância na sua carreira profissional: realização pessoal ou tradição familiar?



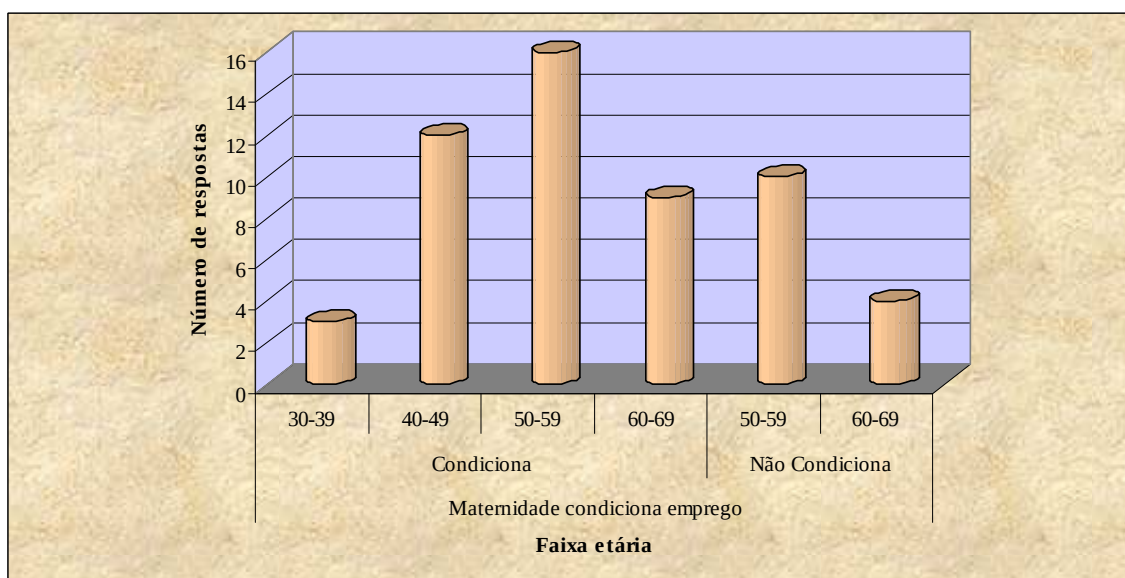
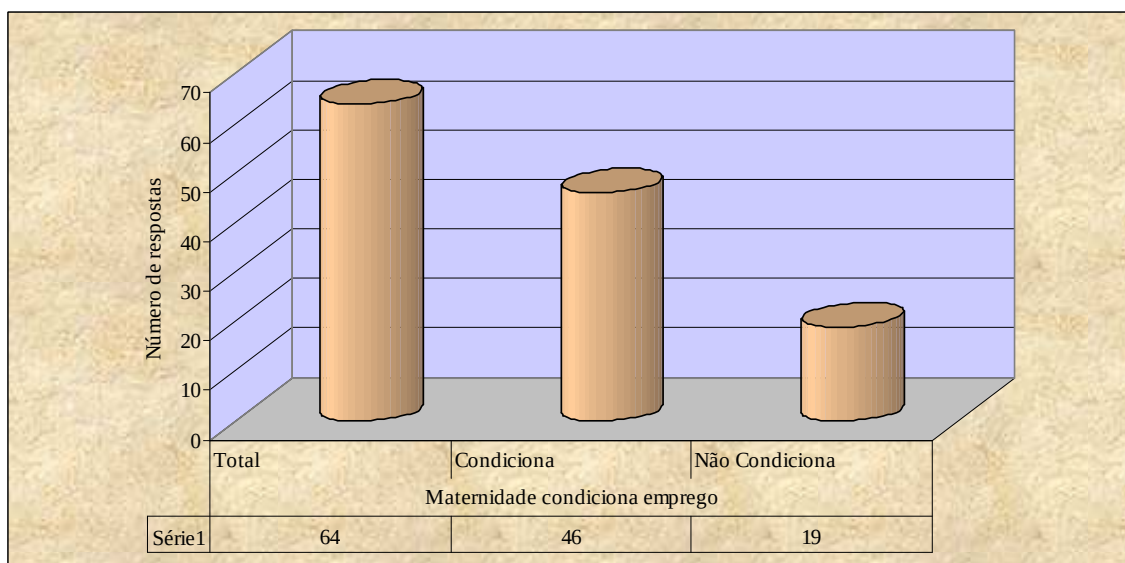
2- Considera justo 'trabalho igual, salário igual' entre homens e mulheres?



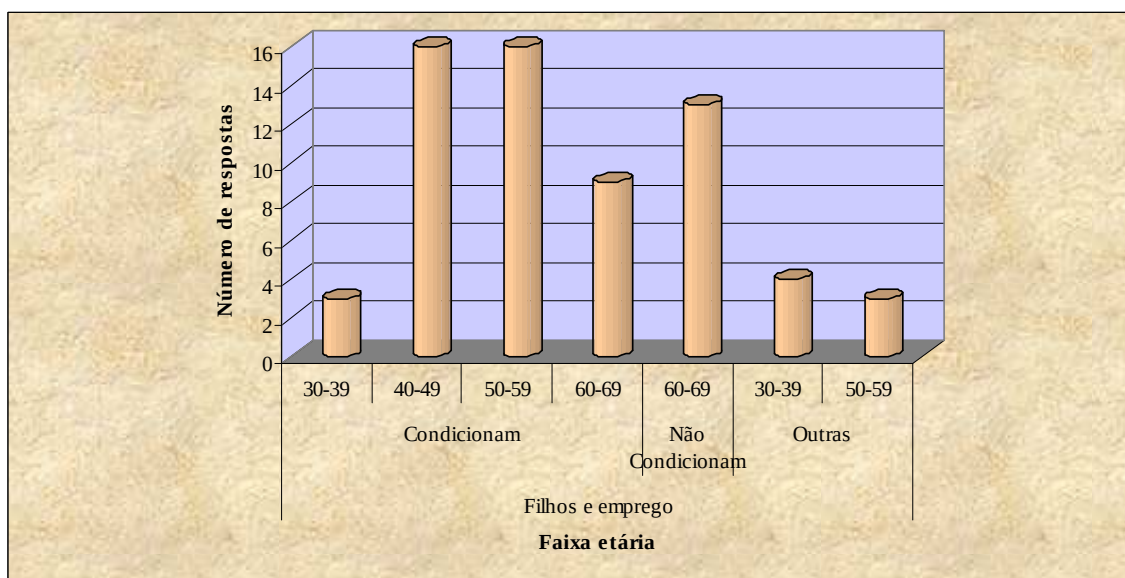
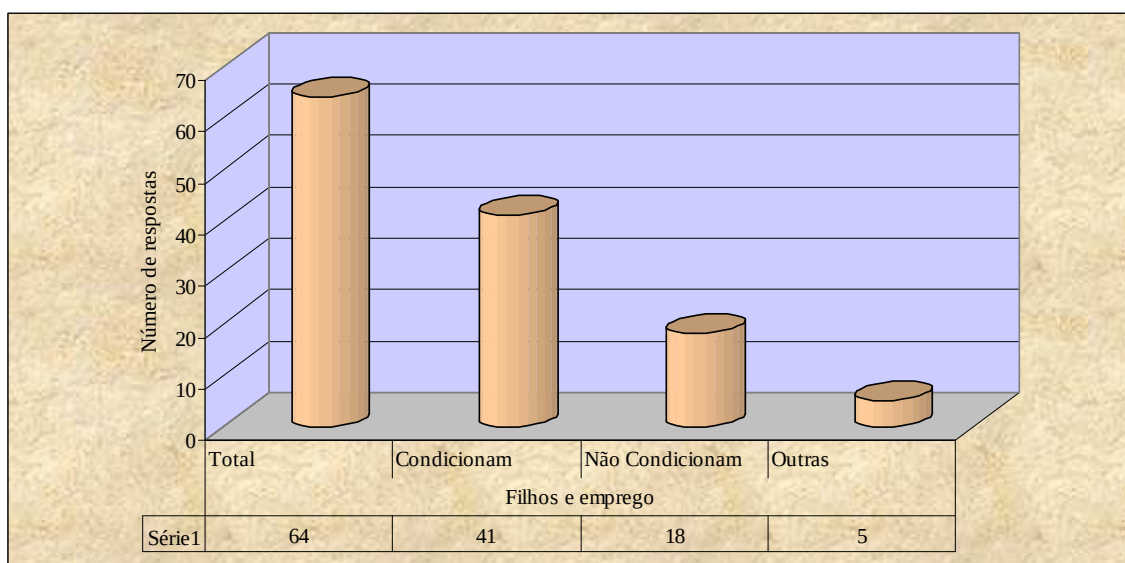
3- Considera difícil conciliar vida profissional e vida familiar?



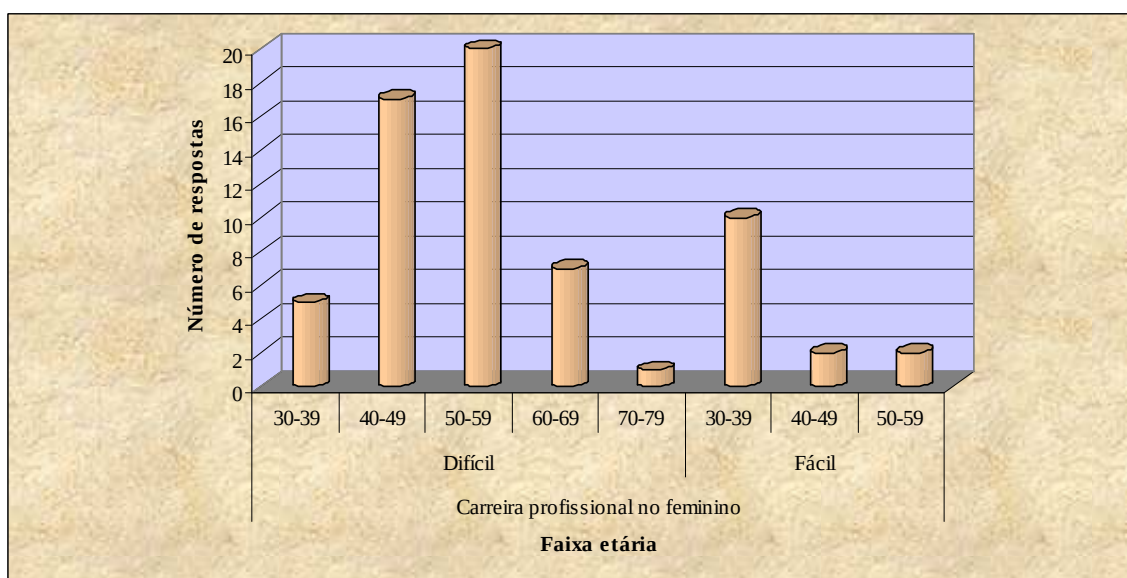
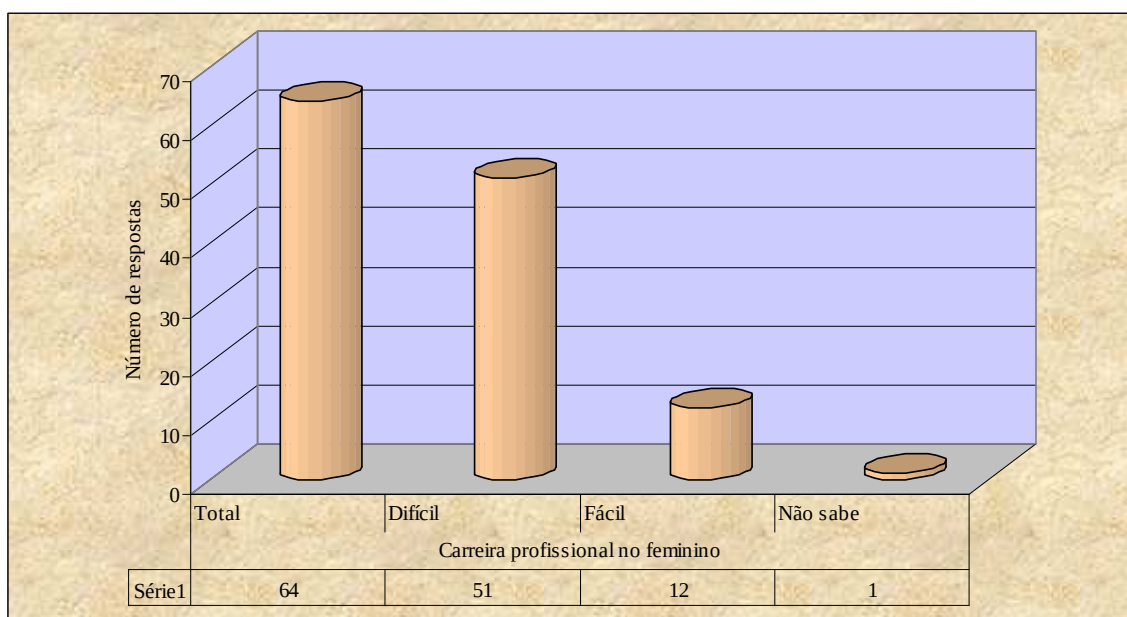
4- Considera que a maternidade condiciona o emprego?



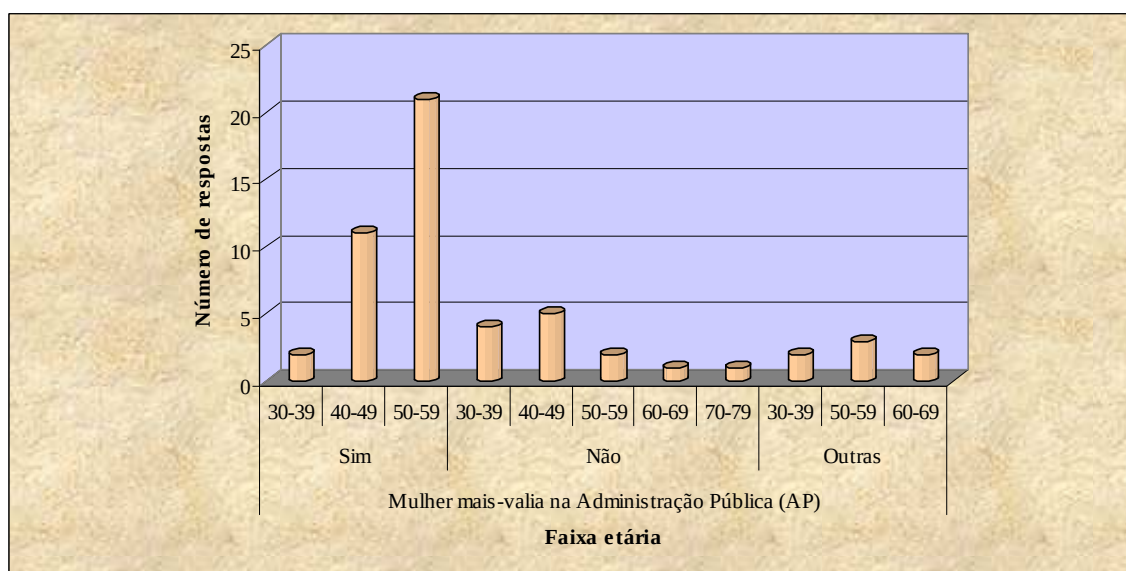
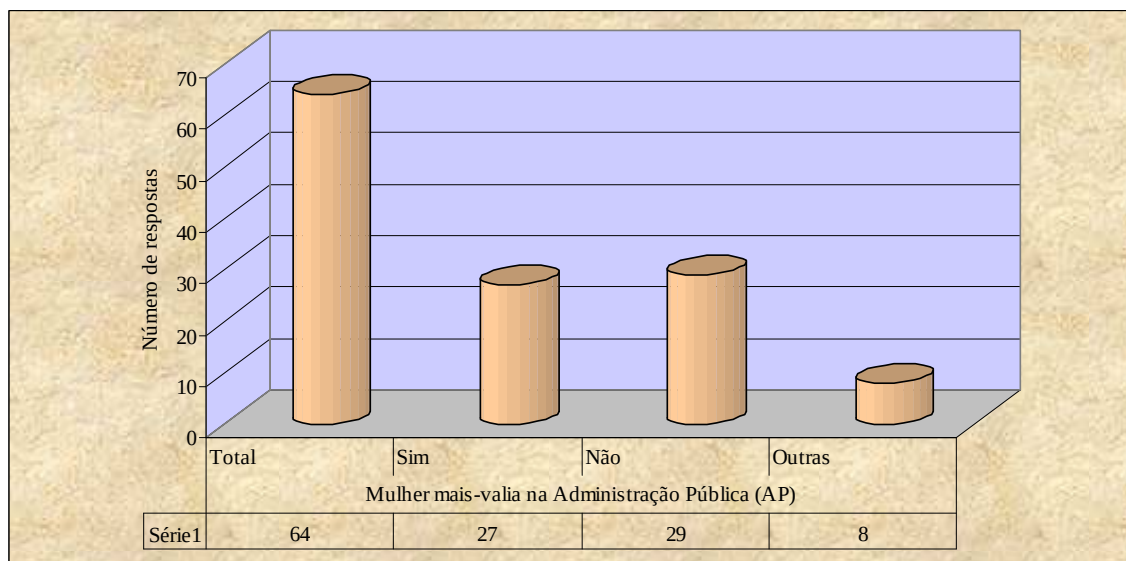
5- Considera que os filhos condicionam a escolha de emprego?



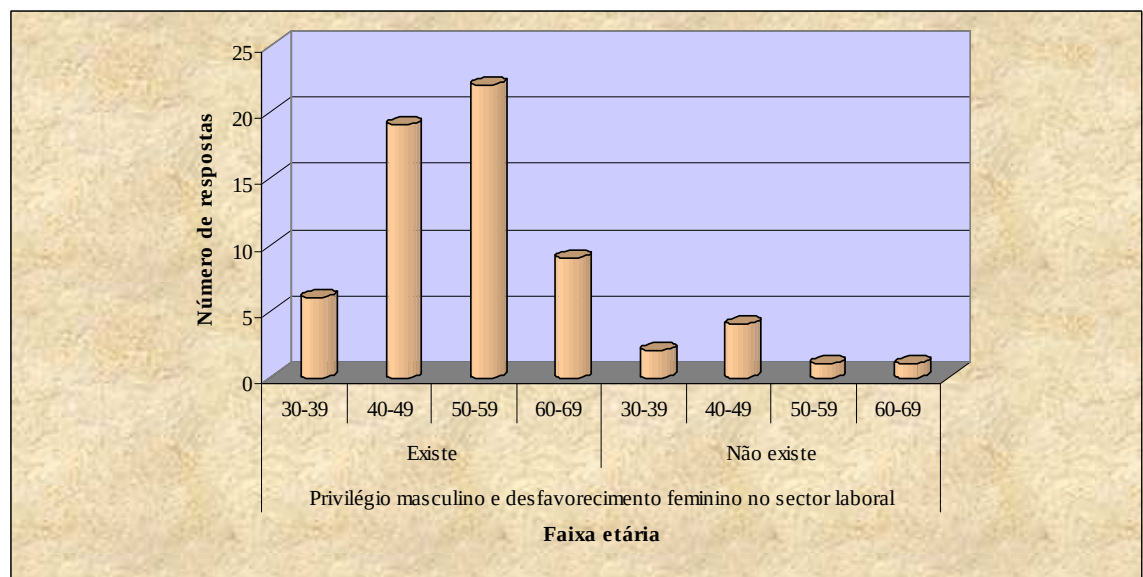
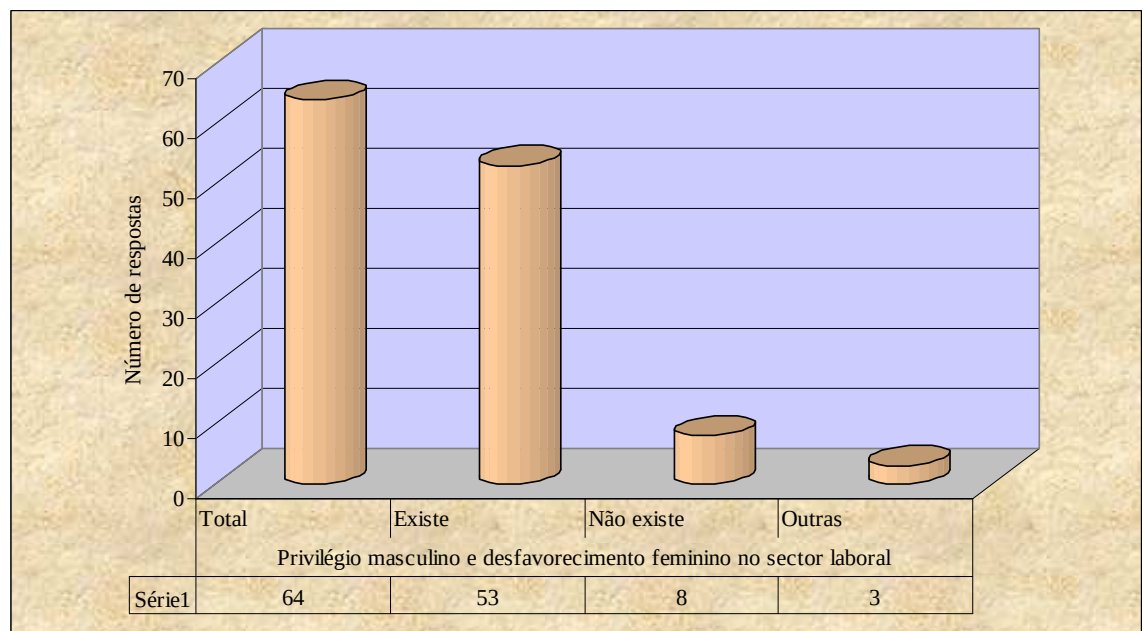
6- Considera mais difícil para a mulher ter uma carreira profissional? Porquê?



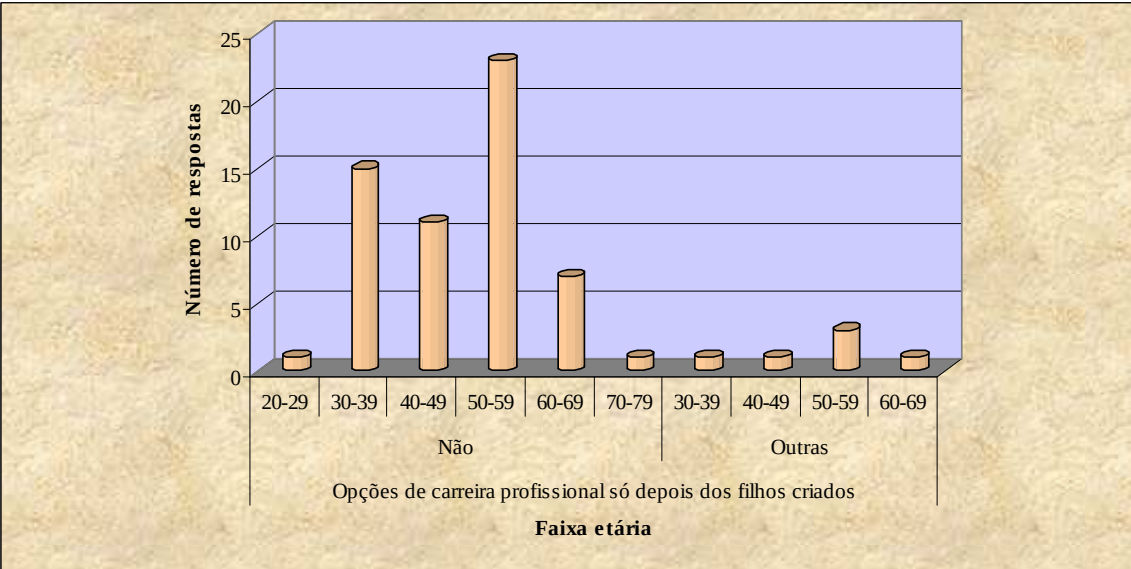
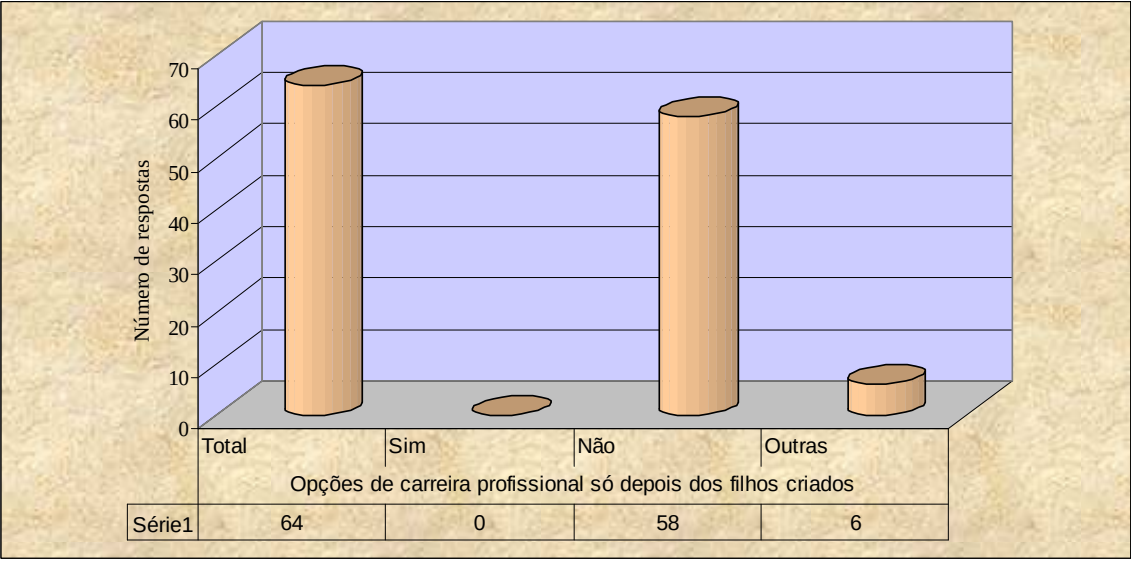
7- Considera que ser mulher é uma mais-valia na Administração Pública (AP)?
 Explique o seu ponto de vista.



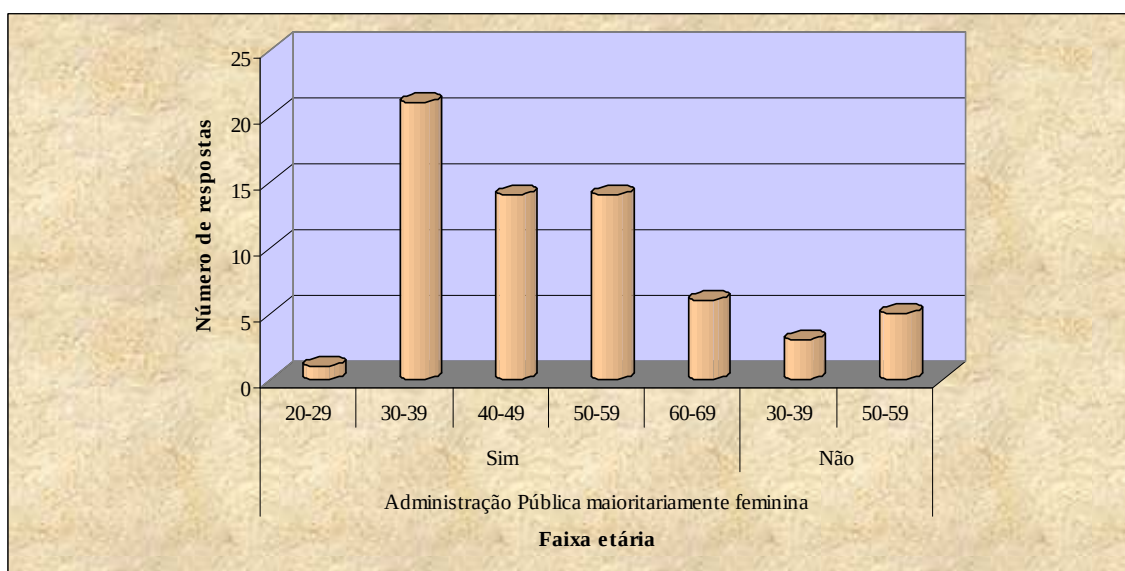
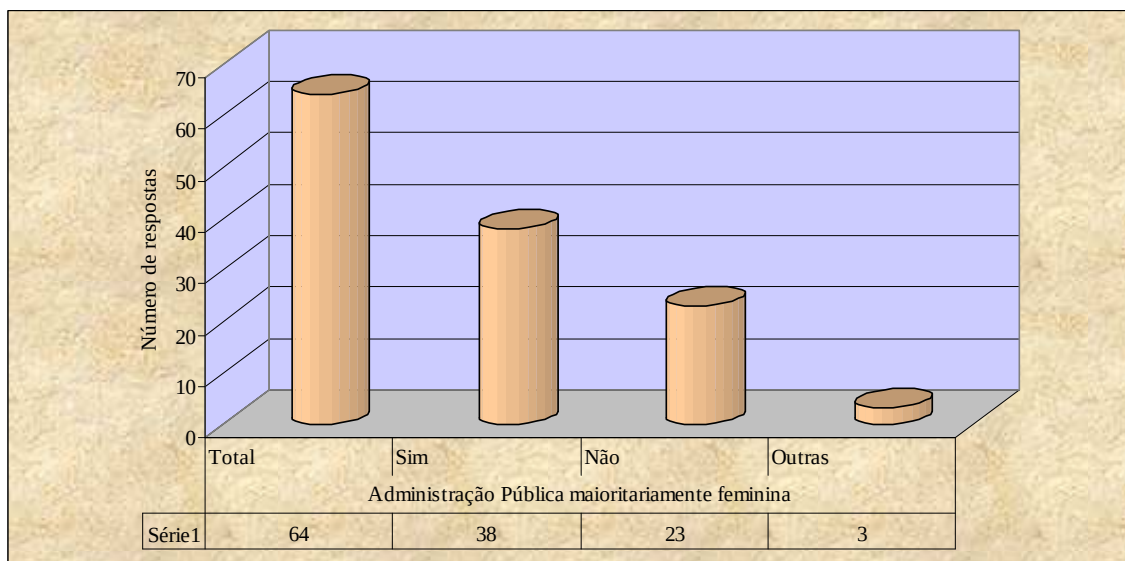
8- Considera o homem privilegiado e a mulher desfavorecida no sector laboral?
 Explique o seu ponto de vista.



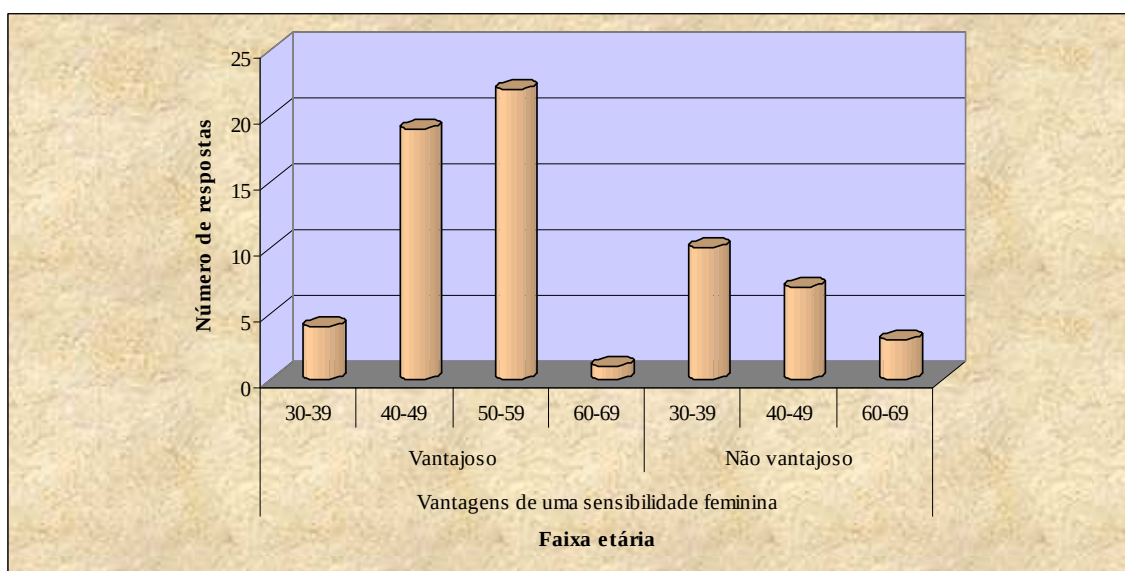
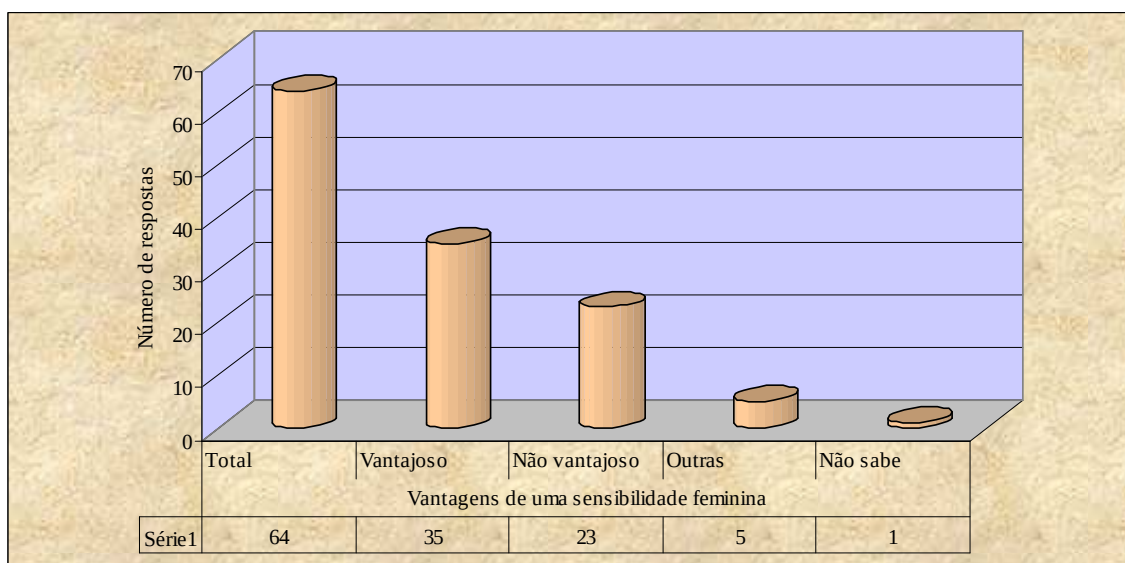
9- Considera que a mulher só deve fazer opções de carreira profissional depois dos filhos criados? Explique o seu ponto de vista.



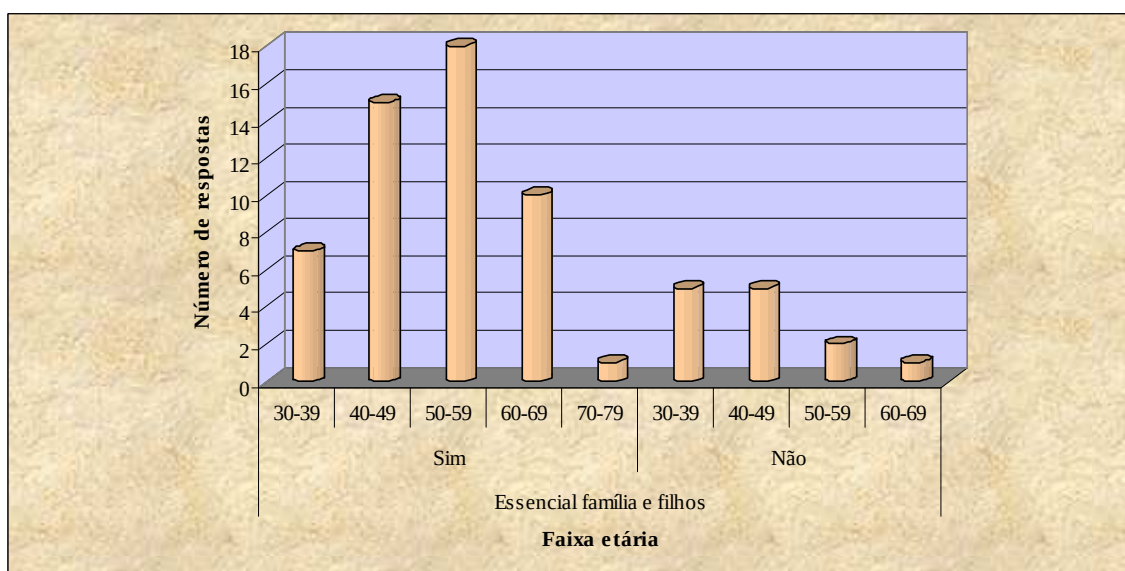
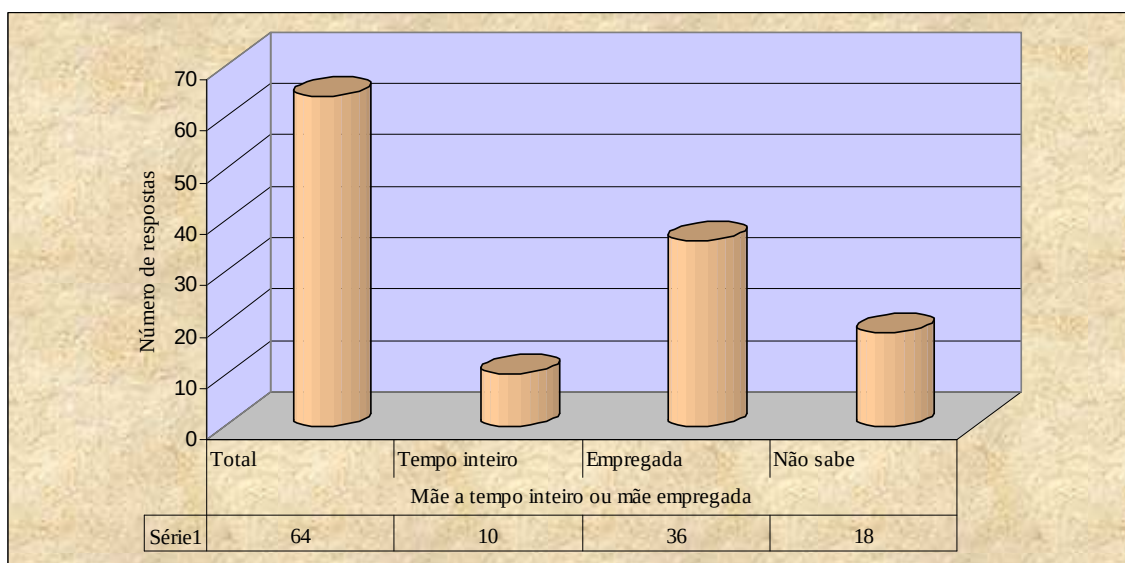
10- Considera que a Administração Pública (AP) é maioritariamente feminina?
 Explique o seu ponto de vista.



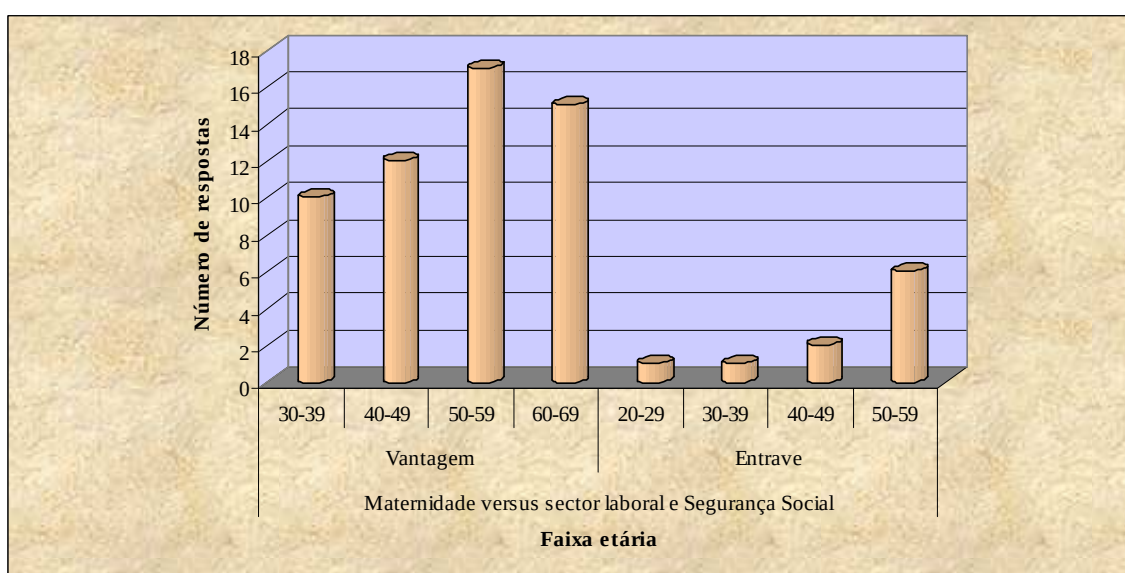
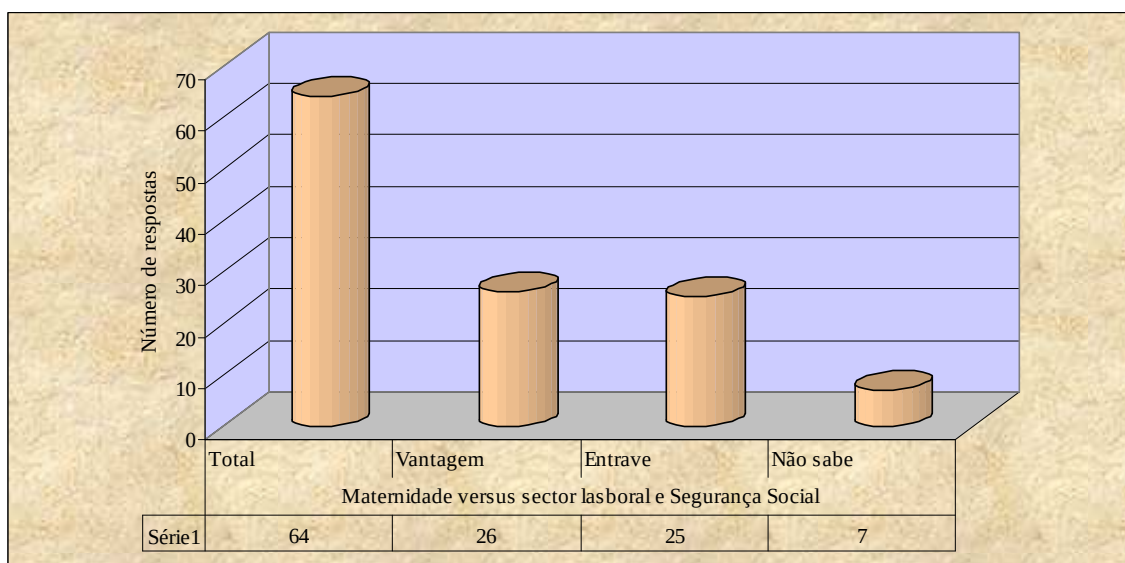
11- Considera que existe uma ‘sensibilidade feminina’ que constitui vantagem na Segurança Social ou noutras áreas em geral?



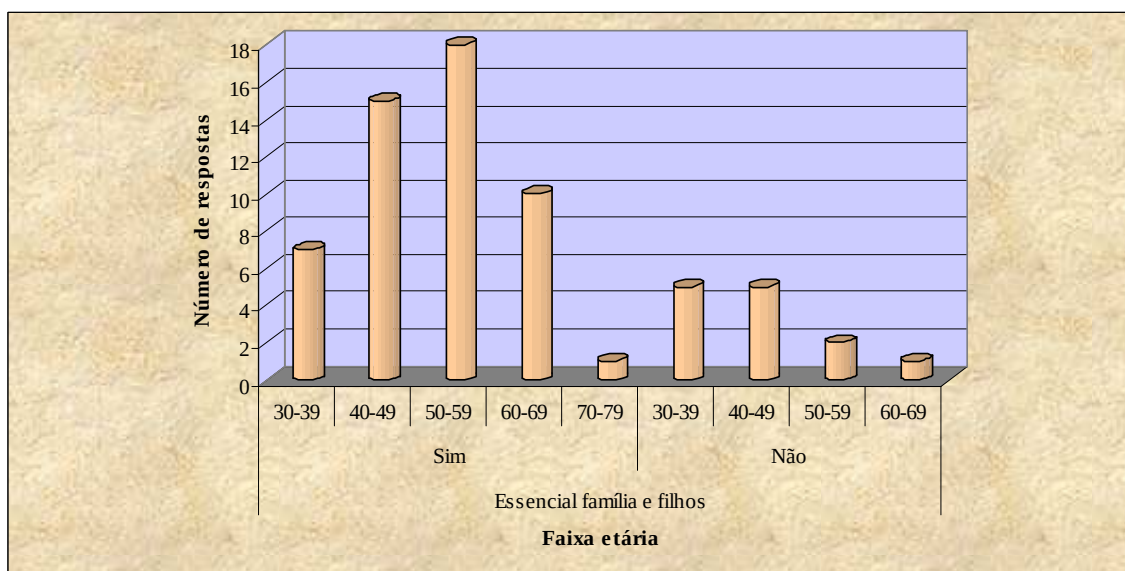
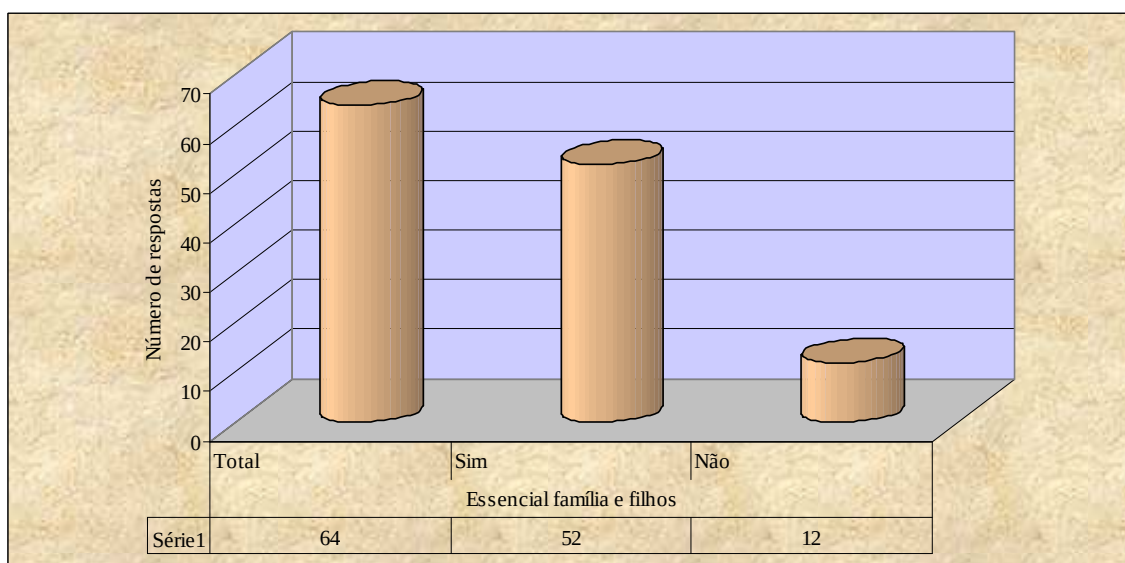
12- Qual das situações considera mais produtiva: ser mãe a tempo inteiro ou ser mãe empregada? Explique o seu ponto de vista.



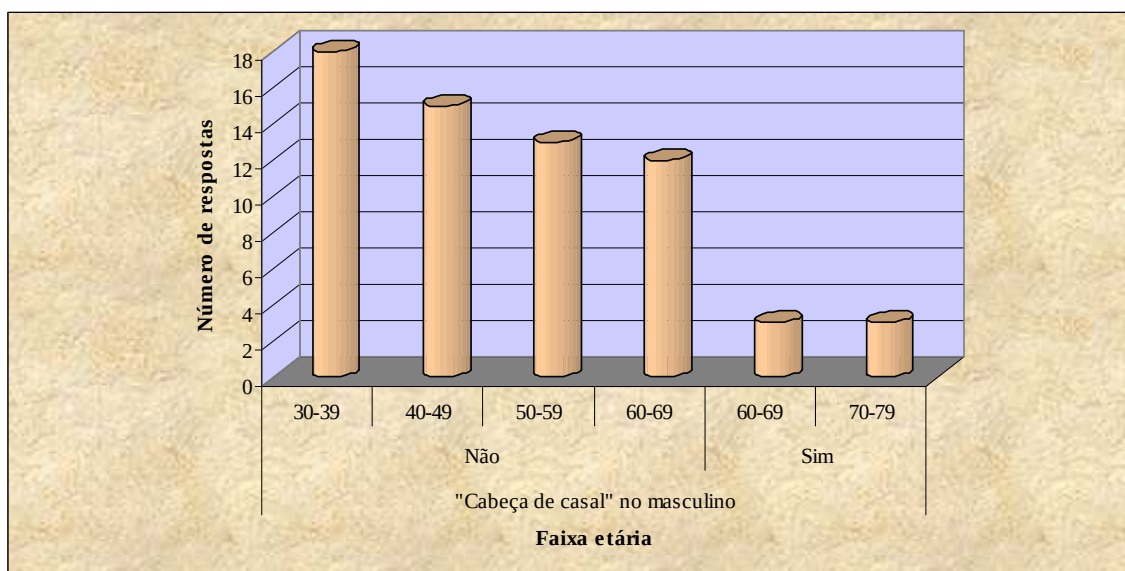
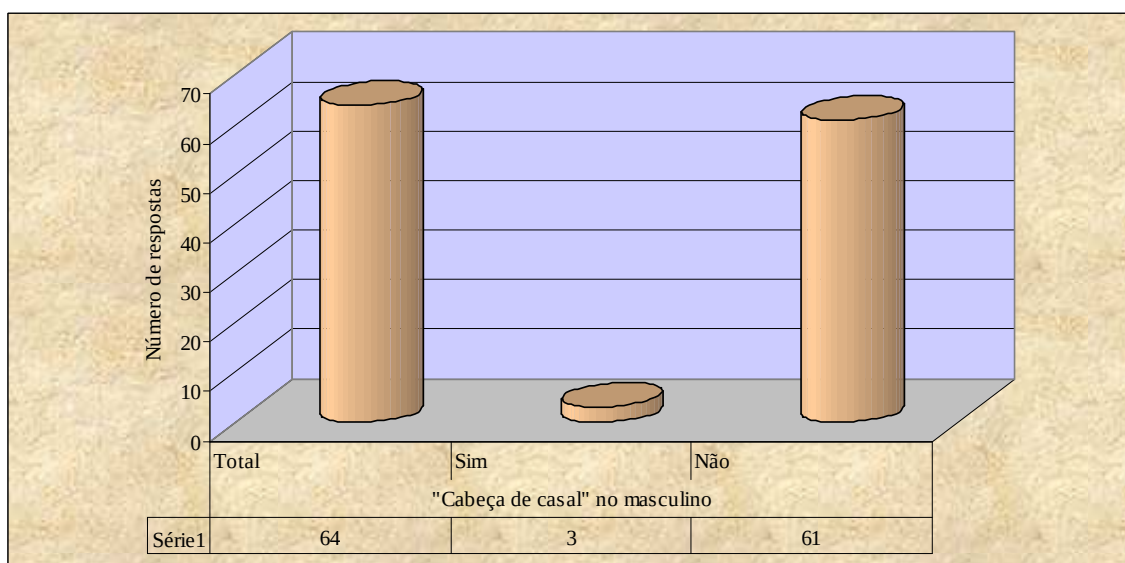
13- Considera a maternidade uma vantagem para o sector laboral ou, pelo contrário, considera um entrave? E para a Segurança Social, em particular?



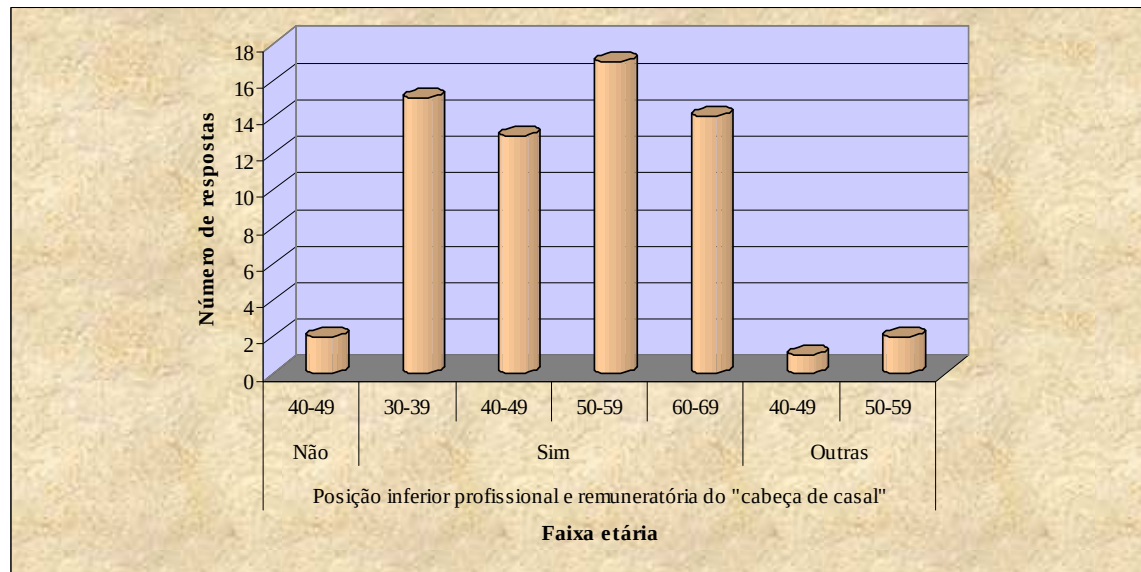
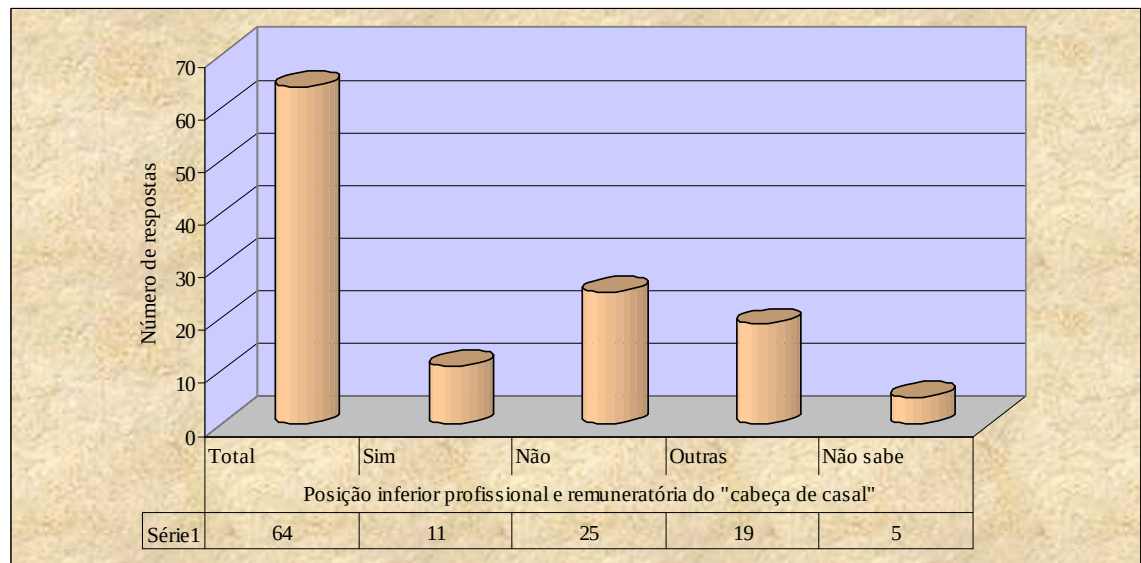
14- Considera essencial ter uma família e filhos?



15- Considera que é ao homem que compete ser 'cabeça de casal'?

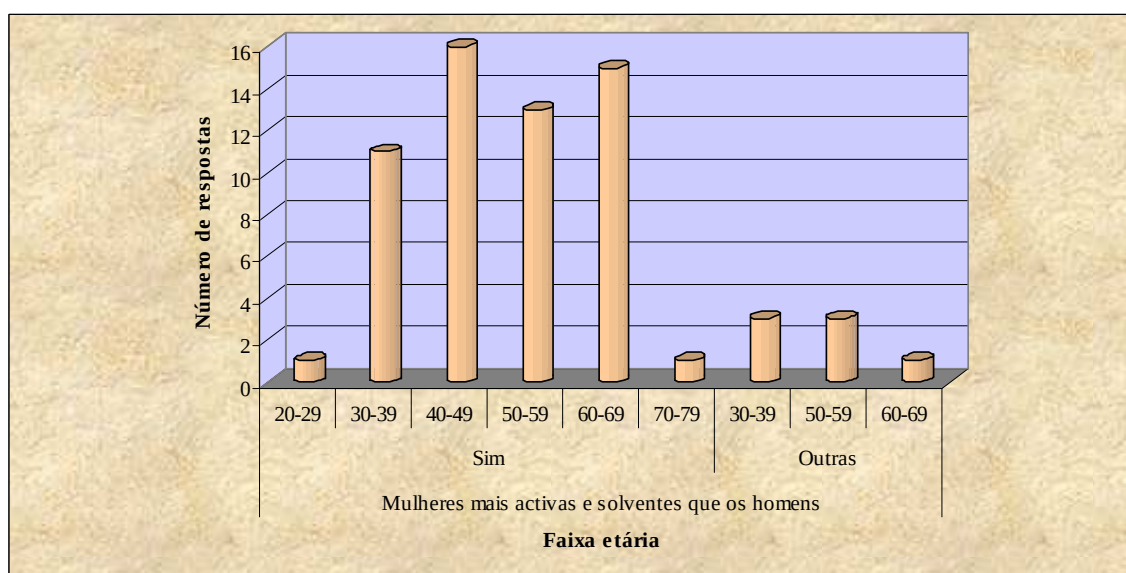
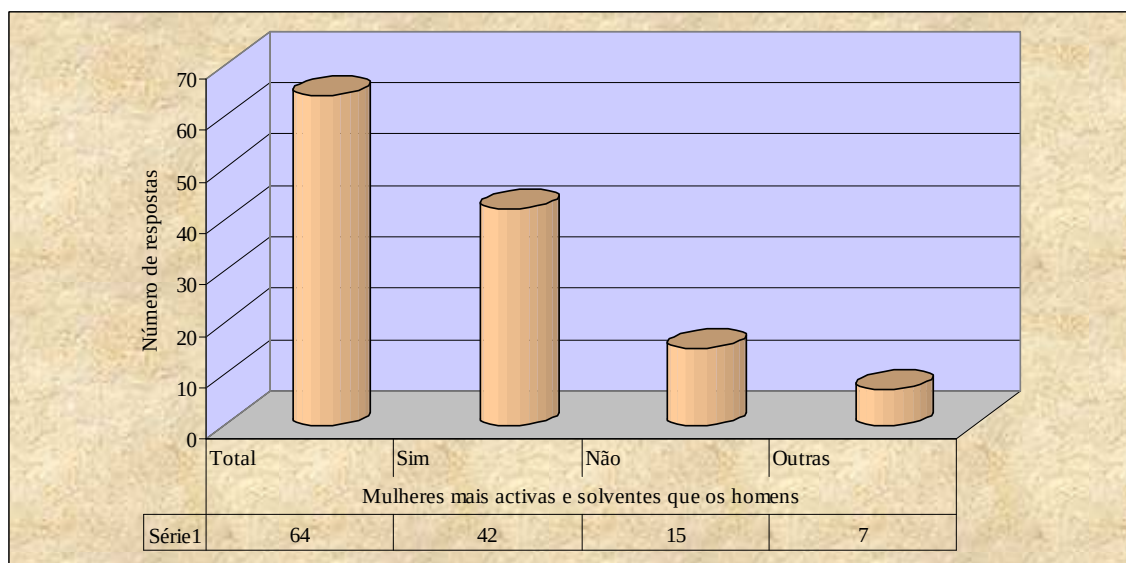


16- Considera que o ‘cabeça de casal’ não deve ter uma posição profissional e remuneratória inferior?

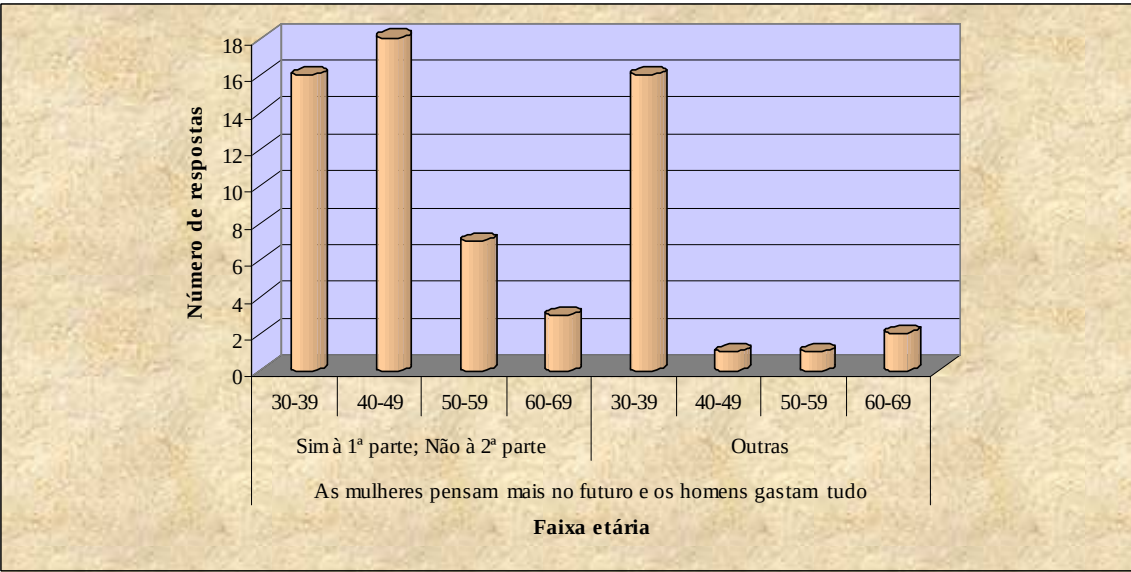
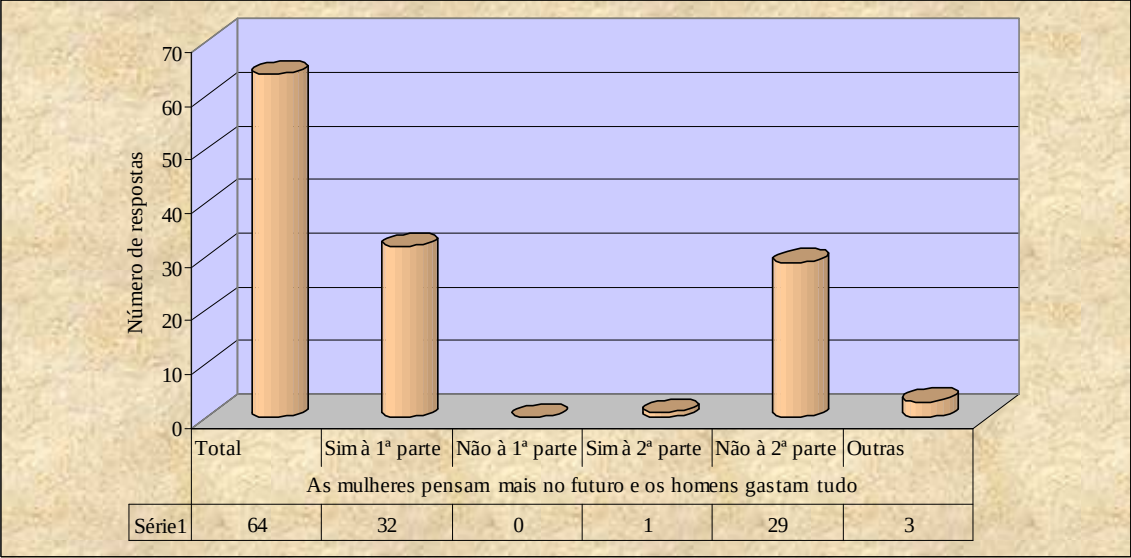


2- Condição feminina: menos valia nos Fundos de apoio social?

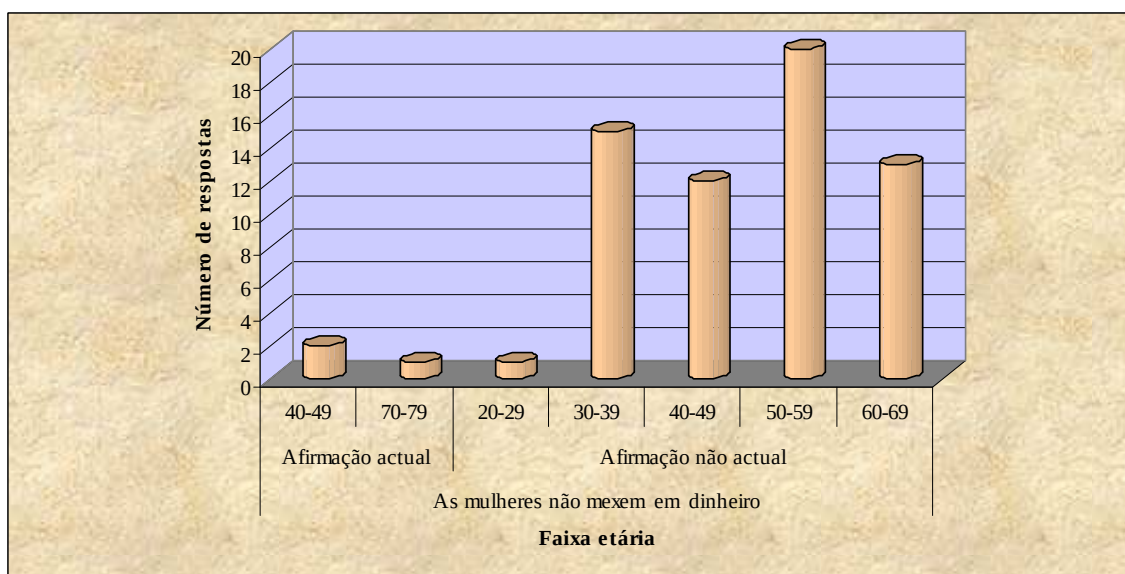
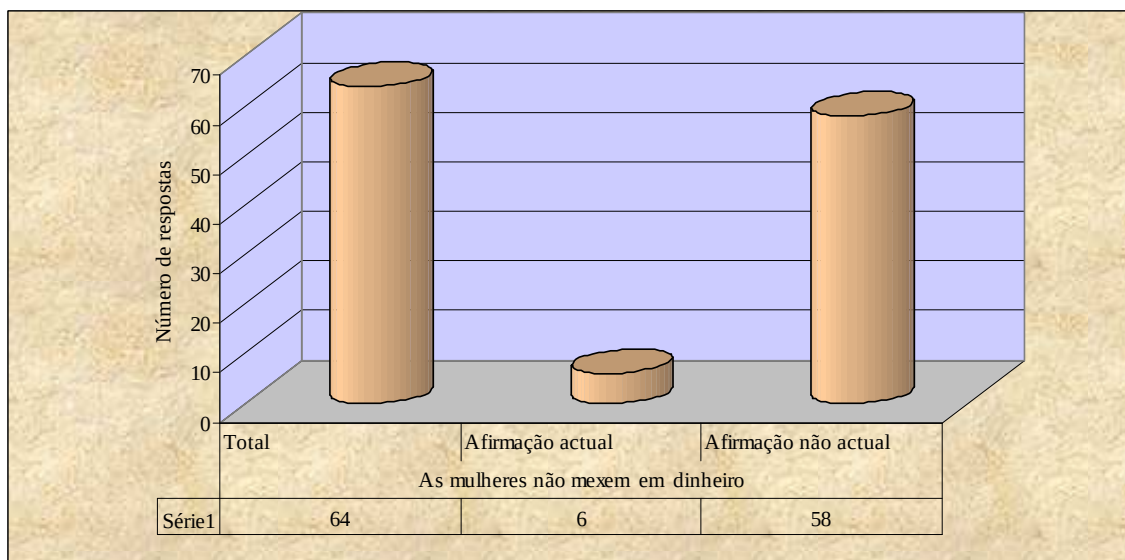
1- Muhammad Yunus, criador do conceito de microcrédito e por isso apelidado de banqueiro do povo, afirmou em entrevista que, pela sua experiência na actividade bancária, “(...) as mulheres se mostram muito mais activas e solventes que os homens quando têm oportunidade de aceder ao crédito”. Concorda com esta afirmação baseando-se na sua experiência profissional ou vivência pessoal?



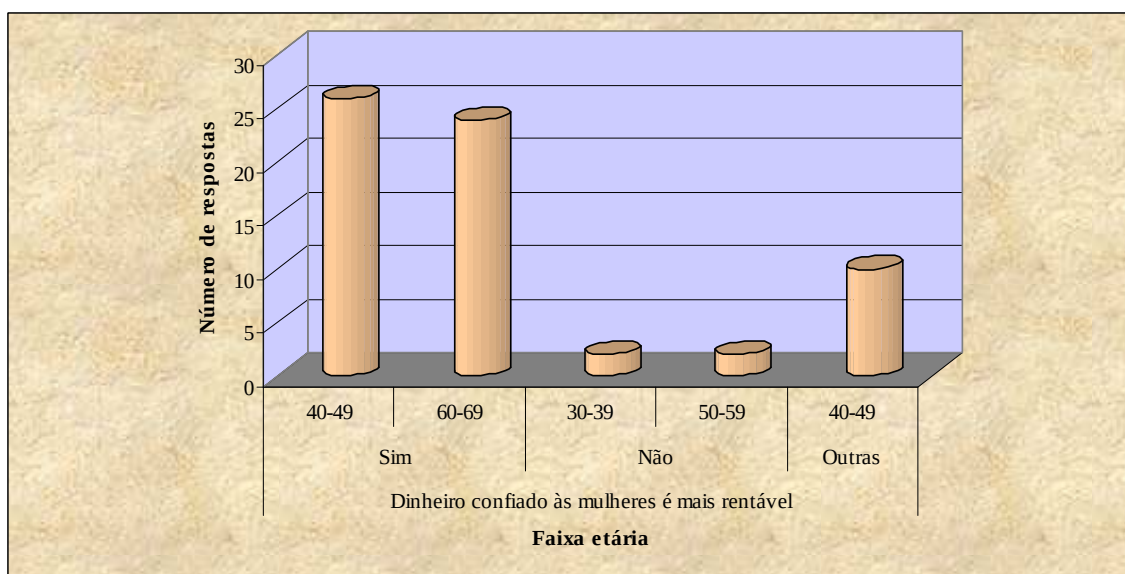
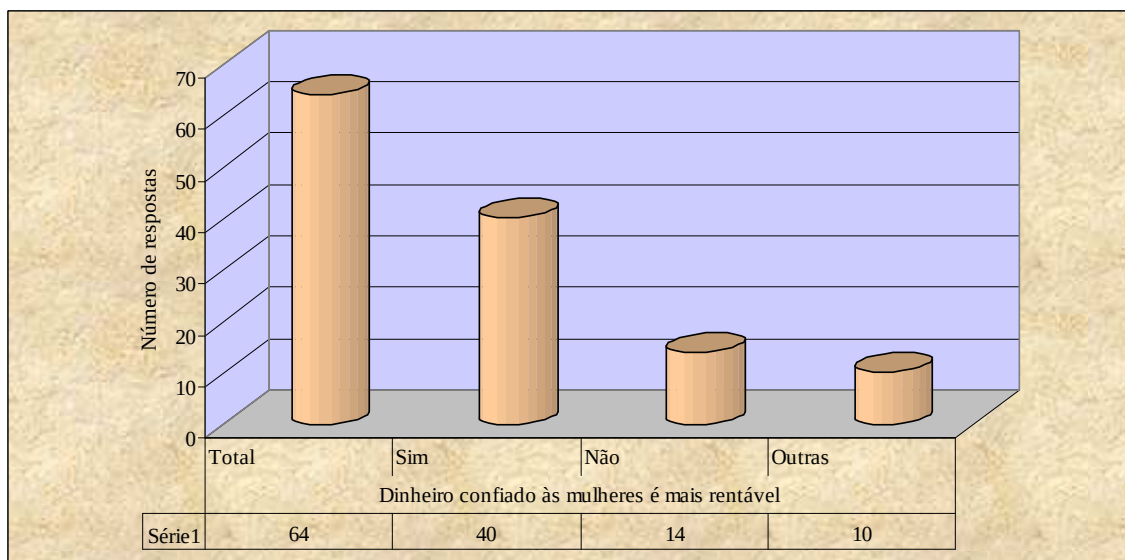
2- Muhammad Yunus afirma também que “(...) as mulheres tomam muito mais conta das crianças que os homens (...)” pelo que “(...) pensam no futuro, querem fazer as coisas andar de modo a viverem melhor amanhã. Os homens, esses querem é aproveitar o momento e gastam tudo com facilidade”. Concorde com estas afirmações com base na sua experiência profissional ou vivência pessoal?



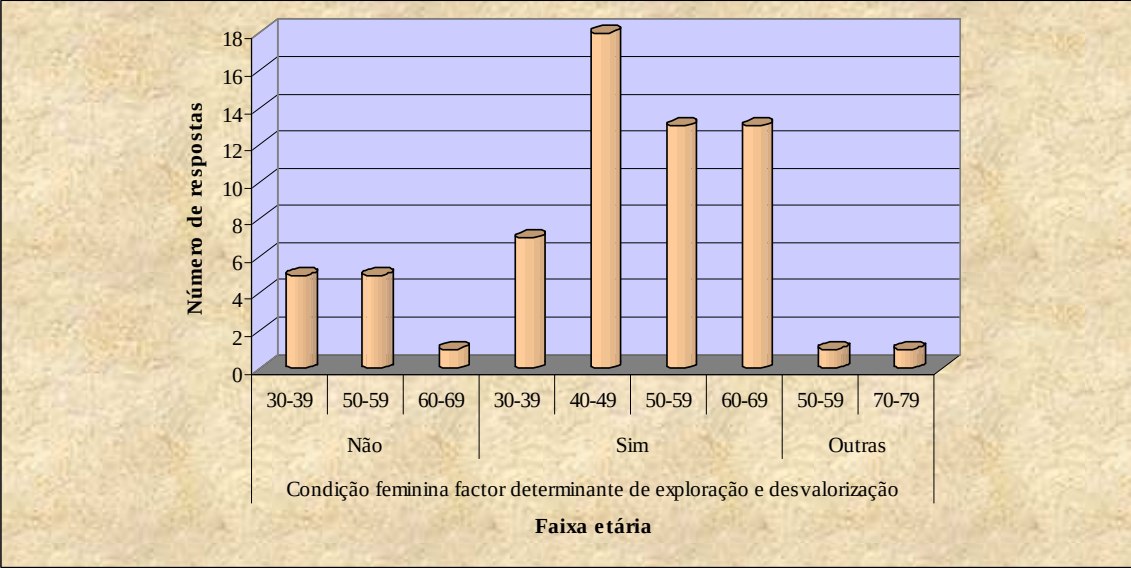
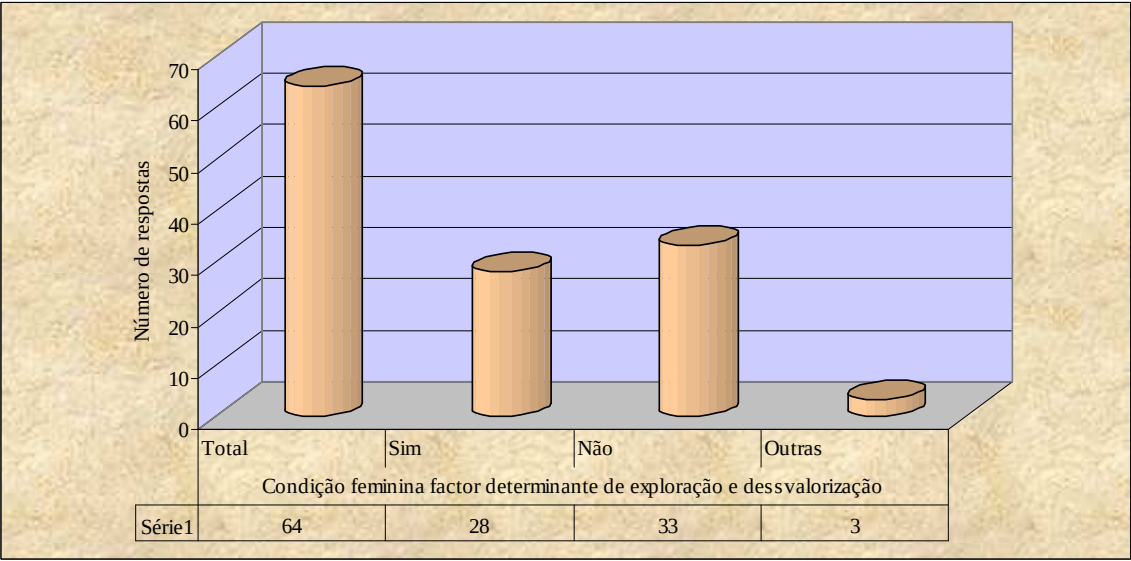
3- Muhammad Yunus cita uma resposta que geralmente obtinha quando falava com mulheres sobre dinheiro: “Fale com o meu marido. Eu nunca mexo em dinheiro. Não percebo nada disso.” Considera terem estas afirmações aplicação na actualidade baseando-se na sua experiência profissional ou vivência pessoal?



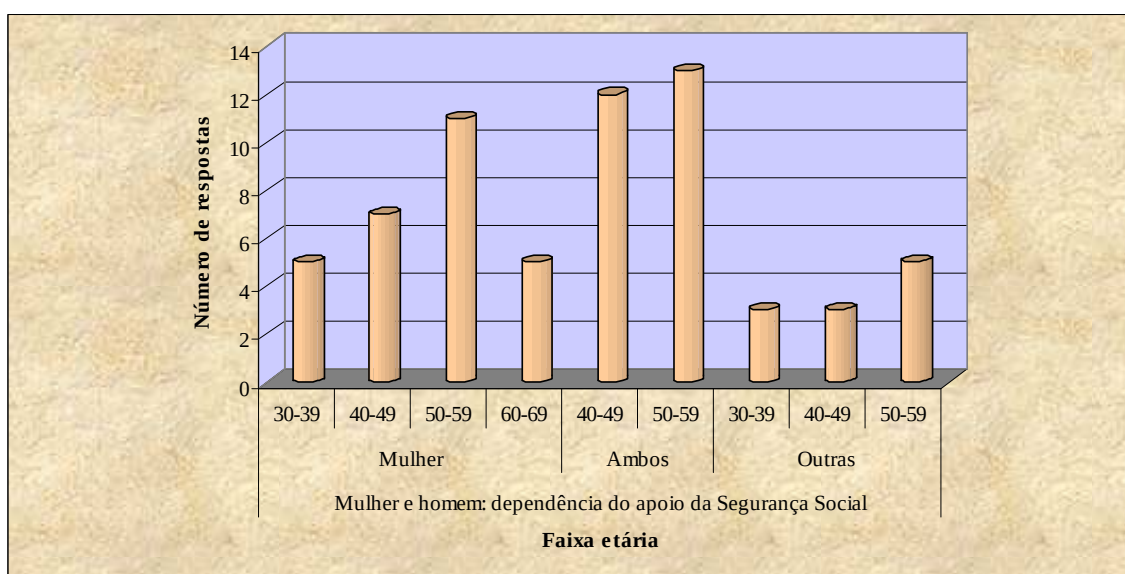
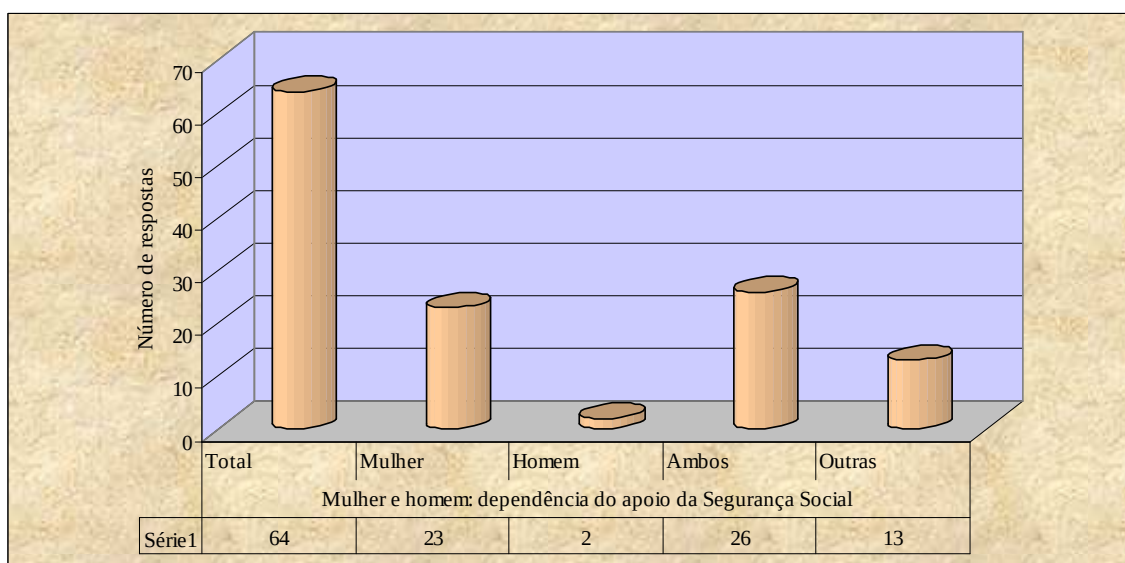
4- Muhammad Yunus salienta ainda que “(...) o dinheiro confiado às mulheres era muito mais rentável. Criavam trabalho, emprego, riqueza. Reembolsavam o crédito.” Concorda com o que é afirmado, mais uma vez tendo por base a sua experiência profissional ou vivência pessoal?



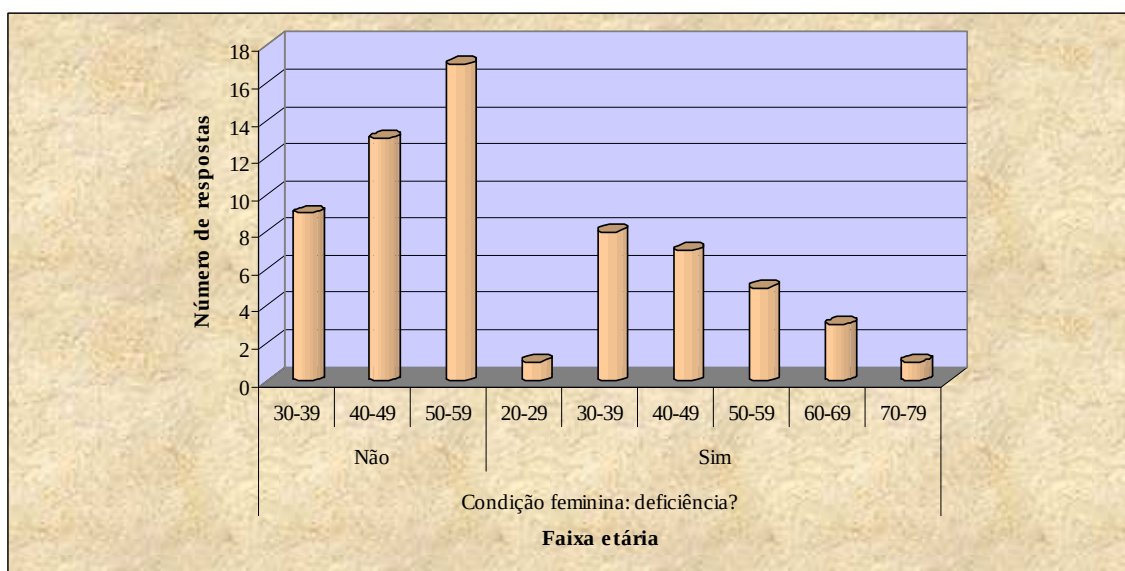
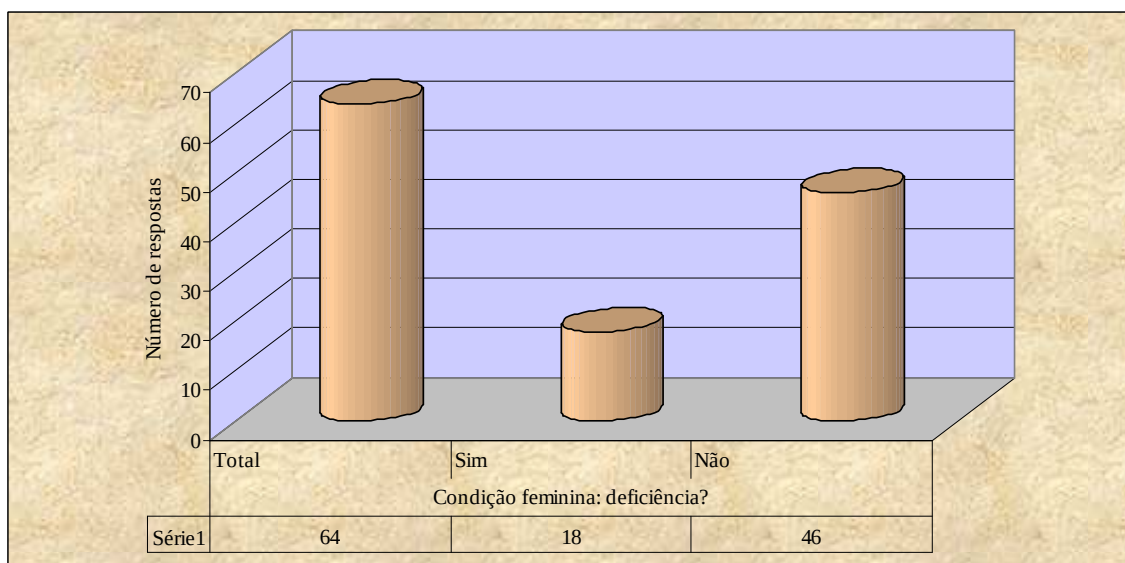
5- Considera que a condição feminina é um factor que ‘empurra’ a mulher para situações de exploração e desvalorização no campo de actividade da Segurança Social?



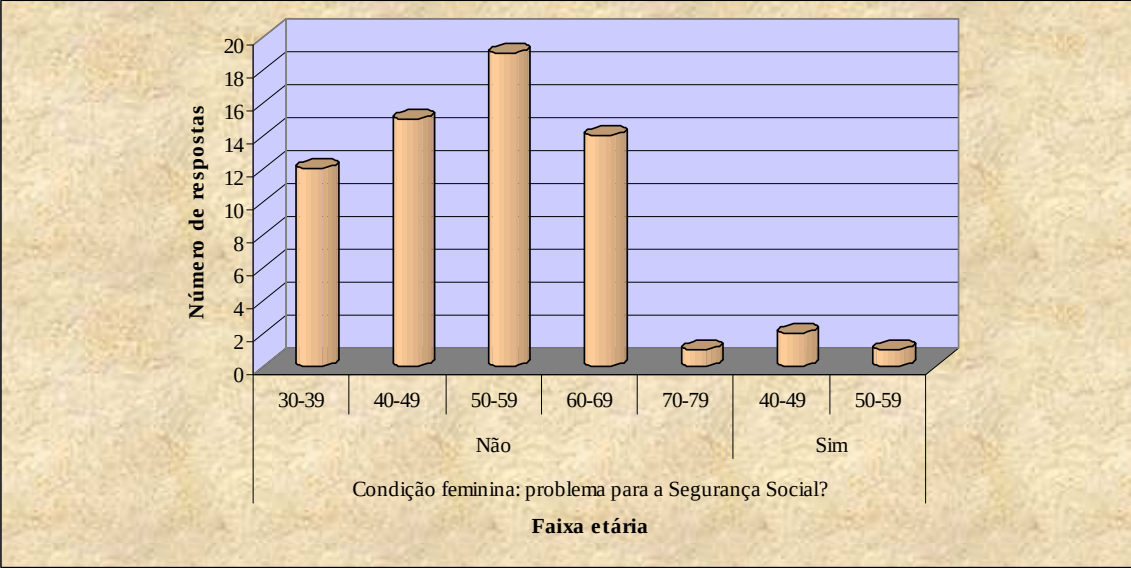
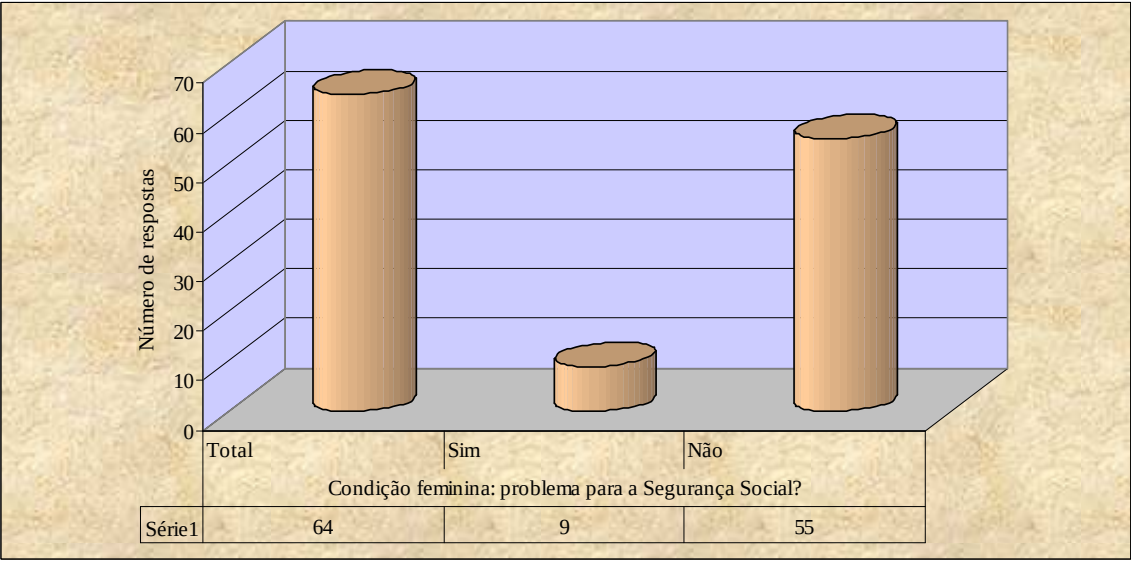
6- Qual considera necessitar mais do apoio da Segurança Social: o homem ou a mulher?



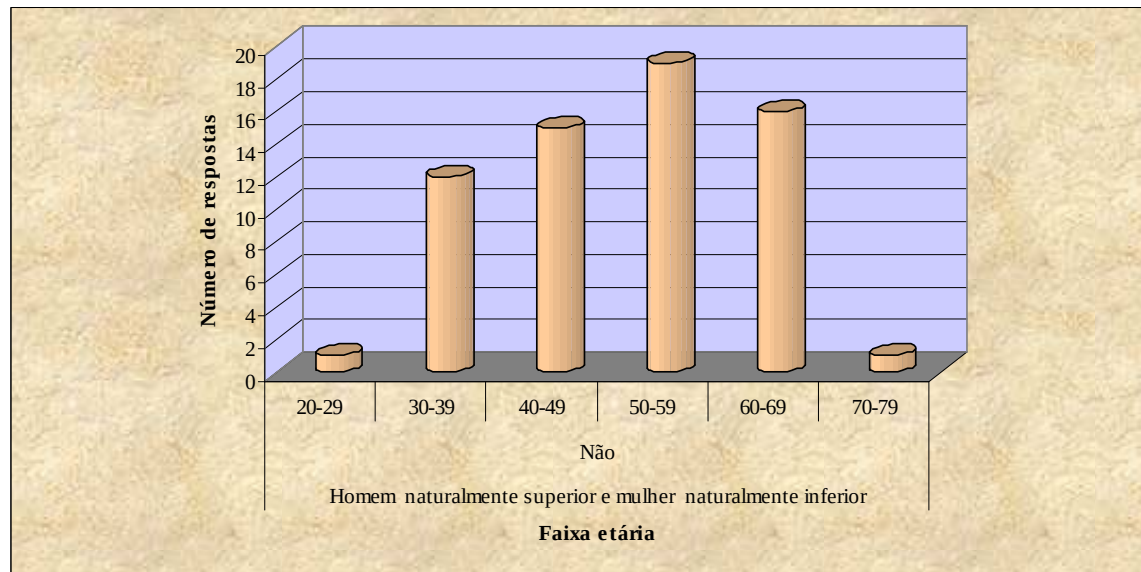
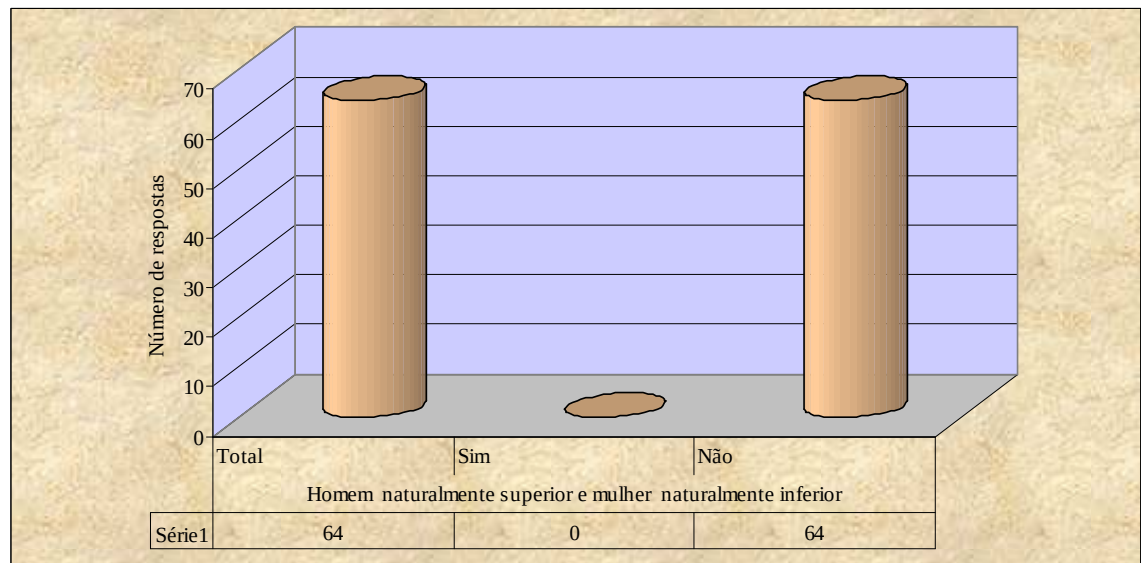
7- Considera que a condição feminina é em certos aspectos uma deficiência?



8- Considera que a condição feminina em geral constitui um problema para a Segurança Social?



9- Duma forma geral considera o homem como naturalmente superior? E a mulher como naturalmente inferior?



Apêndice II - Ficha técnica do inquérito

Nome	Idade	Organismo	Categoria profissional	Anos de serviço	Estado civil	Quantos filhos?	Sexo dos mesmos	Idade dos mesmos	Crença religiosa
Aline	54	Outro	Assistente Técnica	37	Divrciada	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Adélia	41	IGFSS	Assistente Administrativa	14	Casada	1	Feminino	5 anos	Católica
Agostinha	32	IGFSS	Técnica Superiora	6	Solteira	Sem filhos	XXX	XXX	
Albertina	46	IGFSS	Assistente Administrativa		Casado				Católica
Amália	58	IGFSS	Assistente Administrativa	41	Casada	1	Masculino	36 anos	Católica
Ana Cristina	46	IGFSS	Técnica Superiora						
Ana Lúdia	27	Outro	Operadora Registo Dados	7	Solteira	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Ana Salvado	51	Outro	Assistente Técnica	29	Divorciada	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Angelina	53	IGFSS	Directora	36	Divorciada	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
António	58	IGFSS	Assistente Administrativo	41	Casado	1	Feminino	33 anos	Católica
Augusta	29	Outro	Operadora Registo Dados						
Bruno	34	Outro	Técnico Intervenção Local	7	Solteiro	Sem filhos	XXX	XXX	Agnóstica
Cacilda	37	IGFSS	Coordenadora	12	Casada	2	Masculino	5 anos / 18 meses	Evangélica
Carla	43	Outro	Professora Secundário	21	Separada	2	Masc. / Fem.	17 anos / 13 anos	Agnóstica
Carlos	34	IGFSS	Técnico Superior	8	Solteiro	1	Masculino	8 anos	Agnóstica
Carlota	58	IGFSS							
Cecília	42	Outro	Assistente Técnica	22	Viúva	1	Feminino	20 anos	Católica
Clementina	36	IGFSS	Técnica Superiora	14	Solteira	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Cremilde	53	Outro	Técnica Administrativa Tributária	35	Casada	2	Masc. / Fem.	28 anos / 24 anos	Católica
Eduína	34	Outro	Operadora Registo Dados	13	Solteira	1	Feminino	4 anos	Católica
Emanuel	35	Outro	Assistente Técnico	15	Solteiro	2	Masculino	2 anos / 2 anos	Nenhuma
Emílio	57	IGFSS	Assistente Administrativo	32	Casado	1	Masculino	32 anos	Católica
Eulália	35	IGFSS	Técnica Superiora	10	Casada	2	Feminino	5 anos / 22 meses	Católica
Fausto	45	IGFSS	Técnico Superior	16	Casado	1	Feminino	5 anos	Agnóstica
Filomena	42	IGFSS	Técnica Superiora	21	Casada	1	Feminino	13 anos	Ateia
Florbelá	38	Outro	Técnica Superiora	17	Casada	2	Fem. / Masc.	14 anos / 12 anos	Católica
Genoveva	58	IGFSS	Assistente Administrativa	38	Casada	1	Feminino	31 anos	Católica
Gisela	47	IGFSS	Assistente Administrativa	25	Divorciada	Sem filhos	XXX	XXX	Agnóstica
Helena	41	IGFSS	Técnica Superiora						
Henriqueta	53	IGFSS							
Isabel	52	Outro							
Isaura	52	IGFSS	Assistente Administrativa	32	Solteira	Sem filhos	XXX	XXX	Doutrina Espírita
Isidora	42	IGFSS	Coordenadora	14	Casada	2	Masc. / Fem.	17 anos / 6 anos	Católica
Joaquina	45	IGFSS	Directora	19	Divorciada				Católica
José Luís	74	Outro	Professor Aposentado	25	Divorciado	2	Feminino	56 anos / 45 anos	Agnóstica
Josefina	58	IGFSS							
Leandro	32	IGFSS	Técnico Superior	6	Solteiro	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Lígia	50	Outro	Técnica Administrativa Tributária	29	Solteira	Sem filhos	XXX	XXX	Nenhuma
Madalena	61	IGFSS	Directora	Aposentada	Casada				Católica
Maria	34	Outro							
Maria Antónia	56	Outro	Operadora Registo Dados	34	Viúva	1	Feminino	34	Católica
Maria de Lurdes	39	Outro	Assistente Técnica	20	Casada	2	Feminino	5 anos / 2 anos	Católica

Nome	Idade	Organismo	Categoria profissional	Anos de serviço	Estado civil	Quantos filhos?	Sexo dos mesmos	Idade dos mesmos	Crença religiosa
Maria Gilda	55	Outro	Assistente Técnica	38	Casada	Sem filhos	XXX	XXX	Nenhuma
Maria Helena	59	IGFSS	Assistente Administrativa	Aposentada	Casada				Católica
Maria José	50	Outro							
Maria Luísa	51	Outro							
Maria Machado	55	Outro	Assistente Técnica	38	Divorciada	1	Masculino	33	Católica
Marina	35	IGFSS	Técnica Superiora	13	Solteira	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Natércia	60	IGFSS	Assistente Administrativa	Aposentada	Casada				Católica
Noémia	61	Outro							
Ofélia	61	IGFSS	Assistente Administrativa	Aposentada	Casada				Católica
Palmira	59	IGFSS	Coordenadora	39	Casada	1	Masculino	33 anos	Católica
Paula	47	Outro							
Paulo Luís	49	IGFSS	Assistente Administrativo	32	Solteiro	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Pedro	52	Outro	Técnico Administrativo Tributário	33	Solteiro	Sem filhos	XXX	XXX	Agnóstica
Rafaela	60	IGFSS	Assistente Administrativa						
Renata	52	IGFSS	Assistente Administrativa	12	Casada	1	Masculino	32 anos	Católica
Rui	64	Outro	Redactor/Revisor	30	Divorciado	3	Fem. / Masc. (2)	38 / 36 / 26 anos	Católica
Salomé	32	IGFSS	Técnica Superiora	10	Casada	1	Feminino	18 meses	Católica
Santana Palmeira	54	Outro	Técnica Administrativa Tributária	33	Casada	Sem filhos	XXX	XXX	Católica
Solange	36	IGFSS	Técnica Superiora	15	Casada	2	Masculino	6 anos / 2 anos	Católica
Suzete	56	Outro							

Os nomes constantes desta ficha técnica referentes ao IGFSS foram alterados para protecção do anonimato dos inquiridos. Em relação aos demais, não foi mencionado o organismo em que trabalham, o que também serve a manutenção do anonimato. A falta de dados de alguns dos inquiridos tem vários motivos: a aposentação das pessoas, a perda de contacto ou algum desinteresse em fornecer mais informações.